



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE COMPRAS
E LICITAÇÕES - SUPEL

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/PMMN/2026			
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0000652.02.01-2026			
RESUMO DOS DADOS DA LICITAÇÃO			
Abertura da Sala de Disputa: 24/06/2025 às 09h:30min (horários de Brasília), no sítio: https://licitanet.com.br/ .		Limite para solicitação de esclarecimentos e impugnação: Até 3 dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública.	
Encerramento do prazo para cadastro das propostas: Até o momento que antecede a abertura da Sessão pública.		exclusivamente através do Sistema <u>LICITANET.</u>	
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de insumos, instrumentos clínicos, material de consumo e demais bens permanentes , atendendo assim, a Secretaria Municipal de Saúde do Município de Monte Negro/RO			
VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 1.494.417,30 (Um milhão quatrocentos e noventa e quatro mil, quatrocentos e dezessete reais e trinta centavos).			
FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS	VISITA TÉCNICA	MINUTA DE CONTRATO	
SIM	NÃO	SIM	
TIPO DA LICITAÇÃO	MODO DE DISPUTA	INTERVALO MÍNIMO ENTRE LANCES	
MENOR PREÇO POR ITEM	ABERTO/FECHADO	R\$ 0,01	
Os documentos de habilitação são os constantes anexo II do edital.			
LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA A ME/EPP?	RESERVA DE COTA PARA A ME/EPP?	PRIORIDADE PARA A ME/EPP LOCAL OU REGIONAL?	EXIGE CATÁLOGO?
NÃO	NÃO	NÃO	SIM
Prazo para envio da proposta definitiva e documentos complementares: 02 (duas) horas a contar da convocação do pregoeiro(a) exclusivamente através de campo específico na plataforma LICITANET.			
Telefone para contato: (69)99944-5157		E-mail: supel@montenegro.ro.gov.br	





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE COMPRAS
E LICITAÇÕES - SUPEL

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/PMMN/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0000652.02.01-2026

INFORMAÇÕES PRELIMINARES

Data da Abertura: 24/06/2026

Horário para Início da Sessão: 09h:30min (Brasília-DF)

Local: No endereço eletrônico www.licitanet.com.br

O MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO - RO, através do(a) Pregoeiro(a) Oficial, designado(a) pela Portaria Municipal de nº 564 de 22 de maio de 2025, com sede na Avenida Juscelino Kubitschek n. 2272 – Setor 02 – Monte Negro/RO – CEP: 76.888-000, Estado de Rondônia torna público que, devidamente autorizada pelo Prefeito Municipal, na forma do disposto nos processo administrativo n.º **0000652.02.01-2026**, que no dia, hora e local indicados no presente edital, será realizada licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo **MENOR PREÇO** julgado pelo valor do **ITEM**, realizado por meio da internet, no site: www.licitanet.com.br.

Todas as Cotações de Preços, Orçamentos, Valores Prévios e Cálculos de Média são de inteira responsabilidade do setor/autarquia que os efetuou, não cabendo assim qualquer responsabilidade ao Pregoeiro ou à Comissão com relação aos mesmos.

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS/ENCAMINHAMENTOS

- * Endereço: Av Juscelino Kubitschek n. 2272 – Setor 02 – Monte Negro/RO
- * Pregoeiro (a): Carlita Pereira de Oliveira
- * E-mail: supel@montenegro.ro.gov.br
- * Fone/Fax: (69)99941-5157.

Todas as informações oficiais pertinentes a presente licitação poderão ser acessadas gratuitamente nos sites: https://athus4.montenegro.ro.gov.br/transparencia/processo_licitacao/1/ e www.licitanet.com.br, bem como no Portal Nacional de Licitações Públicas – PNCP.

1. CONDIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1 O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública online, por meio da plataforma LICITANET, mediante condições de segurança, criptografia e autenticação, em todas as suas fases.
- 1.2 Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no LICITANET e as especificações técnicas constantes deste Edital, prevalecerão as constantes do Edital.
- 1.3 Os trabalhos serão conduzidos por Pregoeiro(a) da Prefeitura Municipal de Monte Negro Rondônia.
- 1.4 Todos os horários mencionados neste Edital de Licitação referem-se ao horário oficial de Brasília – DF, salvo quando explicitamente descrito em contrário.

2. DISPOSIÇÕES LEGAIS

O certame será regido pelo Lei Municipal nº. 1.559/2024, subsidiariamente pela Lei nº 14.133, de 2021, Decreto Federal Nº 11.462, de 31 de março de 2023 e Decreto Municipal





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE COMPRAS
E LICITAÇÕES - SUPEL

n. 1.635/2019, e ainda pelo Código de Defesa do Consumidor - Lei nº 8.078 de 11/09/90), Lei Complementar 123/2006 e 147/2014 e do disposto no presente edital.

3. DO OBJETO

3.1 O objeto da presente licitação é o Registro de preços para futura e eventual aquisição **de insumos, instrumentos clínicos, material de consumo e demais bens permanentes**, atendendo assim, a Secretaria Municipal de Saúde do Município de Monte Negro/RO, conforme quantidades, condições e especificações técnicas minuciosamente descritas nos anexos do edital.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DAS RESTRIÇÕES

4.1 A participação nos itens se dará em conformidade com a legislação vigente, a saber:

4.2 Somente poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, via internet, os interessados cujo objetivo social seja pertinente ao objeto do certame, que atendam a todas as exigências deste Edital e da legislação a ele correlata, inclusive quanto à documentação, e que estejam devidamente credenciadas no site www.licitanet.com.br.

4.2.1 Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão deverão dispor de um cadastro prévio, adquirindo *login* e senhas pessoais (intransferíveis), obtidas junto a **LICITANET**.

4.2.2 A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio da Plataforma Eletrônica, observada data e horário limite estabelecidos.

a) O custo de operacionalização pelo uso da Plataforma de Pregão Eletrônico, a título de remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação ficará a cargo do licitante, que poderá escolher entre os Planos disponíveis na plataforma de execução: www.licitanet.com.br.

b) O licitante poderá promover a sua inscrição e credenciamento para participar do pregão, para inscrição e cadastramento da proposta inicial de preços.

4.3 A **LICITANET** atuará como órgão provedor do sistema eletrônico nos termos firmados com a Prefeitura Municipal de Monte Negro.

4.4 A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas no edital e demais cominações legais.

4.5 Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação de proposta implica submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada em seu preâmbulo.

4.6 Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva do licitante, não sendo a Prefeitura Municipal de Monte Negro - RO, em nenhum caso, responsável pelos mesmos. O licitante também é o único responsável pelas transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, ou pela sua eventual desconexão.

4.7 Não poderão participar desta licitação ou da execução do contrato, conforme Art. 14 da Lei 14.133/2021:

I. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

II. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

III. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE COMPRAS
E LICITAÇÕES - SUPEL

i. O impedimento de licitar ou contratar será considerado no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção (conforme § 4º do Art. 156 da Lei 14.133/2021).

IV. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

V. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

VI. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

VII. Consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição;

VIII. Empresa que estiver em recuperação judicial, processo de falência ou sob o regime de concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação *exceto* aquelas com processo de recuperação aprovado pelo poder judiciário;

IX. Empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública;

X. Empresa impedida de licitar e contratar com o Município de Monte Negro;

4.8 A participação na sessão pública da internet dar-se-á pela utilização da senha privativa do licitante.

4.9 Todas as cópias de documentos apresentados serão consideradas originais, ficando sob responsabilidade do licitante a veracidade das informações apresentadas, em caso de documentos alterados ou adulterados o responsável poderá responder civil e criminalmente.

4.10 Serão aceitas somente cópias legíveis.

4.11 Os documentos necessários à participação na presente licitação, compreendendo os documentos referentes à proposta de preço e à habilitação (e seus anexos), deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil, com valores cotados em moeda nacional do país.

4.12 Quaisquer documentos necessários à participação no presente certame, quando apresentados em língua estrangeira, deverão ser autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos para o idioma oficial do Brasil por tradutor juramentado neste país.

4.13 Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em fac-símile, mesmo autenticadas, salvo quando expressamente permitidos no Edital. Admitem-se fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos apenas como forma de ilustração da proposta de preços.

4.14 Os licitantes devem estar cientes das condições para participação no certame e assumir a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados.

4.15 O contratado deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as mesmas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

4.16 Os licitantes interessados em usufruir dos benefícios estabelecidos pela Lei Complementar nº 123/06, 147/2014 e Lei Municipal nº. 1.559/2024, deverão atender às regras de identificação, atos e manifestação de interesse, bem como aos demais avisos emitidos pelo Pregoeiro ou pelo sistema eletrônico, nos momentos e tempos adequados.

5. DOS ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

5.1 Nos termos do art. 164 da Lei 14.133/2021, os pedidos de esclarecimentos decorrentes de dúvidas na interpretação deste Edital e seus anexos e as informações adicionais que se fizerem necessárias para a elaboração das propostas, referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro **até 03 (três) dias úteis** anteriores à data fixada para abertura da sessão pública do





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE COMPRAS
E LICITAÇÕES - SUPEL

PREGÃO ELETRÔNICO, manifestando-se exclusivamente através do Sistema **LICITANET**, devendo o licitante mencionar o número do Pregão, ano e número do processo licitatório.

5.1.1 O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de **03 (três) dias úteis**, contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

5.2 As respostas às dúvidas formuladas, bem como as informações que se tornarem necessárias durante o período de elaboração das propostas, ou qualquer modificação introduzida no edital no mesmo período, serão encaminhadas em forma de aviso de erratas, adendos modificadores ou notas de esclarecimentos, disponibilizados publicamente a todos os interessados.

5.3 Nos termos do art. 164 da Lei 14.133/2021, os pedidos de Impugnação deverão ser enviados ao Pregoeiro **até 03 (três) dias úteis** anteriores à data fixada para abertura da sessão pública do PREGÃO ELETRÔNICO, manifestando-se exclusivamente através do Sistema **LICITANET**.

5.3.1 Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, **decidir sobre a impugnação no prazo de até 03 (três) dias úteis**, contado da data de recebimento da impugnação.

5.3.2 A decisão do Pregoeiro quanto à impugnação será informada no campo próprio do Sistema Eletrônico do site LICITANET, ficando o licitante obrigado a acessá-lo para obtenção das informações prestadas pelo Pregoeiro.

5.3.3 Acolhida à impugnação contra o ato convocatório, desde que altere a formulação da proposta de preços, será definida e publicada nova data para realização do certame.

6. DO CREDENCIAMENTO

6.1 Para participar do pregão eletrônico, o licitante deverá estar credenciado no sistema “PREGÃO ELETRÔNICO” através do site www.licitanet.com.br.

6.2 A participação do licitante no pregão eletrônico se dará exclusivamente através de **Home Broker**, o qual deverá manifestar em campo próprio da Plataforma Eletrônica, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

6.3 O acesso do licitante ao pregão eletrônico, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, somente se dará mediante prévio cadastramento e adesão aos planos elencados na **alínea “a” do subitem 4.2.2**.

6.4 O login e a senha do licitante poderão ser utilizados em qualquer pregão eletrônico, salvo quando suspensas por inadimplência do licitante junto a **LICITANET – Licitações On-line**, ou canceladas por solicitação do licitante.

6.5 A manutenção ou alteração da Senha de Acesso será feita através de pedido do licitante junto ao Atendimento On-Line (CHAT) do site **LICITANET – Licitações On-line**, sendo enviada para seu e-mail a nova senha de forma imediata.

6.6 As informações complementares para credenciamento poderão ser obtidas pelos telefones: **(34) 3014-6633, (34) 99678-7950 e (34) 99807-6633** ou pelo e-mail contato@licitanet.com.br.

6.7 O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

6.8 O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à Prefeitura Municipal de Monte Negro - RO, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

6.9 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão na forma eletrônica.

6.10 Para que possam participar do presente pregão (*Como ME-EPP-MEI*), bem como gozar dos demais benefícios previstos nos capítulos V, da Lei Complementar 123, de 14/12/2006, é necessário que a microempresa ou empresa de pequeno porte (ME ou EPP) ou ainda o





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE COMPRAS
E LICITAÇÕES - SUPEL

microempreendedor individual (MEI), no campo próprio trazido pelo sistema, manifestem cumprir plenamente os requisitos para classificação como tal, nos termos do art. 3º do referido diploma legal.

6.11 A concessão dos benefícios destinados à ME/EPP fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte (...), devendo o licitante declarar em caso de extrapolação. (§ 2º do art. 4º da Lei 14.133/2021).

7. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

7.1 O julgamento da Proposta de Preços dar-se-á pelo critério de **MENOR PREÇO POR ITEM**, observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos no Edital.

7.1.1 Quando do julgamento por Item, o licitante poderá cotar apenas os itens de seu interesse.

7.1.2 Quando do julgamento por Lote, o licitante deverá cotar todos os itens do lote desejado, sob pena de invalidação da proposta sobre aquele lote.

7.1.3 Quando do julgamento Global, o licitante deverá cotar todos os itens licitados, sob pena de invalidação da proposta.

8. DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS PELO SISTEMA ELETRÔNICO

8.1 Após a divulgação do edital no sítio eletrônico, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até o horário limite da Sessão Pública descrito no preâmbulo deste edital, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico.

8.2 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

I. Valor unitário e total dos itens;

II. Marca;

III. Fabricante;

IV. Descrição detalhada do objeto, indicando, além das especificações técnicas, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente (quando for o caso);

8.3 A etapa de encaminhamento da proposta será encerrada com a abertura da sessão pública.

8.4 As propostas iniciais registradas no “Sistema” NÃO DEVEM CONTER NENHUMA IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA PROPONENTE, visando atender o princípio da impessoalidade e preservar o sigilo das propostas. Em caso de identificação da licitante na proposta registrada, esta será DESCLASSIFICADA pelo Pregoeiro (a).

8.5 O envio da proposta ocorrerá por meio de uso da chave de acesso e senha, intransferíveis.

8.6 O licitante declarará, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital.

8.7 A falsidade da declaração de que trata o 8.5 sujeitará a infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.7.1 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

8.7.2 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances;

8.8 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE COMPRAS
E LICITAÇÕES - SUPEL

8.9 Na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, observado o disposto no **caput**, não haverá ordem de classificação das propostas, o que ocorrerá somente após os procedimentos de disputa e julgamento.

8.10 As propostas de preços registradas no Sistema **LICITANET**, implicarão em plena aceitação, por parte da Licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos;

8.11 Incumbirá ao Licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo Sistema ou de sua desconexão.

8.12 O licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus anexos. Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas na LICITANET e as especificações constantes no ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA), prevalecerão as últimas.

8.13 Na Proposta de Preços registrada/inserida no sistema deverão estar incluídos todos os insumos que o compõem, tais como: despesas com mão-de-obra, materiais, equipamentos, impostos, taxas, fretes, descontos e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto desta licitação, os quais deverão compor sua proposta.

8.14 A regra para o presente certame é a de não possibilidade de o licitante oferecer proposta em quantitativo inferior ao total previsto no edital, devendo o mesmo a obrigar-se nos limites dela.

9. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

9.1 A partir da data e horário definidos para abertura do presente certame, conforme descrito no preâmbulo deste edital, e em conformidade com o estabelecido neste Edital, o Pregoeiro abrirá a sessão pública, verificando as propostas de preços lançadas no sistema, as quais deverão estar em perfeita consonância com as especificações e condições detalhadas neste edital.

9.1.1 O Pregoeiro poderá suspender a sessão para visualizar e analisar, preliminarmente, a proposta ofertada que se encontra inserida no campo “CADASTRO DE PROPOSTA” do sistema, confrontando suas características com as exigências do Edital e seus anexos (**podendo, ainda, ser analisado pelo órgão requerente**), DESCLASSIFICANDO, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade, que forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis.

9.2 Os lances serão realizados em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/21 Art. 56 inc. I e II, no modo de disputa **ABERTO** ou **ABERTO E FECHADO**, conforme definido e cadastrado no sistema da Plataforma LICITANET;

9.3 Constatada a existência de proposta incompatível com o objeto licitado ou manifestadamente inexecutável, o Pregoeiro obrigatoriamente justificará, por meio do sistema, e então **DESCLASSIFICARÁ**.

9.3.1 O proponente que encaminhar o valor inicial de sua proposta manifestadamente inexecutável, caso o mesmo não honre a oferta encaminhada, terá sua proposta rejeitada na fase de aceitabilidade.

9.3.2 Quando houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, será oportunizado ao licitante o Princípio do Contraditório e da Ampla Defesa, para que querendo esclareça a composição do preço da sua proposta, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do §2º do artigo 59 da Lei Federal nº 14.133/21.

9.4 AS LICITANTES DEVERÃO MANTER A IMPESSOALIDADE, NÃO SE IDENTIFICANDO DURANTE A FASE DE LANCES, SOB PENA DE SEREM **DESCLASSIFICADAS DO CERTAME PELO PREGOEIRO**.

9.5 A etapa de lances, via Internet, única e exclusivamente, no site www.licitanet.com.br, conforme Edital.

9.6 Todas as licitantes poderão apresentar lances para os **ITENS E/OU LOTES** cotados, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE COMPRAS
E LICITAÇÕES - SUPEL

9.6.1 Assim como será lançado na proposta de preços, que deverá conter o melhor valor ofertado, os lances serão ofertados observando-se as seguintes condições:

9.6.2 Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$), com VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes nos ANEXOS I – TERMO DE REFERÊNCIA. Caso seja encerrada a fase de lances, e a licitante divergir com o exigido, o Pregoeiro, poderá convocar no CHAT MENSAGEM para atualização do referido lance, e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os PARA MENOS automaticamente caso a licitante permaneça inerte.

9.7 A abertura e da fase de lances “via Internet” será feita pelo Pregoeiro, sendo o Sistema Licitanet, responsável pelo encerramento dos prazos aleatórios, prazos adicionais e demais fases do certame, definidas conforme modo de Disputa definido no Item 10.

9.8 As licitantes poderão oferecer lances menores e sucessivos, observado o horário fixado e as regras de sua aceitação;

9.9 O licitante somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances;

9.10 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar;

9.11 Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelas demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance;

9.12 Sendo efetuado lance com valor equivocado, decorrente de erro de digitação ou qualquer outro, **caberá ao licitante** a exclusão de seu **lance em prazo hábil**, sob risco de desclassificação caso não honre a oferta encaminhada.

9.13 Sendo efetuado lance manifestamente inexequível, o Pregoeiro **poderá** alertar o proponente sobre o valor cotado para o respectivo item, através do sistema, ou mesmo excluir, podendo o mesmo ser confirmado ou reformulado pelo proponente;

9.13.1 A exclusão de lance é possível somente durante a fase de lances, conforme possibilita o sistema eletrônico, ou seja, antes do encerramento do **item/lote**;

9.13.2 O proponente que encaminhar o lance com valor aparentemente inexequível durante o período de encerramento aleatório, e, não havendo tempo hábil, para exclusão e/ ou reformulação do lance, caso o mesmo não honre a oferta encaminhada, terá sua proposta **DECLASSIFICADA** na fase de aceitabilidade;

10. DO MODO DE DISPUTA

10.1 No presente certame, o modo de disputa será o modo **ABERTO/FECHADO**, nos termos da Lei Municipal 1.559 de 11 de abril de 2024.

10.2 **Modo de Disputa Aberto** (Inciso I, Art. 137 da Lei Municipal 1.559 de 11 de abril de 2024) - A etapa de envio de lances na sessão pública durará **dez minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

10.2.1 O fornecedor somente poderá encaminhar lance com intervalo mínimo entre eles de **R\$ 0,01 (um centavo)** menor que o valor do último lance.

§ 1º - A prorrogação automática da etapa de envio de lances, será de **dois minutos** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação.

§ 2º - Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida no caput e no § 2º do Art. 147 da Lei Municipal 1.559 de 11 de abril de 2024, a sessão pública será encerrada automaticamente.

§ 3º - Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto no § 1º, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE COMPRAS
E LICITAÇÕES - SUPEL

de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço disposto no parágrafo único do art. 147 §3º da Lei Municipal 1.559 de 11 de abril de 2024, mediante justificativa.

10.3 Modo de Disputa Aberto e Fechado (Art. 147 da Lei Municipal 1.559 de 11 de abril de 2024) - **A etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de oito minutos.**

§ 1º - Encerrado o prazo previsto, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o **período aleatório de até cinco minutos**, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

§ 2º. Após a etapa de que trata o § 1º do *caput* deste artigo, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo ou de maior percentual de desconto e os autores das ofertas subsequentes com valores ou percentuais até dez por cento superiores ou inferiores àquela, conforme o critério adotado, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

§ 3º. No procedimento de que trata o § 2º do *caput* deste artigo, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

§ 4º. Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições de que trata o § 2º do *caput* deste artigo, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo, observado o disposto no § 3º.

§ 5º. Encerrados os prazos estabelecidos nos §§ 2º e 4º do *caput* deste artigo, o sistema ordenará e divulgará os lances conforme disposto no § 2º do art. 146 deste Regulamento.

Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, nos termos do disposto no § 5º.

11. DA DESCONEXÃO DO PREGOEIRO

11.1 Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

11.1.1 O Pregoeiro, quando possível, dará continuidade a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados;

11.1.2 Quando a desconexão persistir por tempo superior a **10 (dez) minutos**, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, através do CHAT MENSAGEM, no endereço eletrônico utilizado para divulgação no site www.licitanet.com.br.

11.1.3 Quando a desconexão persistir por tempo superior a **10 (dez) minutos**, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, através do CHAT MENSAGEM, no endereço eletrônico utilizado para divulgação no site www.licitanet.com.br.

12. DA GARANTIA DA PROPOSTA – REQUISITO PRÉ-HABILITAÇÃO

12.1 No momento da apresentação da proposta, a licitante interessada em participar deverá comprovar o recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, como requisito de **PRÉ-HABILITAÇÃO** (ou seja, será analisada antes da abertura de disputa, desclassificando de





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE COMPRAS
E LICITAÇÕES - SUPEL

imediato quem não atender), correspondente a **1% (um por cento)** do valor total estimado para a contratação, numa das modalidades abaixo:

- a) Caução em Dinheiro ou Títulos da Dívida Pública;
- b) Fiança Bancária, apresentando Carta de Fiança Bancária emitida por Banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;
- c) Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total, conforme inciso IV Art. 96 da 14.133/2021.
- d) Seguro-garantia, mediante entrega da competente apólice, emitida por Seguradora legalmente autorizada pela SUSEP a comercializar seguros, e em nome do Município de Monte Negro/RO cobrindo, inclusive, os riscos de rescisão do contrato.
- e) Garantia na forma de caução em dinheiro deverá ser depositada a favor da **MONTE NEGRO CAUCAO, Agência nº 4002-9 Conta Corrente nº 12.171-1 - Banco do Brasil.**

I – A garantia apresentada na forma de caução após 30 dias caso a licitação não seja concluída poderá ser substituída por outra modalidade de garantia, e restituído o valor ao licitante após a comprovação da substituição da mesma.

12.1.1. A apólice terá sua validade confirmada pelo segurado por meio da consulta ao site: <https://www2.susep.gov.br/safe/menumercado/regapolices/pesquisa.asp>, caso a mesma não esteja válida na data da abertura da licitação a empresa será **DECLASSIFICADA.**

12.1.2. O Município restituirá ou liberará a garantia ofertada, no prazo máximo 60 (sessenta) dias após a assinatura do termo de recebimento definitivo dos serviços objetos desta licitação, conforme art. 100 da Lei n.º 14.133/2021, mediante requerimento.

Art. 100. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

12.2. Em caso de extinção do contrato ou de interrupção dos serviços, não será devolvida a garantia, a menos que a extinção ou paralisação decorram por parte da Administração, nos termos da legislação vigente.

12.3. Havendo prorrogação de prazo formalmente admitido pela Administração, deverá o Contratado apresentar nova garantia de execução do Contrato, de forma a abranger o período de prorrogação, restando a administração os créditos do Contratado, enquanto não efetivada tal garantia, ou valor a ela correspondente.

12.4. Ocorrendo aumento no valor contratual decorrente de acréscimos de obras ou serviços, o Contratado, por ocasião da assinatura do Termo Aditivo, deverá proceder ao reforço da garantia inicial, no mesmo percentual previsto.

12.5. A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.

12.6. A garantia a ser apresentada deverá ser correspondente ao valor do LOTE ou LOTES, ou seja, será exigido na proporção da participação do licitante.

12.7. A garantia deverá estar válida para a consulta no ato da abertura do CERTAME, não serão aceitos outras formas de comprovação senão as acima mencionados conforme previsto na Lei 14.133/2021.

12.8. A Licitante que anexar documentos que não seja a garantia em uma das modalidades acima terão sua proposta desclassificadas.

12.9. Caso a equipe de licitação não consiga consultar a apólice na data da licitação ela poderá solicitar o comprovante de pagamento, porém serão aceitos os pagamentos anteriores hora a abertura da licitação.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE COMPRAS
E LICITAÇÕES - SUPEL

13. DO TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS ME/EPP/MEI's NO AMBITO MUNICIPAL QUANDO ESTE FOR BENEFICIADO EM EDITAL

13.1 Na disputa de itens de participação Exclusiva ou Cotas Reservadas para ME/EPP/MEI, proceder-se-á da seguinte forma:

13.1.1 *Poderá ser concedida, justificadamente, prioridade de contratação de microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual sediadas local ou regional, até o limite de 10% (dez) por cento do melhor preço válido, nos seguintes termos:*

Art. 172. O Município poderá estabelecer no ato convocatório prioridade de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, sediadas local ou regionalmente, podendo pagar preço superior ao melhor preço válido, até o limite de 10% (dez por cento), observando a seguinte prioridade:

I - *Microempresas e empresas de pequeno porte sediadas no Município de Monte Negro, Estado de Rondônia; e*

II - *Microempresas e empresas de pequeno porte, no âmbito regional, compreendendo:*

a) *Ariquemes, Alto Paraíso, Buritis, Campo Novo, Cacaulândia, Governador Jorge Teixeira e Jaru.*

§ 1º. Na hipótese da não contratação da microempresa ou da empresa de pequeno porte sediada local ou regionalmente com base nos incisos I e II do caput desta Lei Complementar, serão convocadas as remanescentes na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

§ 2º. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

§ 3º. Nas licitações em que haja cota parte, a prioridade será aplicada apenas na cota reservada para contratação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte;

§ 4º. Nas licitações com exigência de subcontratação, a prioridade de contratação prevista neste inciso somente será aplicada se o licitante for microempresa ou empresa de pequeno porte sediada local ou regionalmente ou for um consórcio ou uma sociedade de propósito específico formada exclusivamente por microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente;





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE COMPRAS
E LICITAÇÕES - SUPEL

§ 5º. A prioridade de contratação local e regional será aplicada, inclusive, sobre as microempresas e empresas de pequeno porte fora daqueles limites.

§ 6º. A aplicação do benefício previsto neste artigo e do percentual da prioridade adotado, limitado até 10% (dez por cento), deverá ser motivada, nos termos dos artigos 47 e 48, § 3º, da Lei Complementar nº 123/2006.

14. DO DESEMPATE

14.1 Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos na Lei Municipal 1.559/2024, na [Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#), seguido da aplicação dos critérios estabelecidos no art. 60º da Lei nº 14.133, de 2021, se não houver licitante que atenda às primeiras hipóteses.

14.1.1 Serão aplicados os mesmos critérios de desempate caso não haja envio de lances na fase competitiva, sendo a proposta inicial considerada como vinculatória caso não tenha sido retirada. *(Art. 164 da Lei Municipal 1.559/2024)*

14.2 Entende-se por empate ficto aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

14.2.1 Para os beneficiados pela Lei Complementar nº 123/2006, na modalidade de pregão, o intervalo percentual será de **5% (cinco por cento)** superior ao melhor preço;

14.3 Serão convocadas as licitantes remanescentes que porventura se enquadrem nas mesmas hipóteses, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

14.4 Nas licitações entre não declarantes ME/EPPs ou em que após o exercício de preferência estejam configurados empate em primeiro lugar, será realizada disputa final entre os licitantes empatados, que poderão apresentar nova proposta fechada, conforme estabelecido no instrumento convocatório. *(Art. 60 Da Lei Municipal 14,133/2021)*

Art. 60 - Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

I - disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

II - avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

III - desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento; *(Vide Decreto nº 11.430, de 2023) Vigência.*





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE COMPRAS
E LICITAÇÕES - SUPEL

IV - desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

§ 1º Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

I - empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

II - empresas brasileiras;

III - empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

IV - empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

§ 2º As regras previstas no caput deste artigo não prejudicarão a aplicação do disposto no art. 44 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

15. DA NEGOCIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

15.1 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro encaminhará pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital.

§ 1º A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

15.2 Após finalização dos lances, negociações e atualizações dos preços, o Pregoeiro examinará a compatibilidade dos preços em relação ao estimado para contratação, apurado pelo Setor de Pesquisa e Cotação de Preços da SUPEL/RO, bem como, se o valor unitário e total encontram-se com no **máximo 02 (duas) casas decimais;**

15.2.1 O Pregoeiro não aceitará proposta final cujo preço seja superior ao estimado (valor de mercado) para a contratação, apurado pelo Setor responsável. Vide art. 59 inciso III da lei 14.133/21.

15.2.2 Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$), com VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA. Caso a licitante divergir com o exigido, o Pregoeiro, poderá convocar para atualização do referido valor, e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os PARA MENOR automaticamente caso a licitante permaneça inerte.

16. DA PROPOSTA DE PREÇOS

16.1 Encerrada a fase de lances e negociação, o(a) pregoeiro(a) solicitará do licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar, o envio da Proposta de Preços, observado o prazo limite de até 02 (duas) horas.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE COMPRAS
E LICITAÇÕES - SUPEL

16.1.1 A critério da administração, poderá o prazo limite ser prorrogado por igual período, de forma justificada.

16.1.2 O encaminhamento se dará através do módulo HABILITANET no rol de menus da Sala de Disputa, dentro do prazo estabelecido, após a fase de lances.

16.1.3 Poderá ainda ser utilizado o relatório de Proposta Final expedido pelo sistema LICITANET em substituição, sem prejuízo do procedimento licitatório.

16.2 A proposta Final corrigida e atualizada ao último valor ofertado terá validade mínima de 60 (sessenta) dias corridos a partir da data de sua entrega.

16.3 O preenchimento da Proposta Final deve seguir estritamente a ordem e numeração dos itens conforme Anexo III - Estimativa de Custos.

16.4 O Licitante será inteiramente responsável por todas as transações assumidas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como verdadeiras e firmes suas propostas e subsequentes lances, se for o caso, bem como acompanhar as operações no sistema durante a sessão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

16.5 A cargo da administração pública, poderá o pregoeiro(a) solicitar a reelaboração da Proposta de Preços quando a mesma apresentar erros formais e passíveis de correção.

16.6 Se a proposta de preços não for aceitável, o Pregoeiro(a) examinará a proposta de preços subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta de preços que atenda ao Edital;

16.7 Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades estabelecidas neste Edital;

16.7.1 A desistência em apresentar lance implicará a Licitante da etapa de lances e na manutenção do último preço por ela apresentado.

16.8 O pregoeiro poderá solicitar **PROSPECTO/FOLDER/CATÁLOGO/ENCARTES/FOLHETOS TÉCNICOS OU LINKS OFICIAIS** do objeto, objetivando avaliar a compatibilidade do item ofertado, sob pena de desclassificação em caso de descumprimento das exigências ou do prazo estipulado;

16.9 Nos casos em que o Pregoeiro constatar a existência de erros numéricos nas propostas de preços, sendo estes não significativos, proceder-se-á as correções necessárias para a apuração do preço final da proposta, obedecendo às seguintes disposições:

16.9.1 Havendo divergências entre o preço final registrado sob a forma numérica e o valor apresentado por extenso, prevalecerá este último;

16.9.2 Havendo divergências nos subtotais, provenientes dos produtos de quantitativos por preços unitários, o Pregoeiro procederá à correção dos subtotais, mantendo os preços unitários e alterando em consequência o valor da proposta.

16.9.3 Diante de divergências claramente resultantes de erro de digitação ou preenchimento, o pregoeiro se reserva o direito de solicitar a correção da proposta.

17. DA DOCUMENTAÇÃO HABILITATÓRIA

17.1 A relação de documentos requisitados para comprovação da habilitação do licitante no presente certame encontra-se **no Anexo II** deste edital.

17.2 A habilitação do licitante será comprovada mediante consulta da documentação especificada neste Edital.

17.3 A consulta deverá comprovar que o licitante se encontrava regular na data marcada para abertura das propostas.

17.4 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE COMPRAS
E LICITAÇÕES - SUPEL

17.5 Sob pena de inabilitação, todos os documentos deverão ser apresentados da seguinte forma:

- I.** Se o licitante for matriz, todos os documentos deverão ser apresentados em nome da matriz;
- II.** Se o licitante for filial, todos os documentos deverão estar em nome da mesma, exceto aqueles que, comprovadamente, forem emitidos apenas em nome da matriz;
- III.** Se o licitante for a matriz, mas a prestadora do objeto deste edital ou a emissora da fatura/nota fiscal for filial, os documentos deverão ser apresentados em nome de ambas, matriz e filial.

17.6 A Administração, por meio da Comissão ou servidor (es) designado(s), poderá ainda, caso haja necessidade, diligenciar para certificação da veracidade das informações acima, ou quaisquer outras prestadas pela empresa licitante durante o certame, sujeitando o emissor as penalidades previstas em lei caso haja ateste de informações inverídicas.

18. DA HABILITAÇÃO

18.1 Encerrada a análise das Propostas Comerciais, o(a) pregoeiro(a) solicitará do licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar, o envio da Documentação de Habilitação elencada no Anexo II do presente edital, observado o prazo limite de até 02 (duas) horas.

18.1.1 A critério da administração, poderá o prazo limite ser prorrogado por igual período, de forma justificada.

18.1.2 O encaminhamento se dará através do módulo HABILITANET no rol de menus da Sala de Disputa, dentro do prazo estabelecido, após a fase de lances.

18.2 O Licitante será inteiramente responsável por todas as transações assumidas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como verdadeiras e firmes suas propostas e subsequentes lances, se for o caso, bem como acompanhar as operações no sistema durante a sessão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

18.3 Todos os documentos deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, conforme disposto no Art. 119 Inciso II da Lei Municipal 1.559/2024, inclusive quando a legislação ou o edital exijam apresentação de planilha de composição de preços.

18.4 O Pregoeiro poderá suspender a sessão para análise da documentação de habilitação.

18.5 Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta, ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus anexos, poderá o Pregoeiro considerar o proponente INABILITADO.

18.6 A Administração não se responsabiliza pela perda de negócios quanto aos documentos exigidos para habilitação que puderem ser emitidos pelo Pregoeiro via online, gratuitamente, quando da ocorrência de eventuais problemas técnicos de sistemas ou quaisquer outros, pois é de inteira responsabilidade das licitantes a apresentação dos documentos exigíveis legalmente quando da convocação.

18.7 Os documentos deverão ter validade expressa ou estabelecida em Lei, admitidos como válidos, e no caso de omissão, os emitidos nos últimos 90 (noventa) dias para a Certidão de Falência e Recuperação Judicial, e emitidos nos últimos 60 (sessenta) dias para as demais.

18.8 Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus anexos.

18.9 Será assegurado às empresas que tenham declarado sob as penas da lei a condição de ME/EPP e que não incorram nas hipóteses de desenquadramento, a possibilidade de regularização da documentação para habilitação pertinente à regularidade fiscal, na forma prevista pelo art. 43 da Lei Complementar nº 123/06.

18.10 As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar **toda a documentação exigida** para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE COMPRAS
E LICITAÇÕES - SUPEL

18.10.1 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

18.10.2 A não regularização da documentação, no prazo previsto nos itens acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no § 2º do artigo 90 da Lei nº 14.133 de 2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a retirada da Nota de Empenho, assinatura do contrato ou revogar a licitação.

18.11 A Administração se reserva no direito de diligenciar, a qualquer momento, no sentido de verificar a validade e a autenticidade de qualquer certidão apresentada. Havendo divergências, será considerada válida pela Administração a certidão obtida com data mais recente.

18.12 Também em sede de diligência, havendo dúvidas sobre a veracidade dos documentos apresentados para habilitação ou sua compatibilidade com as exigências editalícias, poderá ser solicitada a exibição de documentos complementares como: termo de contrato, atas de registro de preços, notas de empenho, notas fiscais ou outros considerados pertinentes.

18.13 Nos casos em que o objeto social cadastrado se mostrar confuso, dúbio ou pouco objetivo, o pregoeiro poderá abrir diligência com o único fim de apurar se a licitante atua em ramo pertinente ao objeto da presente licitação.

18.14 Na fase de Habilitação, após ACEITA e comprovada a Documentação de Habilitação, o Pregoeiro HABILITARÁ a licitante, em campo próprio do sistema eletrônico.

19. DOS RECURSOS

19.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

19.2 Declarado o vencedor qualquer licitante poderá, durante o prazo de **10 minutos**, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema (clicando no botão **ENTRAR C/ RECURSO**), manifestar sua intenção de recorrer.

19.3 A falta de manifestação, imediata e motivada, da intenção de recurso quanto ao resultado do certame importará na preclusão do direito recursal, autorizando a adjudicação do objeto à licitante vencedora.

19.4 O Pregoeiro examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema. Os recursos imotivados ou insubsistentes não serão recebidos.

19.5 O licitante que tiver sua intenção de recurso aceito deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias conforme previsto no § 2º do art. 165 da Lei nº 14.133, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados a apresentar as contrarrazões previstas no § 4º do art. 165 da Lei nº 14.133, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo do recorrente.

19.6 Os recursos serão dirigidos à Superintendência de Licitações - SUPEL, por intermédio do Pregoeiro, o qual poderá reconsiderar sua decisão, em até 10 (dez) dias úteis ou, nesse período, fazê-los subir, devidamente informados, para apreciação e decisão, no mesmo prazo.

19.7 O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

19.8 Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

19.9 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, na sala da SUPEL, na Sede do Município de Monte Negro - RO, no endereço mencionado anteriormente.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE COMPRAS
E LICITAÇÕES - SUPEL

20. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

20.1 Atendidas as especificações do Edital, estando habilitada a Licitante e tendo sido aceito o menor preço apurado, o Pregoeiro declarará a(s) empresa(s) vencedora(s) do(s) respectivo(s) ITENS/LOTES e encaminhará os autos para ADJUDICAÇÃO pela autoridade competente.

20.1.1 Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante da sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

20.1.2 Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

20.1.3 Nas licitações por Sistema de Registro de Preço ou por entregas parceladas, haverá prioridade de aquisição dos produtos das cotas reservadas, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, justificadamente.

20.2 A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do Pregão Eletrônico constarão de ata divulgada no Sistema Eletrônico www.licitanet.com.br, sem prejuízo das demais formas de publicidade prevista na legislação pertinente.

20.3 A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pelo Pregoeiro e efetuada pela Autoridade Competente.

20.4 A homologação da licitação é de responsabilidade da Autoridade Competente e será realizada depois da adjudicação.

20.5 Quando houver recurso e o Pregoeiro mantiver sua decisão, essa deverá ser submetida à Autoridade Competente para decidir acerca dos atos do Pregoeiro.

20.6 Independente da forma de julgamento (por ITEM, por LOTE ou GLOBAL), o objeto deste Pregão será adjudicado **POR ITEM** ao licitante vencedor.

21. DA COMUNICAÇÃO COM O FORNECEDOR

21.1 A convocação da licitante será feita através da emissão da Ata de Registro de Preços em campo específico “ARP” na Plataforma Licitanet, ordem de fornecimento ou outro termo equivalente, à Adjudicatária.

21.2 A convocação será realizada preferencialmente via e-mail (informado pela adjudicatária em sua proposta), com aviso de recebimento, as assinaturas deverão ser preferencialmente digitais/eletrônicas. Através do mesmo endereço eletrônico, a CONTRATANTE enviará as comunicações necessárias durante a vigência contratual.

21.3 O prazo para assinatura e envio será de até 3 (três) dias úteis, a contar da data de convocação, nos termos do art. 90 da lei 14.133/21.

21.4 Apenas em função da total impossibilidade da utilização de e-mail, far-se-á a remessa dos documentos por via postal, para assinatura da adjudicatária.

21.5 As comunicações oficiais referentes à presente contratação poderão ser realizadas através de e-mail corporativo, reputando-se válidas as enviadas em e-mail incluído na proposta ou documentos apresentados pelo contratado.

21.6 A ciência do ato será a data de confirmação da leitura do seu teor pelo destinatário, sendo considerada válida, na ausência de confirmação, a comunicação na data do término do prazo de 2 (dois) dias úteis, contados a partir da data do seu envio.

21.7 Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor. (§ 2º do art. 90 da Lei n.º 14.133/2021).

21.8 Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE COMPRAS
E LICITAÇÕES - SUPEL

21.9 Nos termos do § 4º do art. 90 da Lei n.º 14.133/2021, na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do Item **20.8**, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

- I - Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;
- II - Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

22. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA/ALINHAMENTO COM O PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES.

22.1 O Município de Monte Negro não dispõe do Plano de Contratações Anual (PCA) 2025. Ressalta-se que as despesas relacionadas a este Documento de Formalização de Demanda (DFD) não encontram-se previstas em PCA, pois o Município ainda está desobrigado da sua apresentação, porém há previsão na Lei Orçamentária Anual (LOA), garantindo, assim, o respaldo orçamentário e legal para a eventual contratação.

21.2. AS DESPESAS DECORRENTES DA PRESENTE CONTRATAÇÃO CORRERÃO À CONTA DE RECURSOS ESPECÍFICOS CONSIGNADOS NO ORÇAMENTO DESTA PREFEITURA, POR MEIO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

16.2.03.001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MONTE NEGRO

1.029 – AQ. INSUMOS INSTRUMENTAIS – FAF 7009/2025-10 – 17519-6

466 - 3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO

1.030 – AQ. INSUMOS PARA UBS – FAF 7007/2025-04 – 17519-6

467 - 3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO

214 - 3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO

230 - 3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO

E outras dotações que vierem a surgir.

23. DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

23.1 O contratado obriga-se a fornecer o objeto a ele adjudicado, conforme especificações e condições contidas neste Edital e seus anexos, e na proposta apresentada, independente de transcrição, prevalecendo no caso de divergência às especificações e condições presentes no Instrumento Convocatório.

23.2 Quaisquer vantagens apresentadas pelo licitante vencedor em sua proposta de preços, se pertinentes e aceitas pela administração, poderão ser acrescentadas à contratação, passando a constituir-se uma obrigação para o contratado.

23.3 A execução dos compromissos assumidos pela participação no certame, bem como os casos omissos em edital e contrato, regular-se-ão pelas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 89, combinado com o inciso III do art. 92, ambos da Lei nº 14.133/2021.

23.4 Fica vedada a transferência ou cessão do contrato.

23.5 É vedada a subcontratação total do objeto deste Pregão, sendo a subcontratação parcial possível em casos excepcionais, com prévia anuência da Administração.

23.6 Constituem-se como cláusulas contratuais, a serem observadas durante a execução do objeto, as obrigações do licitante abordadas neste edital, incluídas aquelas pormenorizadamente descritas nos anexos do Instrumento Convocatório.

23.7 O Contratado fica obrigado a aceitar alterações no quantitativo previsto em edital, no limite de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, sem que isso implique





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE COMPRAS
E LICITAÇÕES - SUPEL

em alterações de preços contratados, de acordo com o estabelecido no artigo 124 da Lei 14.133/21;

23.8 Os valores contratados serão fixos e irreajustáveis pelo período de 01 (um) ano, de acordo com a Lei n. 10.192, de 14 de fevereiro de 2001.

24. DO REAJUSTE DE PREÇOS CONTRATUAIS

24.1 Durante o prazo de vigência do Contrato, os preços serão irreajustáveis. Ao final da vigência contratual, caso decidido pela sua prorrogação, os reajustes serão corrigidos com base no índice IGP-M (Índice Geral de Preço de Mercado) da Fundação Getúlio Vargas, ou outro que venha substituí-lo.

24.2 A data-base será vinculada à data do orçamento estimado conforme previsto no §7º do artigo 25 e do §3º do artigo 92, ambos da Lei n. 14.133/2021.

24.3 Em caso de eventual atraso de pagamentos, desde que não tenha a contratada contribuído de qualquer forma para sua ocorrência, mediante pedido, deverá incidir sobre o valor devido, atualização financeira a partir do dia posterior ao vencimento até a data do efetivo pagamento, e serão calculados – mediante apresentação de nota fiscal própria – por meio da aplicação da seguinte fórmula $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela em atraso; I = Índice de compensação financeira

24.4 Fica garantido o Reequilíbrio Econômico-financeiro do contrato em casos de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

25. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E PAGAMENTO

25.1 Em conformidade com o artigo 140, inciso II da Lei nº. 14.133/21, o objeto da presente licitação será recebido:

I. Provisoriamente – para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com a especificação, mediante termo de recebimento provisório pelo servidor responsável pelo recebimento, no verso da fatura/nota fiscal ou Termo de Recebimento Provisório; e

II. Definitivamente – será efetuado mediante Termo de Recebimento, após a verificação da conformidade/adequação e consequente aceitação pelo fiscal do contrato (ou comissão).

25.2 Em conformidade com o § 1º do art. 140 da Lei de Licitações e Contratos Administrativos, se no recebimento do objeto for constatada sua execução de forma incompleta ou em desacordo com as condições avençadas, será interrompido o prazo de recebimento definitivo, até que seja sanada a situação, nos termos do art. 119 da Lei de licitação.

25.3 O objeto será rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser reparado, corrigido ou substituído conforme descrito no Termo de Referência, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades. Nesse caso, será interrompido o prazo de recebimento definitivo, até que seja sanada a situação.

25.4 Caso o objeto seja REJEITADO, o termo de recebimento provisório perderá todos os efeitos jurídicos, inclusive o de purgação de eventual mora contratual.

25.5 Se o particular realizar a substituição, adequação e/ou reparos necessários dentro do prazo estipulado, será recebido provisoriamente pelos agentes acima mencionados e em definitivo, após constatar-se a conformidade em face dos termos pactuados.

25.6 Caso se verifique que não se mostra possível a adequação do objeto ou que, mesmo depois de concedido prazo para reparações, não foi alcançado o resultado esperado, será cabível a rescisão unilateral do Contrato, com base no que dispõe o art. 155 da Lei n. 14.133/21, bem como





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE COMPRAS
E LICITAÇÕES - SUPEL

a aplicação de penalidades, conforme o disposto no art. 137 da referida Lei, com abertura de processo administrativo em que se garantirá o contraditório e a ampla defesa.

25.7 O pagamento será efetuado de acordo com as quantidades solicitadas, através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pelo Contratado, à vista da fatura/nota fiscal por ele apresentada, devidamente certificada, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários.

25.8 O pagamento será efetuado **de acordo com o Termo de Referência**, ambos contados a partir da apresentação da fatura/nota fiscal.

25.9 Considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data de emissão da ordem bancária.

25.10 A nota fiscal ou nota fiscal-fatura deverá ser entregue na sede do Contratante, aos cuidados do fiscal do contrato.

25.11 Deve acompanhar a fatura toda a documentação necessária à comprovação de que o contratado se mantém regular em todas as condições previstas para habilitação no certame.

25.12 Faculta-se à Administração, quando viável, a verificação da manutenção dos requisitos de habilitação do contratado através de consulta em sites oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões.

25.13 O pagamento somente será efetuado se houver o aceite/certificação do Fiscal do Contrato na fatura/nota fiscal e a documentação da empresa estiver regular. Se a fatura/nota fiscal não for apresentada ou for apresentada em desacordo ao contratado, com irregularidades ou ainda se a documentação da empresa estiver irregular, o prazo para o pagamento será interrompido até que a Contratada providencie as medidas saneadoras necessárias à sua regularização formal, não implicando qualquer ônus para o Município de Monte Negro.

25.14 Sanadas a irregularidades, o prazo será contado do início a partir da data de protocolo da comunicação escrita da regularização das falhas e omissões pelo contratado.

25.15 O Contratante poderá sustar o pagamento de qualquer fatura, no todo ou em parte, nos casos de:

- I. Existência de qualquer débito para com o Contratante; e
- II. Execução do objeto em desacordo com as condições contratadas.

25.16 Fica obrigada a administração pública a efetuar a retenção, na fonte, do imposto sobre a renda, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e da Contribuição para o PIS/Pasep incidentes sobre os pagamentos que efetuarem a pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras de construção civil. (Art. 2º da Instrução Normativa RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012)

26. DAS PENALIDADES (Art.92º, IncisoXIV, Arts.155ºao163º da lei14.133/2021)

26.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela contratada sujeitará a empresa às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, no edital e no Termo de Referência, semprejuízo da responsabilidade civil e penal cabível. As sanções aplicáveis incluem:

26.1.1. A contratada ficará sujeita à aplicação de advertência, quando identificadas irregularidades formais ou falhas não graves que possam ser sanadas sem prejuízo à Administração;

26.1.2. Em casos de atraso injustificado na entrega de materiais ou equipamentos, após ultrapassado o prazo tolerável de 3 (três) dias, incidirá multa diária de 0,5% sobre o valor do item ou lote não entregue, limitada a 10% da Nota de Empenho, conforme estabelecido neste Termo;





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE COMPRAS
E LICITAÇÕES - SUPEL

- 26.1.3.** dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 26.1.4.** dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 26.1.5.** dar causa à inexecução total do contrato;
- 26.1.6.** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 26.1.7.** apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- 26.1.8.** praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 26.1.9.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 26.2.** Dos atos lesivos conforme art. 159. da Lei 14.133/2021, os atos previstos como infrações administrativas nesta Lei ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.
- 26.3.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, conforme artigo nº 90 da Lei 14.133/2021;
- 26.4.** Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- I - Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- II – Multa:
- a)** moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- b)** moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 15% (quinze por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
- b.1** O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do Art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- c)** compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto:





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE COMPRAS
E LICITAÇÕES - SUPEL

III - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c e d do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

IV - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas e, f, g e h do sub-item acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c e d, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

26.5. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

26.6. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

26.7. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

26.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

26.9. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

26.10. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar, contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

26.11. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

26.12. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE COMPRAS
E LICITAÇÕES - SUPEL

autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art.159).

26.13. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, como Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

26.14. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

26.15. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

26.16. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

27. DISPOSIÇÕES FINAIS

27.1 A licitação na modalidade de pregão é condicionada aos princípios básicos da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, eficiência, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, bem como aos princípios correlatos da razoabilidade, competitividade e proporcionalidade;

27.2 A LICITANTE deverá assumir todos os custos de elaboração da proposta, não sendo o Município de Monte Negro - RO, em qualquer hipótese, responsável pelos mesmos, independentemente do resultado da licitação;

27.3 A Administração, a qualquer tempo, antes da data da sessão inaugural, poderá proceder às alterações concernentes a esta licitação, por sua iniciativa, fornecendo o correspondente adendo a todas as interessadas, sendo-lhe facultado em, sendo o caso, adiar a data do recebimento das documentações e propostas;

27.4 As omissões porventura existentes neste instrumento convocatório serão sanadas pelo Pregoeiro, responsável pelo certame, observadas as disposições legais e regulamentares pertinentes, bem como diretrizes expedidas pelos órgãos que se constituírem fontes de recursos financiadores.

27.5 A critério do Município de Monte Negro- RO esta licitação poderá:

27.5.1 SER ANULADA: Se houver ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado; ou





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE COMPRAS
E LICITAÇÕES - SUPEL

- 27.5.2** SER REVOGADA: A juízo do Município de Monte Negro - RO, ser for considerada inoportuna ou inconveniente ao interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta; ou
- 27.5.3** Terá data de abertura transferida, por conveniência exclusiva da administração.
- 27.6** Será observado, ainda, quanto ao procedimento desta licitação, o seguinte:
- 27.6.1** A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar; seguindo o disposto na Lei Federal nº. 14.133/21;
- 27.6.2** A nulidade do procedimento licitatório induz à do empenho, ressalvado o disposto na condição anterior; e;
- 27.6.3** No caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 27.7** O presente Edital e seus anexos, bem como a proposta da proponente vencedora, farão parte integrante do contrato como se nele estivesse transcrito, ressalvado o valor proposto, por quanto prevalecerá o ofertado em lance verbal ou negociado
- 27.8** Em casos excepcionais, o Pregoeiro poderá ampliar o prazo de recebimento do documento sem virtude de não prejudicar o interesse público;
- 27.9** As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação;
- 27.10** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 27.11** As normas que disciplinam este PREGÃO ELETRÔNICO serão sempre interpretadas em favor da ampliação, da disputa entre interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato;
- 27.12** A declaração e a adjudicação da licitante vencedora desta licitação não implicarão direito à contratação ou a obrigatoriedade de ser adquirido o objeto;
- 27.13** Para efeito de contratação, aquisição e pagamento prevalecerá, o menor preço escrito, todos devidamente registrados em Ata;
- 27.14** Havendo conflito de interpretação entre as exigências contidas no Edital e em seus Anexos, prevalecerá pela ordem do Edital, e em seguida o Termo de Referência, a Minuta do Contrato e por último os demais anexos;
- 27.15** Em divergência em relação ao quantitativo, prevalecerá o contido no ANEXO III (Estimativa de Custos);
- 27.16** Aos casos omissos aplicam-se as demais condições constantes da Lei Federal nº.14.133/21;
- 27.17** Não havendo expediente na data determinada, ou na ocorrência de qualquer outro fato que impossibilite a realização deste Pregão, a sessão será adiada para o primeiro dia útil subsequente, mantidos o mesmo horário e local, salvo disposição em contrário.
- 27.18** Dos atos praticados, o sistema gerará Ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os autos do procedimento e as ocorrências relevantes, que estará disponível para consulta no endereço eletrônico www.licitanet.com.br.
- 27.19** Não cabe à LICITANET – Licitações On-line qualquer responsabilidade pelas obrigações assumidas pelo fornecedor com o licitador, em especial com relação à forma e às condições de entrega dos bens ou da prestação de serviços e quanto à quitação financeira da negociação realizada.
- 27.20** Informações complementares poderão ser obtidas no horário das 7h30m às 13h30m (horário local), pelo telefone (69) 3441-8069, ou pelo e-mail: supel@montenegro.ro.gov.br. O edital e seus anexos estão à disposição dos interessados nos endereços eletrônicos www.montenegro.ro.gov.br e www.licitanet.com.br.

28. ANEXOS





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE COMPRAS
E LICITAÇÕES - SUPEL

28.1 Fazem parte deste instrumento convocatório, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

- ANEXO I - Termo de Referência;**
- ANEXO II - Condições para Habilitação;**
- ANEXO III - Modelo de Proposta Comercial;**
- ANEXO IV - Modelo de Declaração Conjunta;**
- ANEXO V - Minuta do Contrato**
- ANEXO VI - Minuta da Ata de Registro de Preço**

Monte Negro, 08 de junho de 2026

Elaborado por:

(Assinado Eletronicamente)
Fernandes Lucas da Costa
Superintendente /SUPEL
Portaria nº. 546/2025

Pregoeiro Designado:

Carlita Pereira de Oliveira
Agente de Contratação/Pregoeiro(a)
Port. 679/2024





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE COMPRAS
E LICITAÇÕES - SUPEL

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Órgão Requisitante: Secretaria Municipal de Saúde de Monte Negro – RO

Unidade Executora: Secretaria Municipal de Saúde

Modalidade: LICITAÇÃO – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto, Registro de preços para futura e eventual aquisição **de insumos, instrumentos clínicos, material de consumo e demais bens permanentes**, atendendo assim, a Secretaria Municipal de Saúde do Município de Monte Negro/RO, conforme especificações e quantitativos definidos neste Termo de Referência (Anexo 1).

2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A presente contratação fundamenta-se nas disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente nos arts. 6º, 11, 18, 23 e 82 e seguintes, que disciplinam o planejamento das contratações públicas, a elaboração do Estudo Técnico Preliminar, a formação do preço estimado e utilização do Sistema de Registro de Preços.

2.2 A adoção da Licitação, sob o Sistema de Registro de Preços, mostra-se juridicamente adequada à natureza dos bens pretendidos, considerando tratar-se de aquisição de bens comuns, com especificações usuais de mercado e possibilidade de fornecimento por múltiplos fornecedores, observados os princípios da legalidade, planejamento, eficiência, economicidade e interesse público.

2.3 A contratação visa à aquisição de insumos, instrumentos clínicos, material de consumo e demais bens permanentes, destinados às unidades integrantes da rede municipal da Secretaria de Saúde do Município de Monte Negro/RO.

2.4 A necessidade decorre:

1. Da substituição de bens obsoletos, desgastados ou inservíveis;
2. Da insuficiência quantitativa frente à ampliação da demanda assistencial;
3. Da necessidade de modernização tecnológica e padronização dos equipamentos;
4. Da adequação às normas sanitárias, técnicas e de segurança vigentes;
5. Do cumprimento de planos de trabalho vinculados a emendas parlamentares fundo a fundo, já formalizadas ou com previsão de liberação nos próximos exercícios.

2.5 A inexistência ou inadequação dos bens compromete diretamente:

1. A qualidade e segurança do atendimento prestado à população;
2. A eficiência operacional das unidades de saúde;
3. A continuidade dos serviços públicos essenciais;
4. O cumprimento tempestivo das obrigações decorrentes de repasses de recursos externos.

2.6 Considerando a previsibilidade de novas liberações de recursos ao longo dos próximos 2 (dois) anos, especialmente provenientes de emendas parlamentares, a utilização do Sistema de Registro de Preços permitirá maior flexibilidade administrativa, viabilizando aquisições conforme a efetiva





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE COMPRAS
E LICITAÇÕES - SUPEL

disponibilidade orçamentária, sem prejuízo da competitividade e da vantajosidade.

2.7 Dessa forma, a contratação revela-se necessária, adequada e proporcional, constituindo medida indispensável para garantir a estruturação e o fortalecimento da rede municipal de saúde, assegurando melhores condições de atendimento à população e de trabalho aos profissionais envolvidos.

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

3.1 A presente contratação decorre da necessidade institucional de promover a adequada estruturação, modernização, recomposição e ampliação da capacidade operacional das unidades integrantes da rede municipal de saúde do Município de Monte Negro/RO, mediante a aquisição de insumos, instrumentos clínicos, material de consumo e demais bens permanentes, indispensáveis ao regular funcionamento das atividades assistenciais e administrativas.

3.2 O diagnóstico situacional realizado pela Secretaria Municipal de Saúde evidenciou que parcela significativa dos bens atualmente utilizados se encontra com vida útil comprometida, tecnologicamente defasada ou em quantitativo insuficiente para atender à crescente demanda dos serviços, circunstância que compromete a eficiência operacional, eleva custos de manutenção corretiva e expõe usuários e profissionais a riscos decorrentes da utilização de equipamentos inadequados ou obsoletos.

3.3 A necessidade ora apresentada intensifica-se diante do processo de ampliação estrutural do Hospital

Municipal, das reformas e adequações das unidades básicas de saúde, iniciativas que ampliarão significativamente a capacidade de atendimento e a oferta de serviços especializados à população.

3.4 A insuficiência e inadequação dos bens impactam diretamente a qualidade do atendimento prestado, a segurança assistencial, a resolutividade clínica e a conformidade das unidades com normas sanitárias, técnicas e regulatórias.

3.5 A inexistência de equipamentos adequados para as novas alas hospitalares e para as unidades reformadas comprometeria a efetividade dos investimentos estruturais já realizados ou em execução, reduzindo o potencial de ampliação do acesso e da qualidade dos serviços de saúde.

3.6 Ademais, a contratação se justifica pela necessidade de viabilizar o cumprimento tempestivo dos planos de trabalho vinculados a recursos oriundos de emendas parlamentares fundo a fundo, bem como de outras fontes de financiamento destinadas à ampliação da rede assistencial.

3.7 Nesse contexto, a contratação não se limita à reposição de bens existentes, mas constitui medida estruturante para consolidação do processo de expansão da rede municipal de saúde, assegurando que o Hospital ampliado e as unidades reformadas disponham de condições técnicas adequadas para operar com segurança, eficiência e qualidade.

3.8 Trata-se, portanto, de providência necessária, proporcional e alinhada ao interesse público, destinada a fortalecer a capacidade assistencial do Município de Monte Negro/RO e a garantir a efetiva melhoria dos serviços ofertados à população.

4. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

4.1. O presente Termo de Referência tem por objeto o registro de preços para futura e eventual aquisição de insumos, instrumentos clínicos, material de consumo e demais bens permanentes,





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE COMPRAS
E LICITAÇÕES - SUPEL

destinados ao atendimento das necessidades das unidades integrantes da rede municipal de Saúde de Monte Negro/RO, compreendendo o Hospital Municipal e as Unidades Básicas de Saúde e demais estruturas assistenciais e administrativas vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde.

4.2. A contratação abrange o fornecimento dos bens com entrega nos locais indicados pela Administração, incluindo, quando aplicável, montagem, instalação, testes operacionais e orientações básicas de uso, observadas as especificações técnicas detalhadas neste Termo de Referência e em seus anexos.

4.3. Os bens deverão atender integralmente às normas técnicas, sanitárias e regulatórias pertinentes, bem como às exigências de qualidade, desempenho, segurança e durabilidade compatíveis com o uso em ambiente de saúde pública.

4.4. A presente contratação será estruturada sob o Sistema de Registro de Preços, permitindo aquisições parceladas e sob demanda durante a vigência da ata, conforme disponibilidade orçamentária e financeira, especialmente considerando a execução de recursos provenientes de emendas parlamentares estaduais e federais e a necessidade de equipar as estruturas ampliadas e reformadas da rede municipal de saúde.

4.5. O objeto ora definido visa assegurar que as unidades de saúde disponham de infraestrutura adequada ao pleno funcionamento dos serviços assistenciais e administrativos, garantindo eficiência operacional, segurança aos usuários e profissionais, padronização técnica dos bens adquiridos e adequada aplicação dos recursos públicos, deste Termo de Referência e em conformidade com as normas técnicas e sanitárias aplicáveis.

5. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

5.1. A contratação de novos insumos, instrumentais clínicos e materiais de consumo é fundamental para atender às necessidades da população de forma mais eficiente. A melhoria das condições de trabalho dos servidores, aliada à modernização dos equipamentos, permitirá fornecer serviços de qualidade, com maior rapidez e segurança, aumentando a satisfação do público atendido e contribuindo para o desenvolvimento social e econômico do município de Monte Negro (RO).

5.2. O diagnóstico institucional realizado pela Secretaria Municipal de Saúde evidenciou a existência de equipamentos obsoletos, com vida útil exaurida e defasadas, além da insuficiência quantitativa de bens frente à crescente demanda por serviços de saúde, situação que compromete a eficiência administrativa, a segurança assistencial e a qualidade do atendimento prestado à população.

5.3. A ampliação estrutural do Hospital Municipal e as reformas das Unidades Básicas de Saúde implicam aumento da capacidade instalada e expansão dos serviços ofertados, exigindo a aquisição de insumos, instrumentos clínicos, material de consumo e demais bens permanentes.

5.4. A ausência de aparelhamento adequado poderia inviabilizar a plena operacionalização das estruturas físicas ampliadas, reduzindo a efetividade dos investimentos já realizados e limitando o alcance das políticas públicas de saúde.

5.5. A contratação também se justifica pela necessidade de viabilizar a execução tempestiva de recursos oriundos de emendas parlamentares fundo a fundo, cujos planos de trabalho demandam as aquisições dos bens em questão.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE COMPRAS
E LICITAÇÕES - SUPEL

- 5.6.** A Administração Pública deve adotar medidas de planejamento que permitam executar tais recursos dentro dos prazos estabelecidos, evitando riscos de devolução, glosa ou perda de oportunidade de fortalecimento da infraestrutura municipal de saúde.
- 5.7.** A substituição gradual de bens antigos por equipamentos mais modernos e eficientes também impactará positivamente na produtividade das equipes, na segurança do trabalho e na melhoria dos resultados assistenciais.
- 5.8.** A adoção do Sistema de Registro de Preços mostra-se medida adequada e proporcional à natureza da demanda, permitindo aquisições sob demanda, conforme disponibilidade orçamentária e necessidade administrativa, conferindo maior flexibilidade e eficiência à gestão dos recursos públicos.
- 5.9.** A contratação revela-se necessária, oportuna e alinhada ao interesse público, constituindo instrumento essencial para assegurar a continuidade, ampliação e qualificação dos serviços de saúde prestados à população do Município de Monte Negro/RO.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

- 6.1** A solução proposta consiste na aquisição planejada e estruturada de bens permanentes, novos e de primeiro uso, destinados à estruturação, modernização e ampliação da rede municipal de saúde do Município de Monte Negro/RO, contemplando insumos, instrumentos clínicos, material de consumo e demais bens permanentes, necessários ao pleno funcionamento das unidades assistenciais e administrativas.
- 6.2** A solução foi concebida de forma integrada, considerando não apenas a reposição de bens obsoletos ou inservíveis, mas principalmente o atendimento às demandas decorrentes da ampliação do Hospital Municipal, da implantação do novo Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) e das reformas estruturais das Unidades Básicas de Saúde.
- 6.3** Optou-se pela adoção do Sistema de Registro de Preços como estratégia de contratação, permitindo aquisições parceladas e sob demanda durante a vigência da ata, de acordo com a efetiva disponibilidade orçamentária e financeira, especialmente diante da previsibilidade de liberação de recursos oriundos de emendas parlamentares estaduais e federais ao longo dos próximos exercícios.
- 6.4** Tal modelo assegura maior flexibilidade administrativa, evita contratações emergenciais e possibilita melhor planejamento da execução dos recursos públicos.
- 6.5** A solução contempla o fornecimento dos bens com entrega nos locais indicados pela Administração, incluindo, quando aplicável, montagem, instalação, testes operacionais e orientações técnicas básicas para utilização, garantindo que os equipamentos sejam disponibilizados em condições plenas de funcionamento.
- 6.6** Os bens deverão atender às normas técnicas, sanitárias e regulatórias pertinentes, possuir garantia mínima e assistência técnica adequada, assegurando confiabilidade, durabilidade e segurança no uso.
- 6.7** Sob o aspecto técnico, a solução privilegia a padronização de especificações, a aquisição de equipamentos pertencentes a linhas profissionais ou corporativas, a exigência de qualidade comprovada e a compatibilidade com as exigências assistenciais do Sistema Único de Saúde. Sob o aspecto administrativo, busca-se maior eficiência na gestão patrimonial, na manutenção preventiva e na racionalização de custos ao longo do ciclo de vida dos bens.
- 6.8** Assim, a solução proposta mostra-se tecnicamente viável, economicamente adequada e





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE COMPRAS
E LICITAÇÕES - SUPEL

administrativamente eficiente, atendendo de forma estruturante às necessidades atuais e futuras da rede municipal de saúde, garantindo que as estruturas ampliadas e reformadas disponham de condições operacionais compatíveis com a qualidade do atendimento que se pretende oferecer à população do Município de Monte Negro/RO.

7. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E QUANTITATIVOS ESTIMADOS

7.1 As especificações técnicas dos bens objeto da presente contratação foram elaboradas com base em critérios de necessidade assistencial, padronização operacional, conformidade normativa e adequação às condições de uso nas unidades de saúde do Município de Monte Negro/RO, observando-se as exigências sanitárias, técnicas e de segurança aplicáveis a cada categoria de item.

7.2 A definição técnica buscou assegurar qualidade mínima adequada ao uso intensivo em ambiente público, durabilidade compatível com a natureza do serviço de saúde e desempenho suficiente para garantir eficiência operacional, vedando-se tanto especificações genéricas que comprometam a qualidade quanto exigências desproporcionais que restrinjam indevidamente a competitividade.

7.3 O detalhamento individualizado das especificações técnicas por item, bem como os respectivos quantitativos estimados, encontra-se descrito no **Anexo I** deste Termo de Referência, o qual integra o presente instrumento para todos os fins legais.

7.4 Os itens foram organizados por grupos técnicos homogêneos, de modo a facilitar a gestão contratual, ampliar a competitividade e permitir melhor organização do procedimento licitatório, estando assim estruturados: insumos, instrumentos clínicos, material de consumo e demais bens permanentes.

7.5 A organização em grupos técnicos visa assegurar maior coerência entre os objetos licitados, permitindo a participação de fornecedores especializados em cada segmento, além de evitar fracionamento indevido ou aglutinação desarrazoada de itens com naturezas distintas.

7.6 As especificações técnicas constantes no Anexo I estabelecem os requisitos mínimos de qualidade, desempenho, garantia, conformidade regulatória e assistência técnica, conforme aplicável a cada grupo.

7.7 Os quantitativos estimados foram definidos com base em levantamento técnico realizado junto às unidades beneficiadas, considerando a substituição de bens obsoletos ou inservíveis, a ampliação do Hospital Municipal, a implantação do novo Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), as reformas estruturais das unidades de saúde e a previsão de execução de recursos oriundos de emendas parlamentares estaduais e federais.

7.8 Tais quantitativos representam estimativa máxima para fins de planejamento e registro de preços, não configurando obrigação de contratação integral, ficando cada aquisição condicionada à disponibilidade orçamentária e financeira e à efetiva necessidade administrativa.

7.9 Dessa forma, o Anexo I consolida de maneira objetiva e transparente todas as especificações técnicas e quantitativos estimados, assegurando clareza, segurança jurídica e adequada instrução do procedimento licitatório.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE COMPRAS
E LICITAÇÕES - SUPEL

8. MODELO DE EXECUÇÃO E FORNECIMENTO

8.1. A execução da contratação ocorrerá sob o regime de fornecimento parcelado, conforme as necessidades da Administração, por meio do Sistema de Registro de Preços, durante a vigência da respectiva Ata, observando-se a disponibilidade orçamentária e financeira e a liberação de recursos vinculados, inclusive aqueles oriundos de emendas parlamentares estaduais e federais.

8.2. As aquisições serão formalizadas mediante emissão de Ordem de Fornecimento ou instrumento equivalente, no qual constarão a descrição do item, quantitativo, local de entrega e prazo para cumprimento.

8.3. Os bens deverão ser fornecidos novos, de primeiro uso, devidamente acondicionados em embalagens originais do fabricante, acompanhados de manuais técnicos, certificados, registros e demais documentos exigidos pelas normas aplicáveis.

8.4. A entrega deverá ocorrer no local indicado pela Secretaria Municipal de Saúde.

8.5. O prazo de entrega é de até 30 dias corridos, a contar da assinatura do contrato.

8.6. O descumprimento injustificado dos prazos sujeitará a contratada às penalidades previstas na legislação e no edital.

8.7. O recebimento dos bens dar-se-á em duas etapas, sendo inicialmente provisório, para verificação da conformidade quantitativa e aparente do objeto, e posteriormente definitivo, após conferência técnica detalhada quanto às especificações exigidas neste Termo de Referência e no Anexo I.

8.8. Constatadas inconformidades, a contratada deverá proceder à substituição ou adequação do item no prazo estabelecido pela Administração, sem ônus adicional.

8.9. **A contratada será responsável pelo transporte, carga e descarga dos bens até o local indicado**, bem como por eventuais danos ocorridos durante o deslocamento, até o recebimento definitivo pela Administração.

8.10. Nos casos de equipamentos que demandem instalação elétrica, hidráulica ou configuração técnica, a entrega somente será considerada concluída após o pleno funcionamento do item e validação pela fiscalização designada.

8.11. O modelo adotado busca assegurar flexibilidade administrativa, eficiência na execução dos recursos públicos e padronização do fornecimento, garantindo que as estruturas ampliadas do Hospital Municipal, o novo CAPS e as unidades reformadas estejam devidamente equipadas para funcionamento imediato e adequado atendimento à população.

8.12. As entregas deverão ocorrer nos prazos máximos estabelecidos neste Termo de Referência, sendo **de até 30 (trinta) dias corridos** para todos os objetos descritos no Anexo I.

8.13. O descumprimento dos prazos máximos de entrega estabelecidos neste Termo de Referência acarretará a aplicação de penalidade automática.

8.14. Será concedido um **prazo tolerável de até 5 (cinco) dias corridos** após o término do prazo contratual, exclusivamente para fins logísticos, sem aplicação imediata de multa.

8.15. Decorrido esse prazo tolerável sem a entrega integral dos itens, será aplicada **multa diária de 0,5% (meio por cento)** sobre o valor do item ou lote não entregue, limitada a 10% do valor total da Nota de Empenho, sem prejuízo das demais sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

8.16. A partir do **10º dia de atraso efetivo**, sem justificativa apresentada, contados após o prazo





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE COMPRAS
E LICITAÇÕES - SUPEL

tolerável, a Administração poderá considerar o item inadimplido, instaurar procedimento para **rescisão**, convocar o fornecedor subsequente e aplicar sanções administrativas compatíveis.

8.17. Todos os itens deverão ser entregues íntegros, devidamente embalados, identificados e acompanhados da respectiva nota fiscal.

8.18. A entrega dos produtos deverão ser realizadas de Segunda à Quinta-feira, das 07:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas, no CAF Municipal - **Av. Marechal Cândido Rondon, nº 2343, Setor 01 – CEP.: 76888-000 – Monte Negro – RO.**

8.19. Não serão recebidos produtos aos Finais de Semana, e fora dos horários informados neste Termo.

8.20. A instalação dos equipamentos que demandem de instalação, deverá ser realizada por **técnico autorizado**, que deverá emitir termo de instalação, atestando o funcionamento pleno do equipamento.

8.21. A contratada deverá fornecer manual técnico, certificado de garantia, registro na ANVISA quando aplicável e realizar **treinamento básico de operação** para os profissionais designados pela Secretaria Municipal de Saúde.

8.22. Durante todo o período de garantia contratual, o fornecedor será **integralmente responsável pela manutenção corretiva** dos equipamentos, devendo realizar atendimento técnico no prazo máximo de **48 (quarenta e oito) horas** após comunicação formal da Administração, com resolução do problema no menor tempo possível, sob pena de aplicação das sanções previstas neste Termo.

8.23. Caso seja constatado defeito de fabricação ou vício oculto, o fornecedor deverá proceder à substituição do equipamento **sem custos adicionais**, garantindo a continuidade e segurança jurídica.

8.24. O recebimento dos itens ocorrerá em duas etapas:

- **Recebimento Provisório:** Consistirá na conferência quantitativa e na verificação inicial das condições físicas dos materiais e equipamentos, bem como na análise preliminar das especificações. No caso de equipamentos, incluirá teste funcional imediato após a instalação.

- **Recebimento Definitivo:** Será realizado após a verificação da conformidade completa dos itens entregues, testes operacionais definitivos, comprovação do funcionamento pleno dos equipamentos e análise da documentação técnica. O recebimento definitivo poderá ser recusado caso sejam identificados defeitos, vícios aparentes, divergências técnicas ou falhas de instalação, devendo a contratada proceder ao ajuste ou substituição no prazo máximo estabelecido neste Termo.

8.25. A contratada será integralmente responsável pela integridade de materiais e equipamentos até o recebimento definitivo, incluindo danos decorrentes de transporte, manuseio ou armazenamento inadequado antes da entrega formal à Administração.

8.26. A contratada é responsável pelo transporte, seguro, manuseio, instalação e integridade dos itens até o local de entrega, correndo por sua conta todos os riscos até o recebimento definitivo.

8.27. Os itens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos às custas da contratada, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.28. A execução da contratação observará os princípios da eficiência, continuidade do serviço





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE COMPRAS
E LICITAÇÕES - SUPEL

público e economicidade, assegurando que os itens fornecidos atendam de forma plena às necessidades assistenciais da Atenção Primária.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. São obrigações da Contratada:

9.1.1. A contratada deverá cumprir integralmente as condições estabelecidas neste Termo de Referência, assumindo total responsabilidade pelo fornecimento, transporte, entrega, instalação e funcionamento dos materiais e equipamentos.

9.1.2. A contratada deverá fornecer os materiais e equipamentos conforme especificações técnicas, quantidades solicitadas e dentro dos prazos máximos estabelecidos, sendo de **até 30 dias corridos para todos os objetos descritos no Anexo I**, contados do recebimento da Nota de Empenho.

9.1.3. Deverá garantir o transporte adequado, seguro e livre de qualquer custo adicional para a Administração, visando assegurar a integridade dos itens até o local designado para entrega.

9.1.4. A montagem e instalação dos equipamentos será de responsabilidade exclusiva da contratada, devendo ser realizada por técnico habilitado visando a manutenção da garantia do fabricante, sem ônus para o Município, incluindo emissão de termo de instalação e treinamento básico de operação em local a ser definido pela administração, podendo ser em área urbana ou rural.

9.1.5. A contratada deverá fornecer todos os materiais e **equipamentos novos, sem uso anterior, devidamente embalados, acompanhados de manuais técnicos, certificados de garantia e registro na ANVISA quando aplicável.**

9.1.6. É obrigação da contratada **prestar assistência técnica durante toda a vigência da garantia**, respondendo integralmente por defeitos de fabricação, falhas de funcionamento e vícios ocultos.

9.1.7. Após comunicação formal da Administração, a contratada deverá realizar **atendimento técnico no prazo máximo de 48 horas**, devendo corrigir imediatamente o problema ou substituir o equipamento, buscando sempre minimizar impactos nas atividades assistenciais.

9.1.8. A contratada deverá garantir que todos os materiais de consumo estejam dentro da validade mínima de 12 meses no ato da entrega e em conformidade com normas sanitárias vigentes.

9.1.9. Os equipamentos deverão manter padrão de qualidade, eficiência e segurança conforme as exigências técnicas do Ministério da Saúde e da ANVISA.

9.1.10. A contratada deverá cumprir rigorosamente as legislações vigentes, especialmente normas sanitárias, ambientais, trabalhistas e fiscais aplicáveis ao objeto contratado.

9.1.11. Deverá ainda manter a equipe envolvida devidamente uniformizada, identificada e tecnicamente habilitada para as atividades de entrega, instalação e suporte técnico.

9.1.12. Caso seja identificada qualquer irregularidade, divergência técnica, defeito ou não conformidade, a contratada deverá proceder à substituição imediata, sem qualquer custo adicional para a Administração, observado o prazo estabelecido neste instrumento.

9.1.13. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.1.14. Manter a compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

9.1.15. O não cumprimento das obrigações sujeitará a contratada às penalidades previstas na Lei





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE COMPRAS
E LICITAÇÕES - SUPEL

nº 14.133/2021 e neste Termo de Referência.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. São obrigações da Contratante:

10.1.1. Compete à contratante, por meio da Secretaria Municipal de Saúde de Monte Negro, garantir as condições necessárias para o adequado cumprimento do objeto contratado. Entre suas atribuições, está o recebimento provisório dos materiais e equipamentos, mediante conferência quantitativa e qualitativa, assegurando que os itens entregues estejam em conformidade com as especificações técnicas, prazos e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

10.1.2. A contratante deverá disponibilizar espaço adequado para recebimento, armazenamento inicial e verificação dos itens, garantindo ambiente seguro e higienizado.

10.1.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.1.4. A contratante deverá comunicar formalmente à empresa contratada qualquer irregularidade, divergência técnica, defeito ou vício identificado nos materiais ou equipamentos, bem como registrar de forma adequada todas as ocorrências relativas à execução contratual.

10.1.5. Compete ainda à contratante assegurar o acesso dos técnicos da contratada aos locais de instalação e manutenção, observados os horários e condições previamente acordados.

10.1.6. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto em até 30 (trinta) dias do recebimento da Nota Fiscal, após o recebimento definitivo.

10.1.7. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada/fornecedora, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10.1.8. A contratante deverá designar servidor(es) para desempenhar as funções de fiscalização e gestão do contrato, nos termos da Lei nº 14.133/2021, responsáveis pelo acompanhamento da execução, certificação de notas fiscais, controle de prazos, monitoramento da garantia, verificação do cumprimento das obrigações contratuais e adoção de medidas necessárias na ocorrência de descumprimento.

10.1.9. Cabe também à contratante fornecer informações e documentos necessários ao pleno desenvolvimento da execução contratual, além de assegurar as adequações mínimas de infraestrutura física para instalação dos equipamentos, quando cabíveis.

10.1.10. Por fim, é obrigação da contratante efetuar os pagamentos devidos à contratada dentro dos prazos estabelecidos em lei, desde que comprovado o cumprimento integral das condições pactuadas, observando-se a disponibilidade orçamentária e financeira.

11. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

11.1. O critério de julgamento da licitação será o de **menor preço por item**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, observando-se a compatibilidade integral das propostas com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência e em seus anexos.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE COMPRAS
E LICITAÇÕES - SUPEL

11.2 O julgamento por item visa ampliar a competitividade, possibilitar a participação de fornecedores especializados em cada segmento e assegurar maior economicidade para a Administração.

11.3. Somente serão classificadas as propostas que atenderem integralmente às exigências técnicas mínimas constantes no Anexo I, especialmente quanto aos requisitos de desempenho, qualidade, garantia, conformidade regulatória e demais especificações aplicáveis a cada item.

11.4. Propostas que apresentem descrição genérica, omitam características essenciais, indiquem produtos incompatíveis com as especificações mínimas ou não atendam aos padrões exigidos para uso em ambiente de saúde pública serão desclassificadas.

11.5. PARA FINS DE ANÁLISE TÉCNICA E VERIFICAÇÃO DA CONFORMIDADE DO OBJETO OFERTADO, A EMPRESA LICITANTE DEVERÁ APRESENTAR, JUNTAMENTE COM SUA PROPOSTA, CATÁLOGO, FICHA TÉCNICA OU DOCUMENTO OFICIAL DO FABRICANTE, CONTENDO FOTOS, ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DETALHADAS E IDENTIFICAÇÃO CLARA DO MODELO A SER OFERTADO, DE MODO A PERMITIR À ADMINISTRAÇÃO IDENTIFICAR DE FORMA INEQUÍVOCA O ITEM PROPOSTO E VERIFICAR SUA ADEQUAÇÃO ÀS EXIGÊNCIAS DESTE TERMO DE REFERÊNCIA.

11.6. A ausência de documentação técnica suficiente, a inconsistência entre o catálogo apresentado e a descrição da proposta ou a impossibilidade de identificar claramente o produto ofertado poderão ensejar diligência ou desclassificação da proposta, conforme o caso.

11.7. O julgamento observará ainda a análise da exequibilidade da proposta, podendo a Administração solicitar esclarecimentos ou comprovação adicional quando houver indícios de preços inexequíveis ou excessivamente elevados, nos termos da legislação vigente, assegurando-se o contraditório e a ampla defesa.

11.8. No âmbito do Sistema de Registro de Preços, o valor estimado constante do processo servirá como parâmetro de referência para avaliação da vantajosidade, não configurando preço máximo obrigatório, mas instrumento para aferição da compatibilidade com os valores praticados no mercado.

11.9. A Administração poderá negociar condições mais vantajosas com o licitante classificado em primeiro lugar em cada item, buscando a obtenção da proposta mais vantajosa.

11.10. A adoção do critério de menor preço por item, associada à exigência de comprovação técnica documental, assegura julgamento objetivo, isonômico e transparente, garantindo economicidade sem prejuízo da qualidade mínima necessária ao adequado funcionamento das unidades de saúde do Município de Monte Negro/RO.

12. FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

12.1. A fiscalização e a gestão do contrato decorrente deste Termo de Referência serão exercidas por servidores designados pela Secretaria Municipal de Saúde de Monte Negro, conforme o art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

12.2. Os fiscais e gestores do contrato atuarão de forma permanente e documental, acompanhando todas as fases da execução contratual, desde a entrega dos materiais e equipamentos até o





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE COMPRAS
E LICITAÇÕES - SUPEL

cumprimento da garantia, substituições e assistências técnicas solicitadas.

12.3. Compete à equipe de fiscalização verificar o cumprimento das especificações técnicas, prazos de entrega, condições de instalação, qualidade dos materiais, funcionamento dos equipamentos e a regularidade dos documentos apresentados pela contratada.

12.4. A fiscalização deverá registrar todas as ocorrências relevantes, inclusive falhas, atrasos, vícios aparentes, defeitos de funcionamento e qualquer descumprimento contratual, comunicando formalmente a contratada para que esta adote as medidas corretivas necessárias dentro do prazo fixado.

12.5. O fiscal técnico poderá realizar testes operacionais, inspeções físicas, conferência de números de série, validação de manuais e certificações, além de acompanhar a instalação dos equipamentos e a execução do treinamento aos profissionais da rede.

12.6. Cabe ao gestor do contrato consolidar os registros, instruir processos de pagamento, aplicar penalidades quando cabíveis e recomendar ações de melhoria ou substituição, sempre observando os princípios da legalidade, eficiência, continuidade do serviço público e economicidade.

12.7. A contratada deverá manter plena cooperação com os fiscais e gestores, disponibilizando todas as informações e acessos necessários para a verificação correta da execução contratual.

12.8. A fiscalização da Administração não exime a contratada de sua responsabilidade integral pela qualidade, segurança, desempenho e conformidade dos materiais e equipamentos fornecidos.

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela contratada sujeitará a empresa às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, no edital e neste Termo de Referência, sem prejuízo da responsabilidade civil e penal cabível. As sanções aplicáveis incluem:

13.1.1. A contratada ficará sujeita à aplicação de advertência, quando identificadas irregularidades formais ou falhas não graves que possam ser sanadas sem prejuízo à Administração;

13.1.2. Em casos de atraso injustificado na entrega de materiais ou equipamentos, após ultrapassado o prazo tolerável de 3 (três) dias, incidirá multa diária de 0,5% sobre o valor do item ou lote não entregue, limitada a 10% da Nota de Empenho, conforme estabelecido neste Termo;

13.1.3. dar causa à inexecução parcial do contrato;

13.1.4. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

13.1.5. dar causa à inexecução total do contrato;

13.1.6. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

13.1.7. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

13.1.8. praticar ato fraudulento na execução do contrato;

13.1.9. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

13.2. Dos atos lesivos conforme art. 159. da Lei 14.133/2021, os atos previstos como infrações administrativas nesta Lei ou em outras leis de licitações e contratos da Administração





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE COMPRAS
E LICITAÇÕES - SUPEL

Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

13.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, conforme artigo nº 90 da Lei 14.133/2021;

13.4. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I - Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II – Multa:

d) moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

e) moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 15% (quinze por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

e.1 O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do Art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

f) compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto:

III - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c e d do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

IV - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas e, f, g e h do sub-item acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c e d, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.5. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

13.6. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com multa (art.156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.7. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

13.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.9. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.10. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE COMPRAS
E LICITAÇÕES - SUPEL

contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar, contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.11. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- f) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- g) as peculiaridades do caso concreto;
- h) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- i) os danos que dela provierem para o Contratante;

f) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.12. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

13.13. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, como Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.14. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.15. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

13.16. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

13. VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. A Ata de Registro de Preços decorrente deste Termo de Referência terá vigência inicial de **12 (doze) meses**, contados da data de sua assinatura, podendo ser **prorrogada por igual período**, conforme dispõe o **Art. 234 da Lei Municipal nº 1.559, de 11 de abril de 2024**, que autoriza a prorrogação da Ata desde que comprovado o interesse público, mantida a vantajosidade e preservadas as condições originalmente pactuadas.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE COMPRAS
E LICITAÇÕES - SUPEL

14.2. A prorrogação deverá ser formalizada por meio de termo aditivo, precedido de justificativa técnica que demonstre a necessidade de continuidade do registro, análise de mercado que confirme a compatibilidade dos preços registrados e manifestação expressa da contratada concordando com a prorrogação.

14.3. A Administração poderá, a qualquer tempo, optar pela não prorrogação da Ata, sem que disso decorra qualquer direito adquirido ou indenização ao fornecedor registrado.

14.4. Durante a vigência e eventual prorrogação, as contratações serão realizadas conforme necessidade, disponibilidade orçamentária e limites quantitativos registrados, não havendo obrigatoriedade de aquisição integral dos itens constantes na Ata.

14.5. O fornecedor registrado deverá manter regularidade fiscal, capacidade técnica, disponibilidade logística e plena condição de fornecimento durante todo o período.

14.6. O descumprimento de qualquer condição prevista na Ata ou neste Termo poderá ensejar o **cancelamento do registro**, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas na legislação federal e municipal vigente.

14. ESTIMATIVA DE PREÇOS

14.1. A estimativa de preços da presente contratação foi elaborada com fundamento no art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante levantamento de mercado realizado por meio de fontes idôneas, contemporâneas e compatíveis com a natureza dos bens a serem adquiridos, sendo **estimado em R\$ 1.494.417,30 (Um milhão, quatrocentos e noventa e quatro mil, quatrocentos e dezessete reais e trinta centavos)**, conforme levantamento realizado.

15.2 A presente estimativa, contempla valores de convênios já formalizados no valor de **R\$ 450.000,00 (Quatrocentos e cinquenta mil reais)**, e expectativas de novos convênios a ocorrerem no decorrer dos próximos 2 anos e **serão adquiridos imediatamente a conclusão do processo de formalização**.

15.3. A formação do preço estimado observou critérios de razoabilidade, economicidade, compatibilidade técnica e aderência aos valores praticados no mercado público, assegurando a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

15.4. Para composição dos valores estimados, foram utilizadas como principais fontes a Plataforma Preço Estimado, que consolida dados de contratações públicas realizadas por diversos entes da Federação.

15.5 A metodologia adotada considerou a análise crítica dos valores coletados, com exclusão de preços manifestamente inexequíveis ou excessivamente elevados, priorizando a média ou mediana dos valores compatíveis com o objeto e com as especificações técnicas definidas neste Termo de Referência.

15.6. Tal procedimento assegura maior precisão na estimativa e reduz riscos de sobrepreço ou subavaliação.

15.7. Considerando que o julgamento ocorrerá pelo critério de menor preço por item e que a contratação será realizada sob o Sistema de Registro de Preços, os valores estimados constantes da planilha anexa representam parâmetro de referência para aferição de vantajosidade, não constituindo obrigação de contratação integral dos quantitativos estimados.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE COMPRAS
E LICITAÇÕES - SUPEL

15.9. A execução das aquisições ficará condicionada à disponibilidade orçamentária e financeira, especialmente no caso de recursos provenientes de emendas parlamentares estaduais e federais.

15.10. A memória de cálculo detalhada, contendo a discriminação das fontes consultadas, metodologia aplicada e consolidação dos valores estimados por item, integra o processo administrativo correspondente, garantindo transparência, rastreabilidade e conformidade com as exigências legais e com os princípios da eficiência e da economicidade.

15. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da contratação para fornecimento de materiais de consumo e equipamentos odontológicos correrão à conta de dotações orçamentárias próprias da Secretaria Municipal de Saúde de Monte Negro, conforme segue:

16.2.03.001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MONTE NEGRO

1.029 – AQ. INSUMOS INSTRUMENTAIS – FAF 7009/2025-10 – 17519-6

466 - 3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO

1.030 – AQ. INSUMOS PARA UBS – FAF 7007/2025-04 – 17519-6

467 - 3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO

214 - 3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO

230 - 3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO

E outras dotações que vierem a surgir.

16. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

16.1. O pagamento, decorrente da execução dos serviços objeto deste Termo de Referência será efetuado no prazo de **ATÉ 30 (trinta) dias**, contados a partir do recebimento definitivo, após apresentação da respectiva documentação fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o Art. 141, inciso III, combinado com o Art. 140, inciso II da Lei nº 14.133/2021.

16.2. Em conformidade com o Decreto nº 108, de 06 de setembro de 2023 - Retenção do IRRF e a INRBF nº 1.234/2012, todos os documentos fiscais emitidos deverão apresentar o destaque do Imposto de Renda.

17.3. Pessoas jurídicas optantes pelo SIMPLES Nacional/MEI não estarão sujeitas à retenção de IR. No entanto, esta condição deverá ser comprovada juntamente com o documento fiscal a ser entregue no pagamento.

17.4. Não será efetuado qualquer pagamento à(s) empresa(s) Contratada(s) enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

17.5. Ocorrendo erro no documento de cobrança, este será devolvido e o pagamento será susado para que a Contratada tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da representação do mesmo.

17.6. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão requerente ao seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções, ou aceitá-la, com a glosa da parte que considerar indevida.

17.7. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE COMPRAS
E LICITAÇÕES - SUPEL

de atendimento das condições contratuais.

17.8. A Administração não pagará, sem que tenha autorização prévia e formalmente, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, seja ou não instituições financeiras.

17.9. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela licitante, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

17.10. O órgão requerente efetuará retenção, na fonte, dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos à CONTRATADA.

17.11. A CONTRATADA não poderá se valer do contrato para assumir obrigações perante terceiros, dando-o como garantia, nem utilizar os direitos de crédito a serem auferidos em função dos materiais, em quaisquer operações de desconto bancário, sem prévia autorização do Ordenador de Despesas.

17.12. O prazo para pagamento da Nota Fiscal só será contado da data de sua validação, considerando o trâmite administrativo.

17.13. A CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela CONTRATADA, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

17.14. Considerar-se-á como sendo da data do pagamento a data da emissão da respectiva ordem bancária.

17.15. Em hipótese alguma será concedido reajustamento dos preços propostos e o valor constante da Nota Fiscal/Fatura, quando da sua apresentação, não se sofrerá qualquer atualização monetária até o efetivo pagamento.

17.16. É condição para o pagamento do valor constante na nota fiscal/fatura, a comprovação de regularidade fiscal com a apresentação ou atualização quando for o caso das seguintes certidões:

- I. CRF - Certificado de Regularidade Fiscal com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- II. Certidão negativa de débitos junto a Receita Federal relativa a tributos e contribuições federais;
- III. Certidão negativa de débitos Estadual;
- IV. Certidão negativa de débitos municipais e;
- V. Certidão negativa de débitos trabalhistas.

17. DA HABILITAÇÃO

18.1. A habilitação dos licitantes observará os arts. 62 a 71 da Lei Federal nº 14.133/2021, devendo os participantes apresentar documentação que comprove habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação técnica e econômico-financeira compatíveis com o objeto.

18.2. A qualificação econômico-financeira será demonstrada mediante apresentação de balanço patrimonial e certidões que comprovem regularidade jurídica, fiscal e trabalhista, conforme legislação vigente.

18.3. É vedada a participação de empresas suspensas, impedidas ou declaradas inidôneas, nos termos dos arts. 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021, bem como aquelas penalizadas por entes públicos federais, estaduais ou municipais.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE COMPRAS
E LICITAÇÕES - SUPEL

18.4. Será aceita habilitação via SICAF ou sistema equivalente, desde que atualizado e compatível com as exigências deste Termo.

19. DOS CASOS OMISSOS

19.1. As omissões, dúvidas e casos não previstos no presente Termo de Referência, serão dirimidos aplicando-se as regras da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como os demais ordenamentos jurídicos correlatos, levando-se sempre em consideração os princípios que regem a Administração Pública.

20. DO FORO

20.1. As partes elegem o foro da Comarca de Ariquemes/RO, com expressa renúncia de qualquer outro, para dirimir os possíveis litígios que decorram do presente procedimento.

21. CONDIÇÕES GERAIS

21.1. Ao expor motivação para realizar a aquisição, a Prefeitura de Monte Negro/RO pretende evidenciar o ato administrativo como revestido de todos os seus requisitos formais no intuito de torná-lo eficaz em sua plenitude.

21.2. A contratação obedecerá às regras da Lei Federal nº 14.133/21, e as responsabilidades de acordo com código civil e demais legislações pertinentes.

21.3. Contratos elaborados serão assinados por ambas as partes, caso/quando houver necessidade no trâmite da licitação, fica a critério do(a) Secretário(a) da pasta, juntamente com avaliação do jurídico da prefeitura municipal de Monte Negro/RO.

Monte Negro, 01 de abril de 2026.

Elaborado por:

PAULA CRISTIANE ANDRADE DA SILVA

Coordenadora de Convênio

Portaria nº 369/GAB/2025

Autorizado e Revisado por:

JOAB ALVES DE LUCENA

Secretário Municipal de Saúde
Portaria nº 022/GAB/2025

IVAIR JOSÉ FERNANDES

Prefeito Municipal

2025-2028





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE COMPRAS
E LICITAÇÕES - SUPEL

ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA)

DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DOS MATERIAIS:

ITEM	CÓD. BETHA	QUANT.	UNID	DESCRIÇÃO	MÉDIA (R\$)	TOTAL (R\$)
1	994283	200	FRASCO	A.G.E ÁCIDOS GRAXOS ESSENCIAIS: T.C.M (TRIGLICERÍDEOS DE CADEIA MÉDIA), VITAMINAS A E A, ÓLEOS DE COPAÍBA EMELALEUCA, FRASCO 100ML	R\$ 3,43	R\$ 686,00
2	710619	550	PCT	ABAIXADOR DE LÍNGUA - (ESPÁTULA DE MADEIRA), DESCARTÁVEL, FORMATO CONVENCIONAL LISO, SUPERFÍCIE E BORDAS PERFEITAMENTE ACABADAS, ESPESSURA E LARGURA UNIFORME EM TODA SUA EXTENSÃO. PACOTE COM 100 UNIDADES	R\$ 8,08	R\$ 4.444,00
3	994285	10	GALÃO	ÁCIDO PERACÉTICO 0,2, GALÃO DE 5 LITROS.	R\$ 124,99	R\$ 1.249,90
4	360273	45	UND	AFASTADOR BALFOUR ABD.C/VALVULA 45X80 CURVO HASTE NORMAL.	R\$ 2.461,17	R\$ 110.752,65
5	711020	30	FRASCO	ÁGUA OXIGENADA VOLUME 10 - FRASCO DE 1000 ML.	R\$ 8,44	R\$ 253,20
6	994997	50	UND	AGULHA DE MÁQUINA OVERLOQUE TAMANHO 11	R\$ 16,97	R\$ 848,50
7	994998	50	UNID	AGULHA DE MÁQUINA OVERLOQUE TAMANHO 14	R\$ 5,54	R\$ 277,00
8	993263	100	CAIXA	AGULHA DESCARTÁVEL HIPODÉRMICA ESTÉRIL 13X0,45 - CAIXA COM 100 UNIDADES. MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL SILICONIZADO; DIMENSÃO: 26 G X 1/2 ; TIPO PONTA: BISEL CURTO TRIFACETADO; TIPO CONEXÃO: CONECTOR LUER LOCK OU SLIP EM PLÁSTICO; TIPOFIXAÇÃO: PROTETOR PLÁSTICO; TIPO USO: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL.	R\$ 10,19	R\$ 1.019,00
9	993266	50	CAIXA	AGULHA DESCARTÁVEL HIPODÉRMICA ESTÉRIL 25X0,8 - CAIXA COM 100 UNIDADES. MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL SILICONIZADO; DIMENSÃO: 21 G X 1 ; TIPO PONTA: BISEL CURTO TRIFACETADO; TIPO CONEXÃO: CONECTOR LUER LOCK OU SLIP EM PLÁSTICO; TIPOFIXAÇÃO: PROTETOR PLÁSTICO; TIPO USO: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL	R\$ 7,10	R\$ 355,00
10	992245	50	CAIXA	AGULHA DESCARTÁVEL HIPODÉRMICA ESTÉRIL 40X1,2 - CAIXA COM 100 UNIDADES. MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL SILICONIZADO; DIMENSÃO: 18 G X 1 ½ ; TIPO PONTA: BISEL CURTO TRIFACETADO; TIPO CONEXÃO: CONECTOR LUER LOCK OU SLIP EM PLÁSTICO; TIPOFIXAÇÃO: PROTETOR PLÁSTICO; TIPO USO: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL	R\$ 7,20	R\$ 360,00
11	994296	200	UNID	AGULHA TÉCNICA DESCARTÁVEL RAQUIANESTESIA 25G - ESTÉRIL BISEL TIPO QUINCK N25 G 3 ½.	R\$ 7,07	R\$ 1.414,00
12	360358	900	UND	ÁLCOOL ETÍLICO 70% - FRASCO DE 1L	R\$ 10,86	R\$ 9.774,00
13	995395	200	LITRO	ÁLCOOL ETÍLICO EM GEL 70%	R\$ 12,48	R\$ 2.496,00
14	991739	500	ROLO	ALGODÃO HIDRÓFILO DE 500 GRAMAS	R\$ 13,34	R\$ 6.670,00
15	994305	12	UNID	AMBU DE SILICONE ADULTO - REANIMADOR PULMONAR MANUAL COM BALÃO AUTO INFLÁVEL EM SILICONE, VÁLVULA DEADMISSÃO DE AR COM CONEXÃO PARA ENTRADA DE OXIGÊNIO, CONTENDO UMA MÁSCARA COM BOJO TRANSPARENTE E COXIM EMSILICONE TAMANHO ADULTO, VÁLVULA UNIDIRECIONAL COM ACOPLAMENTO EXTERNO PARA MÁSCARA, VÁLVULA DE ESCAPE, VÁLVULA DECONTROLE COM BOLSA RESERVATÓRIO PARA OXIGÊNIO, E EXTENSÃO COM CONECTOR, ACONDICIONADO EM MALETA TRANSPARENTE.	R\$ 256,43	R\$ 3.077,16





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE COMPRAS
E LICITAÇÕES - SUPEL

16	994306	12	UNID	AMBU DE SILICONE INFANTIL - REANIMADOR PULMONAR MANUAL COM BALÃO AUTO INFLÁVEL EM SILICONE, VÁLVULA DE ADMISSÃO DE AR COM CONEXÃO PARA ENTRADA DE OXIGÊNIO, CONTENDO UMA MÁSCARA COM BOJO TRANSPARENTE E COXIM EM SILICONE TAMANHO INFANTIL, VÁLVULA UNIDIRECIONAL COM ACOPLAMENTO EXTERNO PARA MÁSCARA, VÁLVULA DE ESCAPE, VÁLVULA DE CONTROLE COM BOLSA RESERVATÓRIO PARA OXIGÊNIO, E EXTENSÃO COM CONECTOR, ACONDICIONADO EM MALETA TRANSPARENTE.	R\$ 211,59	R\$ 2.539,08
17	360278	16	UND	APLICADOR DE CLIP HEMOSTÁTICO. CLIPADORA PARA APLICAÇÃO DE CLIP MÉDIO/GRANDE. TAMANHO 28CM, MÉDIO.	R\$ 890,00	R\$ 14.240,00
18	360390	2	UND	ASPIRADOR CIRÚRGICO PORTÁTIL (PEDAL POTENTE)	R\$ 3.274,63	R\$ 6.549,26
19	360344	300	PCT	ATADURA DE CREPE 10CM, EM TECIDO 100 ALGODÃO OU MISTO, COM DIMENSÃO DE 10 CM DE LARGURA. PACOTE COM 12 UNIDADES.	R\$ 7,11	R\$ 2.133,00
20	360345	400	PCT	ATADURA DE CREPE 15CM, EM TECIDO 100 ALGODÃO OU MISTO, COM DIMENSÃO DE 15 CM DE LARGURA. PACOTE 12 UNIDADES	R\$ 8,28	R\$ 3.312,00
21	360346	600	PCT	ATADURA DE CREPE 20CM, EM TECIDO 100 ALGODÃO OU MISTO, COM DIMENSÃO DE 20 CM DE LARGURA. PACOTE COM 12 UNIDADES.	R\$ 11,77	R\$ 7.062,00
22	994311	300	UNID	AVENTAL CIRÚRGICO: REFORÇO TOTAL COM 100 POLIPROPILENO E 100 POLIETILENO, COM PUNHO EM MALHA, TIRAS NA CINTURA E VELCRO NO PESCOÇO. PRODUTO ESTÉRIL. COM TOALHA DE MÃO.	R\$ 22,99	R\$ 6.897,00
23	360368	400	PCT	AVENTAL DESCARTÁVEL EM TNT COR ROSA COM PUNHO MANGA LONGA - 10 UNIDADES	R\$ 17,28	R\$ 6.912,00
24	994312	100	UND	AVENTAL NÃO ESTÉRIL PARA PROCEDIMENTO IMPERMEÁVEL EM 100% POLIPROPILENO E 100% POLIETILENO COM GRAMATURA DE 50G/M²	R\$ 25,00	R\$ 2.500,00
25	600456	1	UND	BANCADA COM PIA E EXPURGO HOSPITALAR EM AÇO INOX	R\$ 2.743,41	R\$ 2.743,41
26	360386	2	UND	BISTURI ELÉTRONICO COM ELETROCAUTÉRIO	R\$ 4.123,33	R\$ 8.246,66
27	994314	1200	UND	BOLSA COLETORES DE URINA SISTEMA FECHADO DE 2 LITROS, COM VÁLVULA ANTI-REFLEXO - SISTEMA FECHADO.	R\$ 3,56	R\$ 4.272,00
28	600461	2	UND	BOLSAS APH RESGATE SOCORRISTA E EMERGÊNCIA COM DIVISÓRIAS NAS CORES VERDE E VERMELHA	R\$ 396,88	R\$ 793,76
29	600475	6	UND	BOLSAS TÉRMICAS PARA ÁGUA QUENTE	R\$ 26,28	R\$ 157,68
30	994317	40	UND	BRAÇADEIRA COM MANGUITO, TAMANHO ADULTO OBESO - BRAÇADEIRAS PRÓPRIAS PARA MEDIÇÃO DE PRESSÃO ARTERIAL NÃO INVASIVA. MANGUITO REMOVÍVEL DE UMA VIA, REUTILIZÁVEL. MANGUITO REMOVÍVEL; PRÓPRIO PARA ESFIGMOMANÔMETRO OU MONITOR; LÁTEX FREE; FECHAMENTO: VELCRO, TAMANHO ADULTO OBESO.	R\$ 151,00	R\$ 6.040,00
31	600470	50	UND	BRAÇADEIRAS PARA ESFIGMOMANÔMETRO ADULTO	R\$ 393,06	R\$ 19.653,00
32	600471	6	UND	BRAÇADEIRAS PARA ESFIGMOMANÔMETRO INFANTIL	R\$ 183,00	R\$ 1.098,00
33	360161	20	UND	CABO DE BISTURI Nº 4	R\$ 17,72	R\$ 354,40
34	994319	70	UND	CABO DE BISTURI Nº 03 - AÇO INOXIDÁVEL	R\$ 29,06	R\$ 2.034,20
35	993044	200	UND	CAIXA COLETORES PERFUROCORTE DE 20 LITROS	R\$ 6,35	R\$ 1.270,00
36	360384	3	UND	CAIXA DE COLECISTECTOMIA	R\$ 20.186,57	R\$ 60.559,71
37	600459	4	UND	CAIXA DE PARTO VAGINAL	R\$ 4.943,76	R\$ 19.775,04
38	360366	150	UND	CAIXA ORGANIZADORA GAVETEIRO PLÁSTICO TIPO BIN Nº 7	R\$ 11,47	R\$ 1.720,50
39	360367	40	UND	CAIXA ORGANIZADORA MULTIUSO TRANSPARENTE 30 LITROS	R\$ 48,44	R\$ 1.937,60
40	600468	10	UND	CAIXAS ORGANIZADORA PLÁSTICAS COM TAMPA	R\$	R\$ 116,30





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE COMPRAS
E LICITAÇÕES - SUPEL

				DE 2.3L PARA ACOMODAR MATERIAIS NA SEMI-UTI	11,63	
41	600466	6	UND	CAIXAS/CONTAINERS PARA IMERSÃO DE MATERIAIS DE 20L, DE APROXIMADAMENTE 45CM DE LARGURA POR 23CM DE ALTURA	R\$ 42,62	R\$ 255,72
42	600467	10	UND	CAIXAS/CONTAINERS PARA IMERSÃO DE MATERIAIS NA CME DE ACORDO COM O TIPO DE MATERIAL E ACONDICIONAMENTO DE MATERIAIS SUJOS NO PRONTO SOCORRO E INTERNAÇÃO DE 25L	R\$ 46,27	R\$ 462,70
43	993277	2	UND	CAL SODADA - ABSORVEDOR DE CO ₂ , DE 4,3 KG.	R\$ 260,00	R\$ 520,00
44	994325	50	PACOTE	CAMPO CIRÚRGICO ESTÉRIL: EM NÃO TECIDO, TAMANHO 150 CM X 200 CM	R\$ 49,33	R\$ 2.466,50
45	993278	5	UND	CANETA DE BISTURI ELÉTRICO - AUTOCLAVÁVEL.	R\$ 360,00	R\$ 1.800,00
46	360393	1	UND	CARRINHO PARA TRANSPORTE DE MATERIAL HOSPITALAR	R\$ 2.698,00	R\$ 2.698,00
47	994334	10	KIT	CATETER INTRAVENOSO CENTRAL 7FR - SISTEMA COMPLETO, SISTEMA POR DENTRO DA AGULHA, COM MANDRIL GUIA, 7 FR.	R\$ 64,00	R\$ 640,00
48	994338	2.000	UND	CATETER INTRAVENOSO PERIFÉRICO Nº20 - MATERIAL CATETER: POLÍMERO RADIOPACO; APLICAÇÃO: VENOSO; MATERIALAGULHA: AGULHA AÇO INOX; DIÂMETRO: 20 G; CONECTOR: CONECTOR PADRÃO; CÂMARA REFLUXO COM FILTRO	R\$ 0,80	R\$ 1.600,00
49	994339	2.000	UND	CATETER INTRAVENOSO PERIFÉRICO Nº22 - MATERIAL CATETER: POLÍMERO RADIOPACO; APLICAÇÃO: VENOSO; MATERIALAGULHA: AGULHA AÇO INOX; DIÂMETRO: 22 G; CONECTOR: CONECTOR PADRÃO; CÂMARA REFLUXO COM FILTRO	R\$ 0,80	R\$ 1.600,00
50	994340	2.000	UND	CATETER INTRAVENOSO PERIFÉRICO Nº24 - MATERIAL CATETER: POLÍMERO RADIOPACO; APLICAÇÃO: VENOSO; MATERIALAGULHA: AGULHA AÇO INOX; DIÂMETRO: 24 G; CONECTOR: CONECTOR PADRÃO; CÂMARA REFLUXO COM FILTRO	R\$ 1,00	R\$ 2.000,00
51	994342	100	UND	CATETER NASAL INFANTIL DESCARTÁVEL TIPO ÓCULOS PARA OXIGÊNIO	R\$ 1,99	R\$ 199,00
52	993056	48	UND	CLOREXIDINA DIGLICONATO 2 - DEGERMANTE, COM TENSOATIVOS FRASCO COM 1000 ML.	R\$ 17,60	R\$ 844,80
53	993066	3.000	UNID	COLETOR UNIVERSAL DE AMOSTRAS BIOLÓGICAS DESCARTÁVEL - NÃO ESTÉRIL - COM TAMPAROSQUEÁVEL, NÃO ESTÉRIL, 80ML.	R\$ 0,44	R\$ 1.320,00
54	99179	100	PACOTE	COMPRESSA CIRÚRGICA PARA CAMPO OPERATÓRIO. ESTÉRIL, 45X50 CM ² , COM 8 CAMADAS, 100 ALGODÃO. PACOTE COM 50UNIDADES.	R\$ 56,58	R\$ 5.658,00
55	994360	100	ROLO	COMPRESSA DE GAZE EM ROLO 9 FIOS	R\$ 37,70	R\$ 3.770,00
56	994358	150	PCT	COMPRESSA DE GAZE HIDRÓFILA - 13 FIOS, COR BRANCA, 7,5 CM X 7,5 CM, TE- CIDO 100 ALGODÃO OU MISTO. PACOTE COM 500 UNIDADES	R\$ 19,73	R\$ 2.959,50
57	360331	35	UND	CUBA INOX REDONDA PEQUENA - 8X4 CM	R\$ 43,92	R\$ 1.537,20
58	360325	35	UND	CUBA RIM - AÇO INOXIDÁVEL	R\$ 91,03	R\$ 3.186,05
59	994365	20	FRASCO	DESINCRUSTANTE ÁCIDO, (ÁCIDO FOSFÓRICO) - PARA MATERIAIS CIRÚRGICOS. FRASCO DE 1000 ML.	R\$ 12,93	R\$ 258,60
60	991796	24	UND	DETERGENTE ENZIMÁTICO - DE USO HOSPITALAR, COM REGISTRO NA ANVISA, FRASCO COM 1000 ML.	R\$ 19,18	R\$ 460,32
61	991779	100	FRASCO	DIGLUCONATO DE CLOREXIDINA 2 % DEGERMANTE - FRASCO DE 1 L	R\$ 23,08	R\$ 2.308,00
62	995396	30	UNID	DISPENSERS DE PRESERVATIVOS (PORTA-PRESERVATIVOS) - (CONFECCIONADOS EM ACRÍLICO) - APROX. 20CM À 55CM DE ALTURA X 17,7 DE LARGURA X 6,5 DE PROFUNDIDADE - COMPATÍVEL PARA DISPENSA DE TIRAS DE 3 PRESERVATIVOS	R\$ 146,60	R\$ 4.398,00
63	991797	100	UNID	DISPOSITIVO PARA INCONTINÊNCIA URINÁRIA MASCULINO, COM PRESERVATIVO, TAMANHO 6.	R\$ 2,18	R\$ 218,00
64	995397	10	UNID	DRENO DE SUÇÃO CONTÍNUA A VÁCUO ESTÉRIL E DESCARTÁVEL (DIÂMETRO 3,2 MM)	R\$ 19,49	R\$ 194,90





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE COMPRAS
E LICITAÇÕES - SUPEL

65	995398	10	UNID	DRENO DE SUÇÃO CONTÍNUA A VÁCUO ESTÉRIL E DESCARTÁVEL (DIÂMETRO 4,8 MM)	R\$ 22,43	R\$ 224,30
66	995399	10	UNID	DRENO DE SUÇÃO CONTÍNUA A VÁCUO ESTÉRIL E DESCARTÁVEL (DIÂMETRO 6,4 MM)	R\$ 26,54	R\$ 265,40
67	994380	10	UNID	DRENO KEHR N 12	R\$ 20,71	R\$ 207,10
68	994382	10	UNID	DRENO KEHR N 8	R\$ 16,56	R\$ 165,60
69	995400	25	UNID	ELETRODO PÁS ADESIVAS DESCARTÁVEIS ADULTO PARA DESFIBRILADOR DEA - CMOS DRAKE ORIGINAL	R\$ 553,97	R\$ 13.849,25
70	995402	25	UNID	ELETRODO PÁS ADESIVAS DESCARTÁVEIS ADULTO PARA DESFIBRILADOR DEA - NIHON KODEN ORIGINAL	R\$ 1.030,33	R\$ 25.758,25
71	995401	25	UNID	ELETRODO PÁS ADESIVAS DESCARTÁVEIS PEDIÁTRICO PARA DESFIBRILADOR DEA - CMOS DRAKE	R\$ 521,98	R\$ 13.049,50
72	995403	25	UNID	ELETRODO PÁS ADESIVAS DESCARTÁVEIS PEDIÁTRICO PARA DESFIBRILADOR DEA - NIHON KODEN ORIGINAL	R\$ 1.230,49	R\$ 30.762,25
73	995405	25	UNID	ELETRODO PÁS ADESIVAS DESCARTÁVEIS ADULTO PARA DESFIBRILADOR DEA ISIS - INSTRAMED	R\$ 461,00	R\$ 11.525,00
74	995404	25	UNID	ELETRODO PÁS ADESIVAS DESCARTÁVEIS PEDIÁTRICO PARA DESFIBRILADOR DEA ISIS - INSTRAMED	R\$ 564,08	R\$ 14.102,00
75	993083	200	PACOTE	ELETRODOS PARA ELETROCARDIOGRAMA UNIVERSAL - UTILIZADO PARA ELETROCARDIOGRAMA, HOLTER ENTRE OUTROS. COM ADESIVO DE ADERÊNCIA EFICIENTE, CAPA PLÁSTICA QUE MANTÉM A UMIDADE DO GEL, DESCARTÁVEL, TAMANHO ADULTO E INFANTIL. PACOTE COM 50 UNIDADES.	R\$ 13,04	R\$ 2.608,00
76	993088	1500	UND	EQUIPO DE INFUSÃO MULTIVIAS 2 VIAS - VIAS EM Y COM CLAMP CORTA FLUXO	R\$ 0,65	R\$ 975,00
77	993086	10000	UND	EQUIPO MACROGOTAS - DE INFUSÃO MACROGOTAS DE SOLUÇÕES PARENTERAIS, CÂMARA GOTEJADORA MACROGOTAS (20GOTAS = 1 ML), CONECTOR LUER SLIP EM CONFORMIDADE COM A NBR ISO 594-½. PINÇA ROLETE COM EXCELENTE CONTROLE EMANUTENÇÃO DO GOTEJAMENTO, INJETOR LATERAL EM Y, AUTOCICATRIZANTE COM CORTA FLUXO PARA TERAPIA INTERMITENTE E ABABE PROTEÇÃO EXTENSÃO EM PVC FLEXÍVEL, CRISTAL ATÓXICO, PERFURADOR ADAPTÁVEL A QUALQUER RECIPIENTE DE SOLUÇÃO (FRASCO OU BOLSA). EMBALADO INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO E FILME TERMOPLÁSTICO, CONTENDO OS DADOS IMPRESSOS DE IDENTIFICAÇÃO, LOTE, FABRICAÇÃO E VALIDADE, CÓDIGO E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE CONFORME NBR14041/1998.	R\$ 0,93	R\$ 9.300,00
78	994393	200	UND	ESCALPE Nº 25 - DISPOSITIVO PARA INFUSÃO INTRAVENOSA CALIBRE 25G, COM AGULHA SILICONIZADA COM BISEL BI-ANGULADO E TRIFACETADO, PROTETOR DE AGULHA, ASAS DE EMPUNHADURA/FIXAÇÃO, TUBO VINÍLICO TRANSPARENTE, ATÓXICO EAPIROGÊNICO, CONECTOR FÊMEA LUER-LOCK, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL. EMBALADO INDIVIDUALMENTE.	R\$ 0,23	R\$ 46,00
79	993294	500	UND	ESCOVA DEGERMANTE - CONJUNTO ESCOVA/ESPONJA PLÁSTICA COM DUPLA FACE; EMBEBIDA EM SOLUÇÃO DEGERMANTE COM 22ML DE DIGLUCONATO DE CLOREXIDINA 2; POSSUI TENSOATIVOS.	R\$ 1,94	R\$ 970,00
80	991812	2	UNID	ESPAÇADOR COMPLETO PARA MEDICAMENTO EM AEROSSOL - ADULTO E INFANTIL, FORMATO ANATÔMICO, MÁSCARA COM TAMANHO ÚNICO, MATERIAL ATÓXICO, ENCAIXE UNIVERSAL PARA BOMBINHAS, CORPO E MÁSCARA TRANSPARENTES.	R\$ 76,13	R\$ 152,26
81	994401	1.000	UND	ESPARADRAPO 10 CM X 4,5 M - IMPERMEÁVEL MEDINDO 10 CM DE LARGURA POR 4,5 M DE COMPRIMENTO.	R\$ 11,12	R\$ 11.120,00
82	360374	4	UND	ESPÁTULA MALEÁVEL 30 CM	R\$ 87,41	R\$ 349,64





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE COMPRAS
E LICITAÇÕES - SUPEL

83	360356	300	KIT	ESPÉCULO VAGINAL DESCARTÁVEL TAMANHO G	R\$ 1,70	R\$ 510,00
84	360355	1100	KIT	ESPÉCULO VAGINAL DESCARTÁVEL TAMANHO M	R\$ 3,80	R\$ 4.180,00
85	360354	900	KIT	ESPÉCULO VAGINAL DESCARTÁVEL TAMANHO P	R\$ 1,97	R\$ 1.773,00
86	994403	100	KIT	ESPÉCULO VAGINAL DESCARTÁVEL TAMANHO G. (KIT COMPLETO COM ESCOVA, LUVAS, ESPÁTULAS, LÂMINA COM UM LADO FOSCO COM ESTOJO PORTA LÂMINA).	R\$ 5,42	R\$ 542,00
87	994404	300	UND	ESPÉCULO VAGINAL DESCARTÁVEL TAMANHO M. (KIT COMPLETO COM ESCOVA, LUVAS, ESPÁTULAS, LÂMINA COM UM LADO FOSCO COM ESTOJO PORTA LÂMINA).	R\$ 3,10	R\$ 930,00
88	993101	50	UND	FILTRO HEPA - COM BARREIRA TOTAL CONTRA BACTÉRIAS E VÍRUS, TROCADOR DE CALOR E UMIDADE; MEMBRANA 100HIDRÓFOBA; BIDIRECIONAL; LIVRE DE LÁTEX; COM TUBO EXTENSOR CORRUGADO FLEXÍVEL E CONEXÕES UNIVERSAIS. VÁLIDO PARA USODE 24 HORAS; ESTÉRIL. USO EM VENTILADOR ARTIFICIAL; ADULTO; BPF 59/2000	R\$ 25,59	R\$ 1.279,50
89	994444	10	CAIXA	FIO DE SUTURA VICRYL Nº 1-0 - COM AGULHA ½ / 4CM; ESTÉRIL, ABSORVÍVEL, VIOLETA TRANÇADA, CLASSE IV. CAIXA COM 24UNIDADES.	R\$ 159,00	R\$ 1.590,00
90	994447	10	CAIXA	FIO DE SUTURA VICRYL Nº 3-0 - COM AGULHA ½ / 2,5CM; ESTÉRIL, ABSORVÍVEL, VIOLETA LISO, CLASSE IV. CAIXA COM 24UNIDADES	R\$ 330,00	R\$ 3.300,00
91	994450	50	UND	FITA CREPE - ADESIVA, SIMPLES, 19MM X 50M.	R\$ 4,19	R\$ 209,50
92	360361	20	UND	FITA MÉTRICA ANTROPOMÉTRICA	R\$ 35,68	R\$ 713,60
93	360362	20	UND	FITA MÉTRICA CORPORAL 1,5 METROS	R\$ 10,32	R\$ 206,40
94	993104	200	ROLO	FITA MICROPOROSA 10 CM X 4,5 M - TECIDO A NÃO TECIDO, FIBRAS VISCOSAS COM ADESIVO ACRÍLICO.	R\$ 5,20	R\$ 1.040,00
95	994454	30	FRASCO	FORMOL 37 - SOLUÇÃO DE FORMOL A 37, FRASCO DE 1000 ML	R\$ 25,58	R\$ 767,40
96	994455	10.300	UND	FRALDA DESCARTÁVEL ADULTO G	R\$ 1,50	R\$ 15.450,00
97	994456	10.000	UND	FRALDA DESCARTÁVEL ADULTO M	R\$ 1,50	R\$ 15.000,00
98	360357	1.000	UND	FRASCO COLETOR UNIVERSAL 80ML COM TAMPAROSQUEAVELESTÉRIL	R\$ 0,42	R\$ 420,00
99	360365	50	UND	FRASCO PLÁSTICO TIPO ALMOTOLIA 250 ML	R\$ 6,27	R\$ 313,50
100	360364	50	UND	FRASCO PLÁSTICO TIPO ALMOTOLIA 500 ML	R\$ 8,32	R\$ 416,00
101	994460	10	GALÃO	GEL PARA TRANSMISSÃO 1 KG - (PARA ULTRASSOM) DE 1 KG.	R\$ 13,99	R\$ 139,90
102	994461	10	GALÃO	GEL PARA TRANSMISSÃO 5 KG - (PARA ULTRASSOM) DE 5 KG.	R\$ 26,73	R\$ 267,30
103	360322	35	UND	HISTERÔMETRO DE COLLIN 28 CM - AÇO INOXIDÁVEL	R\$ 81,40	R\$ 2.849,00
104	994465	20	UNID	INDICADOR BIOLÓGICO - AUTO CONTIDOS PARA MONITORAR CICLOS DE ESTERILIZAÇÃO A VAPOR; CAIXA COM 10 UNIDADES.	R\$ 48,61	R\$ 972,20
105	993118	10	CAIXA	INDICADOR QUÍMICO - INDICADOR QUÍMICO CLASSE 5 PARA AUTOCLAVE A VAPOR; ATÓXICO; TIRA DE PAPEL IMPREGNADO COMREATIVO QUÍMICO SEM PRESENÇA DE CHUMBO. CAIXA COM 250 UNIDADES.	R\$ 89,90	R\$ 899,00
106	360372	15	KIT	KIT COM GESTOGRAMA E FITA MÉTRICA PARA MEDIDA ÚTERINA	R\$ 127,50	R\$ 1.912,50
107	600462	2	KIT	KIT DE ESCOVAS DE CME COM CERDAS DE NYLON	R\$ 16,86	R\$ 33,72
108	600463	2	KIT	KIT DE ESCOVAS DE LIMPEZA PARA CANULADOS	R\$ 37,02	R\$ 74,04
109	994471	5	KT	KIT DE MÁSCARA DE VENTURI ADULTO - CONTENDO: MÁSCARA ADULTO COM ELÁSTICO; TRAQUÉIA; 6 VÁLVULAS PARADIFERENTES CONCENTRAÇÕES DE OXIGÊNIO; EXTENSÃO DE OXIGÊNIO 2,10M; COPO ADAPTADOR PARA MICRONEBULIZAÇÃO.	R\$ 19,06	R\$ 95,30
110	360363	20	KIT	KIT ESTESIÔMETRO	R\$ 339,49	R\$ 6.789,80
111	994473	5	UND	KIT ESTESIÔMETRO MONOFILAMENTOS -KIT COMPOSTO POR UM CONJUNTO DE 07 MONOFILAMENTOS (SEMMES-WEINSTEIN) DE NYLON, DE COMPRIMENTOS IGUAIS, CORES E DIÂMETROS DIFERENTES, QUE EXERCER FORÇAS DE 0,05G A 300G, QUANDO APLICADOS SOBRE A PELE;	R\$ 350,00	R\$ 1.750,00





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE COMPRAS
E LICITAÇÕES - SUPEL

112	360335	100	KIT	KIT PARA INTRODUÇÃO DE DIU DESCARTÁVEL	R\$ 99,79	R\$ 9.979,00
113	995406	10	UND	KIT SUTURAS (1 PINÇA DENTE-DE-RATO, 1 TESOURA ÍRIS, 1 PORTA AGULHAS MAYO HEGAR, 1 CAMPO PARA COBERTURA DE MESA EM SSMMS, 1 CAMPO CIRÚRGICO FENESTRADO EM SSMMS, 5 COMPRESSAS DE GAZE DE 11 FIOS, 1 FIO CIRÚRGICO MONONYLON 5-0, COM 45 CM DE COMPRIMENTO)	R\$ 288,64	R\$ 2.886,40
114	600476	100	KIT	KITS DE MÁSCARA PARA INALAÇÃO ADULTO	R\$ 34,40	R\$ 3.440,00
115	600477	100	KIT	KITS DE MÁSCARA PARA INALAÇÃO PEDIÁTRICO	R\$ 7,58	R\$ 758,00
116	993337	5	CAIXA	LÂMINA DE BISTURI Nº15	R\$ 40,83	R\$ 204,15
117	993339	20	CAIXA	LÂMINA DE BISTURI Nº22	R\$ 48,53	R\$ 970,60
118	993340	20	CAIXA	LÂMINA DE BISTURI Nº24	R\$ 42,00	R\$ 840,00
119	360369	200	PCT	LENÇOL DE ELÁSTICO DESCARTÁVEL COR ROSA, 100 POLIPROPILENO (TNT) PACOTE C/10 UNIDADES, 1,30 X 2,30M	R\$ 12,97	R\$ 2.594,00
120	994499	200	PACOT	LENÇOL DESCARTÁVEL COM ELÁSTICO - MATERIAL EM TNT; GRAMATURA MÍNIMA 20G; PACOTE COM 10 UNIDADES.	R\$ 21,43	R\$ 4.286,00
121	360349	250	CAIXA	LUVA DE PROCEDIMENTO TAM G - NÃO CIRÚRGICO - CAIXA COM 100 UNIDADES	R\$ 23,28	R\$ 5.820,00
122	360350	200	CAIXA	LUVA DE PROCEDIMENTO TAM M - NÃO CIRÚRGICO - CAIXA COM 100 UNIDADES	R\$ 23,28	R\$ 4.656,00
123	994502	320	CAIXA	LUVA DE PROCEDIMENTO TAM M - NÃO CIRÚRGICO; MATERIAL LÁTEX NATURAL ÍNTEGRO E UNIFORME; LUBRIFICADA COM PÓBIOABSORVÍVEL; DESCARTÁVEL; ATÓXICA; TIPO AMBIDESTRA; FORMATO ANATÔMICO, RESISTENTE À TRAÇÃO; TAMANHO MÉDIO. CAIXA COM 100 UNIDADES.	R\$ 22,70	R\$ 7.264,00
124	360351	200	CAIXA	LUVA DE PROCEDIMENTO TAM P - NÃO CIRÚRGICO - CAIXA COM 100 UNIDADES	R\$ 23,04	R\$ 4.608,00
125	994503	500	CAIXA	LUVA DE PROCEDIMENTO TAM P - NÃO CIRÚRGICO; MATERIAL LÁTEX NATURAL ÍNTEGRO E UNIFORME; LUBRIFICADA COM PÓBIOABSORVÍVEL; DESCARTÁVEL; ATÓXICA; TIPO AMBIDESTRA; FORMATO ANATÔMICO, RESISTENTE À TRAÇÃO; TAMANHO PEQUENO. CAIXA COM 100 UNIDADES.	R\$ 22,70	R\$ 11.350,00
126	993147	500	PAR	LUVAS CIRÚRGICA DESCARTÁVEL ESTÉRIL Nº 6,5 - CONFECCIONADA EM LÁTEX NATURAL, TEXTURA UNIFORME; FORMATOANATÔMICO; ALTA SENSIBILIDADE TÁCTIL; BOA ELASTICIDADE; RESISTENTE A TRAÇÃO; PUNHO COM BAINHA OU FRISOS; LUBRIFICADA COM MATERIAL ATÓXICO; ACONDICIONADA EM INVÓLUCRO INTERNO COM DOBRAS PARA ABERTURA ASSÉPTICA, DOBRADAS COM INDICATIVO DE MÃOS DIREITA E ESQUERDA E NUMERAÇÃO; ENVELOPADA EM PARES EM EMBALAGEM DE PAPEL GRAU CIRÚRGICO.	R\$ 2,30	R\$ 1.150,00
127	993148	2.000	PAR	LUVAS CIRÚRGICA DESCARTÁVEL ESTÉRIL Nº 7,0 - CONFECCIONADA EM LÁTEX NATURAL, TEXTURA UNIFORME; FORMATOANATÔMICO; ALTA SENSIBILIDADE TÁCTIL; BOA ELASTICIDADE; RESISTENTE A TRAÇÃO; PUNHO COM BAINHA OU FRISOS; LUBRIFICADA COM MATERIAL ATÓXICO; ACONDICIONADA EM INVÓLUCRO INTERNO COM DOBRAS PARA ABERTURA ASSÉPTICA, DOBRADAS COM INDICATIVO DE MÃOS DIREITA E ESQUERDA E NUMERAÇÃO; ENVELOPADA EM PARES EM EMBALAGEM DE PAPEL GRAU CIRÚRGICO.	R\$ 1,33	R\$ 2.660,00
128	993149	3.000	PAR	LUVAS CIRÚRGICA DESCARTÁVEL ESTÉRIL Nº 7,5 - CONFECCIONADA EM LÁTEX NATURAL, TEXTURA UNIFORME; FORMATOANATÔMICO; ALTA SENSIBILIDADE TÁCTIL; BOA ELASTICIDADE; RESISTENTE A TRAÇÃO; PUNHO COM BAINHA OU FRISOS; LUBRIFICADA COM MATERIAL ATÓXICO; ACONDICIONADA EM INVÓLUCRO INTERNO COM DOBRAS PARA ABERTURA ASSÉPTICA, DOBRADAS	R\$ 1,92	R\$ 5.760,00





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE COMPRAS
E LICITAÇÕES - SUPEL

				COM INDICATIVODE MÃOS DIREITA E ESQUERDA E NUMERAÇÃO; ENVELOPADA EM PARES EM EMBALAGEM DE PAPEL GRAU CIRÚRGICO.		
129	994507	1.000	PAR	LUVAS CIRÚRGICA DESCARTÁVEL ESTÉRIL Nº 8,0 - CONFECCIONADA EM LÁTEX NATURAL, TEXTURA UNIFORME; FORMATOANATÔMICO; ALTA SENSIBILIDADE TÁCTIL; BOA ELASTICIDADE; RESISTENTE A TRAÇÃO; PUNHO COM BAINHA OU FRISOS; LUBRIFICADA COMMATERIAL ATÓXICO; ACONDICIONADA EM INVÓLUCRO INTERNO COM DOBRAS PARA ABERTURA ASSÉPTICA, DOBRADAS COM INDICATIVODE MÃOS DIREITA E ESQUERDA E NUMERAÇÃO; ENVELOPADA EM PARES EM EMBALAGEM DE PAPEL GRAU CIRÚRGICO.	R\$ 1,33	R\$ 1.330,00
130	993151	200	PAR	LUVAS CIRÚRGICA DESCARTÁVEL ESTÉRIL Nº 8,5 - CONFECCIONADA EM LÁTEX NATURAL, TEXTURA UNIFORME; FORMATOANATÔMICO; ALTA SENSIBILIDADE TÁCTIL; BOA ELASTICIDADE; RESISTENTE A TRAÇÃO; PUNHO COM BAINHA OU FRISOS; LUBRIFICADA COMMATERIAL ATÓXICO; ACONDICIONADA EM INVÓLUCRO INTERNO COM DOBRAS PARA ABERTURA ASSÉPTICA, DOBRADAS COM INDICATIVODE MÃOS DIREITA E ESQUERDA E NUMERAÇÃO; ENVELOPADA EM PARES EM EMBALAGEM DE PAPEL GRAU CIRÚRGICO.	R\$ 1,33	R\$ 266,00
131	600460	2	UND	MACA PARA TRANSFERÊNCIA DE PACIENTES EM CENTRO CIRÚRGICO INOX	R\$ 2.908,89	R\$ 5.817,78
132	995407	3	UND	MALETAS PARA MEDICAÇÕES DE TRANSPORTE	R\$ 203,36	R\$ 610,08
133	994511	20	UND	MÁSCARA DE OXIGÊNIO DE ALTA CONCENTRAÇÃO ADULTO - MÁSCARA COM RESERVATÓRIO DE OXIGÊNIO, TUBO DE EXTENSÃO E VÁLVULA DE NÃO REINALAÇÃO.	R\$ 15,00	R\$ 300,00
134	360370	100	CX	MÁSCARA DESCARTÁVEL CIRÚRGICA TRIPLA COM ELÁSTICO ATOXICA, HIPOALERGENICA, USO UNICO, COR ROSA - CAIXA COM 50 UNIDADES	R\$ 8,75	R\$ 875,00
135	995408	3	UNID	MÁSCARA NASAL COM FIXADOR - AJUSTÁVEL - P / M / G	R\$ 353,39	R\$ 1.060,17
136	995409	1	UNID	MÁSCARA ORONASAL PARA CPAP/BIPAP COM FIXADOR ENCEFÁLICO INFANTIL	R\$ 1.021,50	R\$ 1.021,50
137	995410	2	UNID	MÁSCARA ORONASAL PARA CPAP/BIPAP COM FIXADOR ENCEFÁLICO TAMANHO G	R\$ 605,41	R\$ 1.210,82
138	995411	2	UNID	MÁSCARA ORONASAL PARA CPAP/BIPAP COM FIXADOR ENCEFÁLICO TAMANHO M	R\$ 558,88	R\$ 1.117,76
139	995412	100	UND	MÁSCARAS NÃO REINALANTES ADULTO	R\$ 11,39	R\$ 1.139,00
140	995413	100	UND	MÁSCARAS NÃO REINALANTES INFANTIS	R\$ 9,44	R\$ 944,00
141	600454	3	UND	MESA AUXILIAR 3 PRATELEIRAS C/ RODÍ ZIOS 40X40 - AÇO INOX	R\$ 480,95	R\$ 1.442,85
142	360385	2	UND	MESA AUXILIAR PARA BISTURI ELÉTRICO	R\$ 444,45	R\$ 888,90
143	360387	2	UND	MESA AUXILIAR SEMI-CIRCULAR 43 X 130 CM AÇO INOXIDÁVEL	R\$ 1.553,75	R\$ 3.107,50
144	995002	600	METRO S	METROS DE TECIDO EM BRIM PESADO, 100% ALGODÃO NA COR AZUL ROYAL . LARGURA MÍNIMA DE 1,60M, (UTILIZADO NA CONFECCÃO DO ENXOVAL HOSPITALAR).	R\$ 119,46	R\$ 71.676,00
145	995003	400	METRO S	METROS DE TECIDO EM BRIM PESADO, 100% ALGODÃO NA COR CAQUI . LARGURA MÍNIMA DE 1,60M, (UTILIZADO NA CONFECCÃO DO ENXOVAL HOSPITALAR)	R\$ 332,57	R\$ 133.028,00
146	995001	600	METRO S	METROS DE TECIDO EM BRIM PESADO, 100% ALGODÃO NA COR VERDE ESCURO . LARGURA MÍNIMA DE 1,60M, (UTILIZADO NA CONFECCÃO DO ENXOVAL HOSPITALAR)	R\$ 124,82	R\$ 74.892,00
147	995005	300	METRO S	METROS DE TECIDO PERCAL 100% ALGODÃO - LISTRADO AMARELO/BRANCO LARGURA 2,20 COM SILK CORRIDO - "HOSPITAL MUNICIPAL IRMÃ DULCE - FUNCIONÁRIOS"	R\$ 26,50	R\$ 7.950,00
148	995004	300	METRO S	METROS DE TECIDO PERCAL 100% ALGODÃO - LISTRADO AZUL/BRANCO LARGURA 2,20 COM SILK CORRIDO - "HOSPITAL MUNICIPAL IRMÃ DULCE - INTERNAÇÃO"	R\$ 41,15	R\$ 12.345,00





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE COMPRAS
E LICITAÇÕES - SUPEL

149	995007	300	METROS	METROS DE TECIDO PERCAL 100% ALGODÃO - LISTRADO VERMELHO/BRANCO LARGURA 2,20 COM SILK CORRIDO - "HOSPITAL MUNICIPAL IRMÃ DULCE - CENTRO CIRÚRGICO"	R\$ 57,49	R\$ 17.247,00
150	995006	300	METROS	METROS DE TECIDO PERCAL LISTRADO VERDE/BRANCO LARGURA 2,20 COM SILK CORRIDO - "HOSPITAL MUNICIPAL IRMÃ DULCE - PRONTO SOCORRO"	R\$ 28,13	R\$ 8.439,00
151	600479	20	UND	OXÍMETRO DE PULSO INFANTIL	R\$ 127,00	R\$ 2.540,00
152	995414	2	UND	OXÍMETRO DE PULSO NEONATAL	R\$ 97,15	R\$ 194,30
153	993163	11	ROLO	PAPEL GRAU CIRÚRGICO BOBINA 10 CM X 100 M - COMPOSIÇÃO FILME POLÍMERO MULTILAMINADO; TAMANHO CERCA DE 10 CM DE LARGURA POR 100 METROS DE COMPRIMENTO. APRESENTAÇÃO EM ROLO.	R\$ 44,30	R\$ 487,30
154	993165	5	ROLO	PAPEL GRAU CIRÚRGICO BOBINA 20 CM X 100 M - COMPOSIÇÃO FILME POLÍMERO MULTILAMINADO; TAMANHO CERCA DE 20 CM DE LARGURA POR 100 METROS DE COMPRIMENTO. APRESENTAÇÃO EM ROLO.	R\$ 126,38	R\$ 631,90
155	993166	5	ROLO	PAPEL GRAU CIRÚRGICO BOBINA 30 CM X 100 M - COMPOSIÇÃO FILME POLÍMERO MULTILAMINADO; TAMANHO CERCA DE 30 CM DE LARGURA POR 100 METROS DE COMPRIMENTO. APRESENTAÇÃO EM ROLO.	R\$ 144,85	R\$ 724,25
156	993168	30	UND	PAPEL GRAU CIRÚRGICO TIPO FOLHA - COMPOSIÇÃO FILME POLÍMERO MULTILAMINADO; TAMANHO CERCA DE 100 CM DE LARGURA POR 100 CM DE COMPRIMENTO. APRESENTAÇÃO EM FOLHA.	R\$ 68,15	R\$ 2.044,50
157	995415	50	ROLO	PAPEL TERMOSENSÍVEL BOBINA 216MMX30 M - PARA EXAME DE ELETROCARDIOGRAMA	R\$ 35,69	R\$ 1.784,50
158	995416	50	ROLO	PAPEL TERMOSENSÍVEL BOBINA 80MMX20 M - PARA EXAME DE ELETROCARDIOGRAMA	R\$ 27,22	R\$ 1.361,00
159	600455	30	UND	PASTA DE REGISTRO DE PACIENTE EM AÇO INOXIDÁVEL SUPORTE PARA PRONTUÁRIO MÉDICO	R\$ 59,47	R\$ 1.784,10
160	360375	100	UND	PINÇA ALLIS 5X6 15CM	R\$ 37,65	R\$ 3.765,00
161	360332	35	UND	PINÇA ANATÔMICA DENTE DE RATO 14 CM - AÇO INOXIDÁVEL	R\$ 36,60	R\$ 1.281,00
162	360326	35	UND	PINÇA ANATÔMICA DISSECÇÃO 14 CM C/ SERRILHA	R\$ 31,33	R\$ 1.096,55
163	360286	35	UND	PINÇA BACKHAUS 11CM	R\$ 200,00	R\$ 7.000,00
164	360314	60	UND	PINÇA BAKAUS 13CM	R\$ 31,64	R\$ 1.898,40
165	360324	35	UND	PINÇA CHERON 24 CM - AÇO INOXIDÁVEL	R\$ 62,34	R\$ 2.181,90
166	360244	20	UND	PINÇA COLLIN CORAÇÃO 16CM	R\$ 56,44	R\$ 1.128,80
167	360296	18	UND	PINÇA CRILE 14CM	R\$ 35,00	R\$ 630,00
168	360268	20	UND	PINÇA DISSECÇÃO (ANATÔMICA) C/SERR. 16CM	R\$ 17,40	R\$ 348,00
169	360330	35	UND	PINÇA HARTMANN 14 CM - AÇO INOXIDÁVEL	R\$ 125,13	R\$ 4.379,55
170	995417	10	UND	PINÇA KELLY CURVA 14CM	R\$ 35,00	R\$ 350,00
171	360328	35	UND	PINÇA KELLY CURVA 16 CM - AÇO INOXIDÁVEL	R\$ 59,67	R\$ 2.088,45
172	360383	20	UND	PINÇA KELLY CURVA HEMOSTÁTICA 14CM	R\$ 33,69	R\$ 673,80
173	360329	35	UND	PINÇA KELLY RETA 16 CM - AÇO INOXIDÁVEL	R\$ 60,17	R\$ 2.105,95
174	360295	14	UND	PINÇA KOCHER 14CM	R\$ 40,00	R\$ 560,00
175	995418	4	UND	PINÇA PEAN SAPATA 14CM	R\$ 32,10	R\$ 128,40
176	360323	35	UND	PINÇA POZZI 24 CM - AÇO INOXIDÁVEL	R\$ 78,00	R\$ 2.730,00
177	600457	1	UND	PISTOLA DE AR COMPRIMIDO	R\$ 35,33	R\$ 35,33
178	360333	35	UND	PORTA AGULHA MAYO HEGAR COM WIDEA 14 CM - AÇO INOXIDÁVEL	R\$ 241,50	R\$ 8.452,50
179	210212	25	UND	PORTA COPOS DESCARTÁVEIS	R\$ 47,85	R\$ 1.196,25
180	360388	3	UND	POSICIONADOR DUPLO PARA CABEÇA	R\$ 110,17	R\$ 330,51
181	600465	30	UND	PRANCHETAS METÁLICAS PARA PRONTUÁRIO	R\$	R\$ 1.614,90





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE COMPRAS
E LICITAÇÕES - SUPEL

					53,83	
182	994995	265	UND	PROTETOR SOLAR PROTETOR SOLAR FPS 70. EMBALAGEM DE 200 ML.	R\$ 62,22	R\$ 16.488,30
183	993175	10	GALÃO	QUATERNÁRIO DE AMÔNIA 6 GERAÇÃO - DETERGENTE/DESINFETANTE DE SUPERFÍCIES HOSPITALARES, EQUIPAMENTOS E ARTIGOS MÉDICOS. COM PERÓXIDO DE HIDROGÊNIO - EMBALAGEM 5 L	R\$ 54,77	R\$ 547,70
184	600481	50	UND	REDBLOCK COM FIXADORES ADULTO (IMOBILIZADOR LATERAL DE CABEÇA)	R\$ 103,80	R\$ 5.190,00
185	600482	20	UND	REDBLOCK COM FIXADORES PEDIÁTRICOS ADULTO (IMOBILIZADOR LATERAL DE CABEÇA)	R\$ 104,64	R\$ 2.092,80
186	995000	100	UNID	ROLOS DE ELÁSTICO DE COSTURA Nº18, COR BRANCO, TAMANHA 11MM X 100MTS, ACONDICIONADO EM ROLO, COMPOSIÇÃO: 69% ALGODÃO + 31% LÁTEX - ROLO COM 100 METROS	R\$ 12,60	R\$ 1.260,00
187	994999	100	UNID	ROLOS DE LINHA DE COSTURA, TUBO C/2.000M (CORES VARIADAS)	R\$ 9,11	R\$ 911,00
188	600469	10	UND	ROLOS DE SACOS PLÁSTICOS PARA ACOMODAR PRONTUÁRIOS E FICHAS PÓS ALTA	R\$ 24,92	R\$ 249,20
189	360392	1	UND	SELADORA HORIZONTAL AUTOMÁTICA CONTÍNUA DA MARCA CETRO OU REGISTRON	R\$ 2.008,80	R\$ 2.008,80
190	360338	5.000	UND	SERINGA 1 ML COM AGULHA 13X4,5	R\$ 0,19	R\$ 950,00
191	360339	5.000	UND	SERINGA 10 ML COM AGULHA 25X0,7	R\$ 0,26	R\$ 1.300,00
192	993345	15.000	UND	SERINGA 10 ML COM AGULHA 25X0,7 - HIPODÉRMICA; DESCARTÁVEL; GRADUADA; COM AGULHA; COM PONTA CONECTORA TIPOLUER SLIP; ESTÉRIL; ATÓXICA; APIROGÊNICA. EMBALADA INDIVIDUALMENTE.	R\$ 0,30	R\$ 4.500,00
193	994529	20.000	UNID	SERINGA 20 ML C/ AGULHA 25X0,7 - HIPODÉRMICA; DESCARTÁVEL; GRADUADA; COM AGULHA; COM PONTA CONECTORA TIPOLUER SLIP; ESTÉRIL; ATÓXICA; APIROGÊNICA. EMBALADA INDIVIDUALMENTE.	R\$ 0,50	R\$ 10.000,00
194	360340	5.000	UND	SERINGA 3 ML COM AGULHA 25X0,7	R\$ 0,23	R\$ 1.150,00
195	993343	15.000	UND	SERINGA 3 ML COM AGULHA 25X0,7 - HIPODÉRMICA; DESCARTÁVEL; GRADUADA; COM AGULHA; COM PONTA CONECTORA TIPOLUER SLIP; ESTÉRIL; ATÓXICA; APIROGÊNICA. EMBALADA INDIVIDUALMENTE.	R\$ 0,18	R\$ 2.700,00
196	360341	5.000	UND	SERINGA 5 ML COM AGULHA 25X0,7	R\$ 0,31	R\$ 1.550,00
197	993344	15.000	UND	SERINGA 5 ML COM AGULHA 25X0,7 - HIPODÉRMICA; DESCARTÁVEL; GRADUADA; COM AGULHA; COM PONTA CONECTORA TIPOLUER SLIP; ESTÉRIL; ATÓXICA; APIROGÊNICA. EMBALADA INDIVIDUALMENTE.	R\$ 0,20	R\$ 3.000,00
198	991924	20	UNID	SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 06 - DESCARTÁVEL; CONFECCIONADA EM POLIVINIL, TRANSPARENTE, ATÓXICO, FLEXÍVEL, EM FORMA DE CILINDRO RETO E INTEIRO, COM EXTREMIDADE PROXIMAL ARREDONDADA, ABERTA E ISENTA DE REBARBAS, SILICONADA, INCOLOR, COM DOIS PARES DE ORIFÍCIOS PARALELOS NA EXTREMIDADE PROXIMAL AO PACIENTE DISTRIBUÍDOS UNIFORMEMENTE; PROXIMIDADE DISTAL COM ADAPTADOR UNIVERSAL; ESTÉRIL. EMBALADA INDIVIDUALMENTE.	R\$ 1,24	R\$ 24,80
199	994535	20	UND	SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 10 - DESCARTÁVEL; CONFECCIONADA EM POLIVINIL, TRANSPARENTE, ATÓXICO, FLEXÍVEL, EM FORMA DE CILINDRO RETO E INTEIRO, COM EXTREMIDADE PROXIMAL ARREDONDADA, ABERTA E ISENTA DE REBARBAS, SILICONADA, INCOLOR, COM DOIS PARES DE ORIFÍCIOS PARALELOS NA EXTREMIDADE PROXIMAL AO PACIENTE DISTRIBUÍDOS UNIFORMEMENTE; PROXIMIDADE DISTAL COM ADAPTADOR UNIVERSAL; ESTÉRIL. EMBALADA INDIVIDUALMENTE.	R\$ 1,16	R\$ 23,20
200	994536	20	UND	SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 12 - DESCARTÁVEL; CONFECCIONADA EM POLIVINIL, TRANSPARENTE, ATÓXICO, FLEXÍVEL, EM FORMA DE CILINDRO RETO E INTEIRO, COM EXTREMIDADE PROXIMAL ARREDONDADA, ABERTA E ISENTA DE	R\$ 1,07	R\$ 21,40





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE COMPRAS
E LICITAÇÕES - SUPEL

				REBARBAS, SILICONADA, INCOLOR, COM DOIS PARES DE ORIFÍCIOS PARALELOS NA EXTREMIDADE PROXIMAL AO PACIENTE DISTRIBUÍDOS UNIFORMEMENTE; PROXIMIDADE DISTAL COM ADAPTADOR UNIVERSAL; ESTÉRIL. EMBALADA INDIVIDUALMENTE.		
201	994537	20	UND	SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 14 - DESCARTÁVEL; CONFECCIONADA EM POLIVINIL, TRANSPARENTE, ATÓXICO, FLEXÍVEL, EM FORMA DE CILINDRO RETO E INTEIRO, COM EXTREMIDADE PROXIMAL ARREDONDADA, ABERTA E ISENTA DE REBARBAS, SILICONADA, INCOLOR, COM DOIS PARES DE ORIFÍCIOS PARALELOS NA EXTREMIDADE PROXIMAL AO PACIENTE DISTRIBUÍDOS UNIFORMEMENTE; PROXIMIDADE DISTAL COM ADAPTADOR UNIVERSAL; ESTÉRIL. EMBALADA INDIVIDUALMENTE.	R\$ 1,02	R\$ 20,40
202	994538	20	UND	SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 16 - DESCARTÁVEL; CONFECCIONADA EM POLIVINIL, TRANSPARENTE, ATÓXICO, FLEXÍVEL, EM FORMA DE CILINDRO RETO E INTEIRO, COM EXTREMIDADE PROXIMAL ARREDONDADA, ABERTA E ISENTA DE REBARBAS, SILICONADA, INCOLOR, COM DOIS PARES DE ORIFÍCIOS PARALELOS NA EXTREMIDADE PROXIMAL AO PACIENTE DISTRIBUÍDOS UNIFORMEMENTE; PROXIMIDADE DISTAL COM ADAPTADOR UNIVERSAL; ESTÉRIL. EMBALADA INDIVIDUALMENTE.	R\$ 1,14	R\$ 22,80
203	994539	20	UND	SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 18 - DESCARTÁVEL; CONFECCIONADA EM POLIVINIL, TRANSPARENTE, ATÓXICO, FLEXÍVEL, EM FORMA DE CILINDRO RETO E INTEIRO, COM EXTREMIDADE PROXIMAL ARREDONDADA, ABERTA E ISENTA DE REBARBAS, SILICONADA, INCOLOR, COM DOIS PARES DE ORIFÍCIOS PARALELOS NA EXTREMIDADE PROXIMAL AO PACIENTE DISTRIBUÍDOS UNIFORMEMENTE; PROXIMIDADE DISTAL COM ADAPTADOR UNIVERSAL; ESTÉRIL. EMBALADA INDIVIDUALMENTE.	R\$ 1,14	R\$ 22,80
204	994540	20	UND	SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 20 - DESCARTÁVEL; CONFECCIONADA EM POLIVINIL, TRANSPARENTE, ATÓXICO, FLEXÍVEL, EM FORMA DE CILINDRO RETO E INTEIRO, COM EXTREMIDADE PROXIMAL ARREDONDADA, ABERTA E ISENTA DE REBARBAS, SILICONADA, INCOLOR, COM DOIS PARES DE ORIFÍCIOS PARALELOS NA EXTREMIDADE PROXIMAL AO PACIENTE DISTRIBUÍDOS UNIFORMEMENTE; PROXIMIDADE DISTAL COM ADAPTADOR UNIVERSAL; ESTÉRIL. EMBALADA INDIVIDUALMENTE.	R\$ 1,19	R\$ 23,80
205	994542	40	UNID	SONDA DE FOLEY (DUAS VIAS, COM BALÃO) Nº12	R\$ 5,60	R\$ 224,00
206	994543	40	UNID	SONDA DE FOLEY (DUAS VIAS, COM BALÃO) Nº14	R\$ 5,86	R\$ 234,40
207	994544	40	UNID	SONDA DE FOLEY (DUAS VIAS, COM BALÃO) Nº16	R\$ 5,48	R\$ 219,20
208	994545	100	UNID	SONDA DE FOLEY (DUAS VIAS, COM BALÃO) Nº18	R\$ 5,49	R\$ 549,00
209	994546	50	UNID	SONDA DE FOLEY (DUAS VIAS, COM BALÃO) Nº20	R\$ 4,51	R\$ 225,50
210	994547	50	UNID	SONDA DE FOLEY (DUAS VIAS, COM BALÃO) Nº22	R\$ 5,13	R\$ 256,50
211	994553	20	UND	SONDA GÁSTRICA (LEVINE) Nº 08 - CONFECCIONADA EM PVC (CLORETO DE POLIVINILA) TRANSPARENTE, FLEXÍVEL, ATÓXICO; EM FORMA DE CILINDRO RETO E INTEIRO, COM EXTREMIDADE PROXIMAL ARREDONDADA, ABERTO ISENTA DE REBARBAS; DOTADA DE QUATRO ORIFÍCIOS DISTRIBUÍDOS ALTERNADAMENTE E EQUIDISTANTES DE FORMA A COBRIR TODO O DIÂMETRO DO TUBO. OS ORIFÍCIOS SÃO DIMENSIONADOS DE ACORDO COM O CALIBRE DE CADA SONDA, APRESENTANDO DIÂMETROS PERFEITAMENTE ACABADOS. A EXTREMIDADE DISTAL APRESENTA DEVIDAMENTE	R\$ 1,00	R\$ 20,00





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE COMPRAS
E LICITAÇÕES - SUPEL

				ACABADO E FIXADO DISPOSITIVO CONECTOR UNIVERSAL COM TAMPA.		
212	994555	20	UND	SONDA GASTRICA (LEVINE) N 14 - CONFECCIONADO EM PVC (CLORETO DE POLIVINILA) TRANSPARENTE, FLEXÍVEL, ATÓXICO; EMFORMA DE CILINDRO RETO E INTEIRIÇO, COM EXTREMIDADE PROXIMAL ARREDONDADA, ABERTO ISENTA DE REBARBAS; DOTADA DEQUATRO ORIFÍCIOS DISTRIBUÍDOS ALTERNADAMENTE E EQUIDISTANTES DE FORMA A COBRIR TODO O DIÂMETRO DO TUBO. TAISORIFÍCIOS SÃO DIMENSIONADOS DE ACORDO COM O CALIBRE DE CADA SONDA, APRESENTANDO DIÂMETROS PERFEITAMENTEACABADOS. A EXTREMIDADE DISTAL APRESENTA DEVIDAMENTE ACABADO E FIXADO DISPOSITIVO CONECTOR UNIVERSAL COM TAMPA.	RS 1,53	R\$ 30,60
213	994557	20	UND	SONDA GASTRICA (LEVINE) N 18 - CONFECCIONADO EM PVC (CLORETO DE POLIVINILA) TRANSPARENTE, FLEXÍVEL, ATÓXICO; EMFORMA DE CILINDRO RETO E INTEIRIÇO, COM EXTREMIDADE PROXIMAL ARREDONDADA, ABERTO ISENTA DE REBARBAS; DOTADA DEQUATRO ORIFÍCIOS DISTRIBUÍDOS ALTERNADAMENTE E EQUIDISTANTES DE FORMA A COBRIR TODO O DIÂMETRO DO TUBO. TAISORIFÍCIOS SÃO DIMENSIONADOS DE ACORDO COM O CALIBRE DE CADA SONDA, APRESENTANDO DIÂMETROS PERFEITAMENTEACABADOS. A EXTREMIDADE DISTAL APRESENTA DEVIDAMENTE ACABADO E FIXADO DISPOSITIVO CONECTOR UNIVERSAL COM TAMPA.	RS 1,76	R\$ 35,20
214	994558	20	UND	SONDA GASTRICA (LEVINE) N 20 - CONFECCIONADO EM PVC (CLORETO DE POLIVINILA) TRANSPARENTE, FLEXÍVEL, ATÓXICO; EMFORMA DE CILINDRO RETO E INTEIRIÇO, COM EXTREMIDADE PROXIMAL ARREDONDADA, ABERTO ISENTA DE REBARBAS; DOTADA DEQUATRO ORIFÍCIOS DISTRIBUÍDOS ALTERNADAMENTE E EQUIDISTANTES DE FORMA A COBRIR TODO O DIÂMETRO DO TUBO. TAISORIFÍCIOS SÃO DIMENSIONADOS DE ACORDO COM O CALIBRE DE CADA SONDA, APRESENTANDO DIÂMETROS PERFEITAMENTEACABADOS. A EXTREMIDADE DISTAL APRESENTA DEVIDAMENTE ACABADO E FIXADO DISPOSITIVO CONECTOR UNIVERSAL COM TAMPA.	RS 2,00	R\$ 40,00
215	994562	20	UND	SONDA NASOGASTRICA CURTA Nº 06 - CONFECCIONADA EM TUBO DE PVC, ATÓXICO, APIROGÊNICO, CRISTAL, TRANSPARENTEDE PAREDES FINAS E MALEÁVEIS, COM PONTA ARREDONDADA E FECHADA, COM 2 FUROS LATERAIS E PROVIDA NA OUTRA EXTREMIDADEDE UM CONECTOR PADRÃO COM TAMPA.	RS 1,06	R\$ 21,20
216	994563	20	UND	SONDA NASOGASTRICA CURTA Nº 10 - CONFECCIONADA EM TUBO DE PVC, ATÓXICO, APIROGÊNICO, CRISTAL, TRANSPARENTEDE PAREDES FINAS E MALEÁVEIS, COM PONTA ARREDONDADA E FECHADA, COM 2 FUROS LATERAIS E PROVIDA NA OUTRA EXTREMIDADEDE UM CONECTOR PADRÃO COM TAMPA.	RS 1,36	R\$ 27,20
217	994564	20	UND	SONDA NASOGASTRICA CURTA Nº 12 - CONFECCIONADA EM TUBO DE PVC, ATÓXICO, APIROGÊNICO, CRISTAL, TRANSPARENTEDE PAREDES FINAS E MALEÁVEIS, COM PONTA ARREDONDADA E FECHADA, COM 2 FUROS LATERAIS E PROVIDA NA OUTRA EXTREMIDADEDE UM CONECTOR PADRÃO COM TAMPA.	RS 1,27	R\$ 25,40
218	994565	20	UND	SONDA NASOGASTRICA CURTA Nº 14 - CONFECCIONADA EM TUBO DE PVC, ATÓXICO, APIROGÊNICO, CRISTAL, TRANSPARENTEDE PAREDES FINAS E MALEÁVEIS, COM PONTA ARREDONDADA E FECHADA, COM 2 FUROS LATERAIS E PROVIDA NA OUTRA EXTREMIDADEDE UM CONECTOR PADRÃO COM TAMPA.	RS 1,09	R\$ 21,80





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE COMPRAS
E LICITAÇÕES - SUPEL

219	994566	20	UND	SONDA NASOGASTRICA CURTA Nº 16 - CONFECCIONADA EM TUBO DE PVC, ATÓXICO, APIROGÊNICO, CRISTAL, TRANSPARENTEDE PAREDES FINAS E MALEÁVEIS, COM PONTA ARREDONDADA E FECHADA, COM 2 FUROS LATERAIS E PROVIDA NA OUTRA EXTREMIDADEDE UM CONECTOR PADRÃO COM TAMPA.	R\$ 1,11	R\$ 22,20
220	994567	20	UND	SONDA NASOGASTRICA CURTA Nº 18 - CONFECCIONADA EM TUBO DE PVC, ATÓXICO, APIROGÊNICO, CRISTAL, TRANSPARENTEDE PAREDES FINAS E MALEÁVEIS, COM PONTA ARREDONDADA E FECHADA, COM 2 FUROS LATERAIS E PROVIDA NA OUTRA EXTREMIDADEDE UM CONECTOR PADRÃO COM TAMPA.	R\$ 1,32	R\$ 26,40
221	994570	20	UND	SONDA NASOGASTRICA LONGA Nº 06 - CONFECCIONADO EM PVC (CLORETO DE POLIVINILA) TRANSPARENTE, FLEXÍVEL, ATÓXICO; EM FORMA DE CILINDRO RETO E INTEIRIÇO, COM EXTREMIDADE PROXIMAL ARREDONDADA, ABERTA ISENTA DE REBARBAS; DOTADA DE QUATRO ORIFÍCIOS DISTRIBUÍDOS ALTERNADAMENTE E EQUIDISTANTES DE FORMA A COBRIR TODO O DIÂMETRO DO TUBO; ESTÉRIL. EMBALAGEM INDIVIDUAL.	R\$ 1,50	R\$ 30,00
222	994571	20	UND	SONDA NASOGASTRICA LONGA Nº 12 - CONFECCIONADO EM PVC (CLORETO DE POLIVINILA) TRANSPARENTE, FLEXÍVEL, ATÓXICO; EM FORMA DE CILINDRO RETO E INTEIRIÇO, COM EXTREMIDADE PROXIMAL ARREDONDADA, ABERTA ISENTA DE REBARBAS; DOTADA DE QUATRO ORIFÍCIOS DISTRIBUÍDOS ALTERNADAMENTE E EQUIDISTANTES DE FORMA A COBRIR TODO O DIÂMETRO DO TUBO; ESTÉRIL. EMBALAGEM INDIVIDUAL.	R\$ 1,49	R\$ 29,80
223	994572	20	UND	SONDA NASOGASTRICA LONGA Nº 14 - CONFECCIONADO EM PVC (CLORETO DE POLIVINILA) TRANSPARENTE, FLEXÍVEL, ATÓXICO; EM FORMA DE CILINDRO RETO E INTEIRIÇO, COM EXTREMIDADE PROXIMAL ARREDONDADA, ABERTA ISENTA DE REBARBAS; DOTADA DE QUATRO ORIFÍCIOS DISTRIBUÍDOS ALTERNADAMENTE E EQUIDISTANTES DE FORMA A COBRIR TODO O DIÂMETRO DO TUBO; ESTÉRIL. EMBALAGEM INDIVIDUAL.	R\$ 1,70	R\$ 34,00
224	994573	20	UND	SONDA NASOGASTRICA LONGA Nº 16 - CONFECCIONADO EM PVC (CLORETO DE POLIVINILA) TRANSPARENTE, FLEXÍVEL, ATÓXICO; EM FORMA DE CILINDRO RETO E INTEIRIÇO, COM EXTREMIDADE PROXIMAL ARREDONDADA, ABERTA ISENTA DE REBARBAS; DOTADA DE QUATRO ORIFÍCIOS DISTRIBUÍDOS ALTERNADAMENTE E EQUIDISTANTES DE FORMA A COBRIR TODO O DIÂMETRO DO TUBO; ESTÉRIL. EMBALAGEM INDIVIDUAL.	R\$ 1,66	R\$ 33,20
225	994574	20	UND	SONDA NASOGASTRICA LONGA Nº 20 - CONFECCIONADO EM PVC (CLORETO DE POLIVINILA) TRANSPARENTE, FLEXÍVEL, ATÓXICO; EM FORMA DE CILINDRO RETO E INTEIRIÇO, COM EXTREMIDADE PROXIMAL ARREDONDADA, ABERTA ISENTA DE REBARBAS; DOTADA DE QUATRO ORIFÍCIOS DISTRIBUÍDOS ALTERNADAMENTE E EQUIDISTANTES DE FORMA A COBRIR TODO O DIÂMETRO DO TUBO; ESTÉRIL. EMBALAGEM INDIVIDUAL.	R\$ 2,08	R\$ 41,60
226	994575	20	UND	SONDA NASOGASTRICA LONGA Nº 22 - CONFECCIONADO EM PVC (CLORETO DE POLIVINILA) TRANSPARENTE, FLEXÍVEL, ATÓXICO; EM FORMA DE CILINDRO RETO E INTEIRIÇO, COM EXTREMIDADE PROXIMAL ARREDONDADA, ABERTA ISENTA DE REBARBAS; DOTADA DE QUATRO ORIFÍCIOS DISTRIBUÍDOS ALTERNADAMENTE E EQUIDISTANTES DE FORMA A COBRIR TODO O DIÂMETRO DO TUBO; ESTÉRIL. EMBALAGEM INDIVIDUAL.	R\$ 2,20	R\$ 44,00
227	360342	2.000	UND	SONDA URETRAL DE ALÍVIO Nº 12	R\$ 0,96	R\$ 1.920,00





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE COMPRAS
E LICITAÇÕES - SUPEL

228	994578	8.000	UNID	SONDA URETRAL DE ALÍVIO Nº 12 - CONFECCIONADO EM PVC TRANSPARENTE, FLEXÍVEL, ATÓXICO; EM FORMA DE CILINDRORETO E INTEIRIÇO, COM EXTREMIDADE PROXIMAL ARREDONDADA, FECHADA, ISENTA DE REBARBAS; DOTADA DE UM ORIFÍCIO	R\$ 1,15	R\$ 9.200,00
229	360343	2.000	UND	SONDA URETRAL DE ALÍVIO Nº 14	R\$ 0,76	R\$ 1.520,00
230	994579	3.000	UNID	SONDA URETRAL DE ALÍVIO Nº 14 - CONFECCIONADO EM PVC TRANSPARENTE, FLEXÍVEL, ATÓXICO; EM FORMA DE CILINDRORETO E INTEIRIÇO, COM EXTREMIDADE PROXIMAL ARREDONDADA, FECHADA, ISENTA DE REBARBAS; DOTADA DE UM ORIFÍCIO	R\$ 0,99	R\$ 2.970,00
231	995419	4	UND	SUPERFÍCIE DE SUPORTE - COXIM USO HOSPITALAR (A PARTIR DE 40X10)	R\$ 834,72	R\$ 3.338,88
232	994992	30	UND	SUPORTE DE METAL PARA COLETOR DE PERFUROCORTANTE DE 20 LITROS	R\$ 37,90	R\$ 1.137,00
233	993233	100	UNID	TALA DE IMOBILIZAÇÃO EVA G - TALA ARAMADA, REVESTIDA COM MATERIAL EMBORRACHADO; TAMANHO CERCA 86CM X 10CM.	R\$ 26,79	R\$ 2.679,00
234	993232	100	UNID	TALA DE IMOBILIZAÇÃO EVA M - TALA ARAMADA, REVESTIDA COM MATERIAL EMBORRACHADO; TAMANHO CERCA 63CM X 9CM.	R\$ 20,93	R\$ 2.093,00
235	993231	100	UNID	TALA DE IMOBILIZAÇÃO EVA P - TALA ARAMADA, REVESTIDA COM MATERIAL EMBORRACHADO; TAMANHO CERCA 53CM X 8CM.	R\$ 16,82	R\$ 1.682,00
236	993230	100	UNID	TALA DE IMOBILIZAÇÃO EVA PP - TALA ARAMADA, REVESTIDA COM MATERIAL EMBORRACHADO; TAMANHO 30CM X 8CM.	R\$ 13,25	R\$ 1.325,00
237	600472	10	UND	TERMÔMETROS DIGITAIS INFRAVERMELHO	R\$ 143,50	R\$ 1.435,00
238	360327	35	UND	TESOURA IRIS RETA 11 CM - AÇO INOXÍDAVEL	R\$ 28,58	R\$ 1.000,30
239	360297	12	UND	TESOURA MAYO 16CM CURVA	R\$ 59,00	R\$ 708,00
240	360379	10	UND	TESOURA MAYO-STILLE CURVA 17CM	R\$ 28,72	R\$ 287,20
241	360380	10	UND	TESOURA MAYO-STILLE CURVA 19CM	R\$ 38,60	R\$ 386,00
242	360378	10	UND	TESOURA MAYO-STILLE RETA 17CM	R\$ 30,30	R\$ 303,00
243	360298	12	UND	TESOURA METZENBAUM CURVA 18CM	R\$ 59,00	R\$ 708,00
244	995421	20	UND	TESOURA METZENBAUM RETA 20 CM	R\$ 236,78	R\$ 4.735,60
245	360289	16	UND	TESOURA METZENBAUM-NELSON RR CURVA 14CM	R\$ 165,00	R\$ 2.640,00
246	995422	10	UND	TESOURA METZENBAUM-NELSON RR CURVA 18CM	R\$ 41,33	R\$ 413,30
247	995423	10	UND	TESOURA METZENBAUM-NELSON RR CURVA 23CM	R\$ 41,33	R\$ 413,30
248	360316	18	UND	TESOURA METZENBAUM-NELSON RR RETA 14CM	R\$ 140,00	R\$ 2.520,00
249	995424	35	UND	TESOURA METZENBAUM CURVA 20 CM - AÇO INOXIDÁVEL	R\$ 75,00	R\$ 2.625,00
250	360318	15	UND	TESOURA MODELO TIPO PONTA RETA, ROMBA ROMBA, TIPO STANDARD, COMPRIMENTO 19CM	R\$ 48,00	R\$ 720,00
251	360315	8	UND	TESOURA PARA CORTE DE FIO DE AÇO, TAMANHO 12CM	R\$ 25,00	R\$ 200,00
252	360377	10	UND	TESOURA ROMBA-ROMBA RETA STANDART 19CM	R\$ 29,07	R\$ 290,70
253	360299	12	UND	TESOURA STANDART COM PONTAS FINAS RETAS, 16CM	R\$ 179,00	R\$ 2.148,00
254	360292	11	UND	TESOURA MODELO TIPO PONTA RETA FINA FINA, TIPO STANDARD, COMPRIMENTO 15CM	R\$ 56,00	R\$ 616,00
255	360293	15	UND	TESOURA, MODELO TIPO PONTA RETA, ROMBA FINA, TIPO STANDARD, COMPRIMENTO 15CM	R\$ 51,00	R\$ 765,00
256	360317	8	UND	TESOURA, MODELO METZENBAUM DELICADA, COM PONTAS CURVAS, COMPRIMENTO 18CM	R\$ 58,00	R\$ 464,00
257	360290	6	UND	TESOURA, MODELO METZENBAUM, DELICADA, COM PONTAS CURVAS, COMPRIMENTO 14CM	R\$ 50,00	R\$ 300,00
258	360291	16	UND	TESOURA, MODELO METZENBAUM, DELICADA, COM PONTAS RETA, COMPRIMENTO 18CM	R\$ 56,00	R\$ 896,00
259	995425	50	UND	TIRANTES/CINTOS IMOBILIZADORES - PARA	R\$	R\$ 3.677,00





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE COMPRAS
E LICITAÇÕES - SUPEL

				PRANCHAS DE RESGATE	73,54	
260	995426	1.600	CAIXA	TIRAS REAGENTES PARA TESTE DE GLICEMIA - REAGENTE PARA DIAGNÓSTICO CLÍNICO 5. TIPO DE ANÁLISE: QUANTITATIVO DE GLICOSE SANGUÍNEA. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: GLICEMIA CAPILAR. APRESENTAÇÃO: TIRA. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM FAIXAS DE MEDIÇÃO ENTRE 20 MG/DI A 500 MG/DI. ACEITANDO VALORES INFERIORES A 20 MG/DI E SUPERIORES A 600 MG/DI. EMBALAGEM CONTENDO LOTE, FABRICAÇÃO, VALIDADE E REGISTRO DO MINISTÉRIO DE SAÚDE. CAIXA COM 50 UNIDADES. COMPATÍVEIS COM APARELHOS DE ESPECIFICAÇÃO: OKMETER - MATCH II	R\$ 25,00	R\$ 40.000,00
261	995427	2	UND	TORNEIRA FLEXÍVEL EM INOX GRANDE	R\$ 122,83	R\$ 245,66
262	360371	100	PCT	TOUCA DESCARTÁVEL SANFONADA COR ROSA TNT C/ 100 UN	R\$ 19,54	R\$ 1.954,00
263	995428	50	METROS	TUBO DE SILICONE 10 X 6 TRANSLÚCIDO 203	R\$ 125,99	R\$ 6.299,50
264	994609	150	UND	TUBO ENDOTRAQUEAL ESTÉRIL COM BALÃO Nº 7,5 - MARCADORES DE GRADUAÇÃO EM CENTÍMETROS. FABRICADO COM MATERIAL ATÓXICO, TRANSLÚCIDO, RADIOPACO, PVC E SILICONIZADO. CONECTOR PADRÃO EM POLIPROPILENO, VÁLVULA ABS COMORIFÍCIO. BALÃO DE ALTO VOLUME, BAIXA PRESSÃO E CURVA MAGILL COM MARCADOR DE CENTÍMETRO DE CORDA VOCAL. EMBALAGEM INDIVIDUAL TIPO PGC (ABERTURA ASSÉPTICA).	R\$ 4,74	R\$ 711,00
265	994614	500	ROLO	WRAPS PARA ESTERILIZAÇÃO EM TRILAMINADO DE NA O TECIDO 100% POLIPROPILENO SMS COM DIMENSÃO DE 100X100CM E GRAMATURA DE 50G/M²	R\$ 141,06	R\$ 70.530,00
266	994615	500	ROLO	WRAPS PARA ESTERILIZAÇÃO EM TRILAMINADO DE NA O TECIDO 100% POLIPROPILENO SMS COM DIMENSÃO DE 120X120CM E GRAMATURA DE 50G/M²	R\$ 181,39	R\$ 90.695,00
267	994619	500	ROLO	WRAPS PARA ESTERILIZAÇÃO EM TRILAMINADO DE NA O TECIDO 100% POLIPROPILENO SMS COM DIMENSÃO DE 75X75CM E GRAMATURA DE 50G/M²	R\$ 61,23	R\$ 30.615,00
268	994617	500	ROLO	WRAPS PARA ESTERILIZAÇÃO EM TRILAMINADO DE NAO TECIDO 100% POLIPROPILENO SMS COM DIMENSÃO DE 50X50CM E GRAMATURA DE 50G/M²	R\$ 27,31	R\$ 13.655,00
269	994618	500	ROLO	WRAPS PARA ESTERILIZAÇÃ O EM TRILAMINADO DE NAO TECIDO 100% POLIPROPILENO SMS COM DIMENSÃO DE 60X60CM E GRAMATURA DE 50G/M²	R\$ 45,66	R\$ 22.830,00
270	994616	500	ROLO	WRAPS PARA ESTERILIZAÇÃO EM TRILAMINADO DE NÃO TECIDO 100% POLIPROPILENO SMS COM DIMENSÃO DE 30X30CM E GRAMATURA DE 50G/M²	R\$ 18,05	R\$ 9.025,00
				LOTE 01		
271	220067	100	UND	DISPENSER PARA SABONETE LÍQUIDO	R\$ 69,74	R\$ 6.974,00
272	995429	500	UND	REFIL (COMPATÍVEL) PARA DISPENSER DE ÁLCOOL GEL 70 ANTISSEPTICO BAG C/ 800ML	R\$ 11,94	R\$ 5.970,00
273	220324	500	UND	REFIL (COMPATÍVEL) PARA DISPENSER DE SABONETE ANTISSEPTICO EM ESPUMA PARA HIGIENIZAR AS MÃOS E BRAÇOS	R\$ 33,16	R\$ 16.580,00
				LOTE 02		
274	220321	50	UND	DISPENSER PORTA PAPEL TOALHA INTERFOLHA	R\$ 44,21	R\$ 2.210,50
275	220325	500	EMB	TOALHA DE PAPEL INTERFOLHADA - FOLHA SIMPLES BRANCA - 20 X 21 CM - COM 1.000 FOLHAS	R\$ 16,17	R\$ 8.085,00
				LOTE 03		
276	220322	30	UND	DISPENSER PARA PAPEL HIGIÊNICO ROLÃO 300/500M	R\$ 66,36	R\$ 1.990,80
277	994994	500	ROLO	PAPEL HIGIÊNICO 500 M	R\$ 25,92	R\$ 12.960,00
				LOTE 04		
278	600483	2	UNID	DISPENSER AUTOMÁTICO A BASE DE PILHA E/OU BATERIA	R\$ 502,93	R\$ 1.005,86
279	995430	2	CAIXA	CAIXAS DE ANTISSEPTICO INSTANTÂNEO À BASE DE ÁLCOOL ETÍLICO À 70% E BIGUANIDA POLIMÉRICA (PHMB), COM PROPRIEDADES ANTIOXIDANTES E HIDRATANTES CONTENDO GLICERINA, D-PANTENOL E VITAMINA E E/OU 1%	R\$ 226,67	R\$ 453,34





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE COMPRAS
E LICITAÇÕES - SUPEL

				DE DIGLICONATO DE CLOREXIDINA, BLEND DE ÁLCOOIS (ETÍLICO E ISOPROPÍLICO), EMOLIENTES E VITAMINA B5 (D-PANTENOL)		
--	--	--	--	---	--	--

VALOR TOTAL:	R\$ 1.494.417,30 (Um milhão quatrocentos e noventa e quatro mil, quatrocentos e dezessete reais e trinta centavos).
--------------	--





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE COMPRAS
E LICITAÇÕES - SUPEL

ANEXO II

CONDIÇÕES PARA HABILITAÇÃO

CONDIÇÕES PARA HABILITAÇÃO (Com base no Item 16.0 do Termo de Referência)

A habilitação das empresas vencedoras do Pregão será feita pela análise da documentação. Encerrada a fase de lances e negociação, o (a) pregoeiro (a) solicitará dos licitantes classificados provisoriamente em primeiro lugar, o envio da Documentação de Habilitação exclusivamente via Sistema, observado o prazo limite de até 02 (duas) horas, conforme descrito no preâmbulo deste edital.

HABILITAÇÃO JURIDICA:

- a) Comprovante de inscrição e de situação cadastral no CNPJ (cartão CNPJ);
 - b) Documentos de Identidade e do CPF do representante legal da licitante.
 - c) Contrato Social ou instrumento equivalente, em vigor; que comprove o ramo de atividade da empresa, o qual deverá ser compatível com o objeto do Pregão;
 - d) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal (se houver), relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
 - e) **Tendo em vista que, é prerrogativa do Poder público, na condição de contratante, a escolha da participação, ou não, de empresas constituídas sob a forma de consórcio**, com as devidas justificativas, conforme se depreende da literalidade do texto da Lei Federal nº14.133/2021, art.15 e ainda o entendimento do **Acórdão do TCU nº 1316/2021**, que atribui à Administração a prerrogativa de admissão de consórcios em licitações por ela promovidas.
- I. Admitir ou negar a participação de consórcios é o resultado de um processo de avaliação do mercado em face do objeto a ser licitado e da ponderação dos riscos inerentes à atuação de uma pluralidade de sujeitos associados para a execução do objeto.**
- II. A vedação quanto à participação de consórcio de empresas no presente procedimento licitatório não limitará a competitividade.**
- III. A participação de consórcios é recomendável quando o objeto considerado for “de alta complexidade ou vulto”, o que não seria o caso do objeto sob exame.**
- IV. Não há nada que justifique a participação de empresas em consórcios no objeto em apreço, tendo em vista que o mesmo não se reveste de alta complexidade, tampouco de grande vulto econômico.**

QUALIFICAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA.

- f) Prova de Regularidade com a Fazenda **Federal**.
- g) Prova de Regularidade com a Fazenda **Estadual**.
- h) Prova de Regularidade com a Fazenda **Municipal** da sede da licitante.
- i) Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – **FGTS**.
- j) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - **CNDT** (Lei nº 12.440/11).
- k) **Certidão Negativa do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia**.
- l) **Declaração Conjunta** conforme modelo, Anexo V deste edital e/ou **DECLARAÇÃO ÚNICA**, disponível no rol HABILITANET do sistema LICITANET.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE COMPRAS
E LICITAÇÕES - SUPEL

A qualificação técnica deverá ser comprovada mediante apresentação de **ATESTADO(S) DE CAPACIDADE TÉCNICA** que demonstrem fornecimento de materiais e equipamentos compatíveis com o objeto.

Os atestados exigidos deverão ter equivalência ao LOTE que a empresa participou.

Para itens que dependem de instalação os atestados devem compreender essa parcela do objeto.

Os atestados emitidos por pessoa jurídica de direito privado deverão, obrigatoriamente, estar em papel timbrado com identificação e endereço da emitente, o nome completo do signatário, estando as informações ali contidas sujeitas a verificação de sua veracidade por parte da Administração.

Caso haja necessidade, a Administração reserva-se ao direito de solicitar a apresentação de cópia da (s) Nota (s) Fiscal (is) E correspondentes ao (s) Atestado (s) de Capacidade Técnica.

PARA FINS DE HABILITAÇÃO E CERTIFICAÇÃO TÉCNICA A EMPRESA DEVERÁ ANALISAR O ITEM 18 DO TERMO DE REFERÊNCIA.

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.

m) Certidão negativa de **Falência ou Recuperação Financeira** expedida pelo site do Tribunal de Justiça da sede do licitante, expedida nos últimos 60 (sessenta) dias caso não conste o prazo de validade.

Admitir-se-á à licitante em Recuperação Financeira a apresentação de Certidão emitida pela instância judicial competente pela ação judicial, ou seja, onde tramita o processo, que comprove que está economicamente apta para participar de procedimentos licitatórios, nos termos da Lei n.11.101/2005, e Acórdão do TCU 1201/2020 Plenário;

n) Admitir-se-á à licitante em Recuperação Financeira a apresentação de certidão emitida pela instância judicial competente onde tramita o processo, que comprove que está economicamente apta para participar de procedimentos licitatórios.

o) Balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício, balancetes anuais e demais demonstrações **contábeis dos dois últimos exercícios sociais (2024/2025), conforme exigido no inciso I do art. 69 da Lei nº 14.133/2021.**

p) A data-limite de apresentação do BP do exercício financeiro anterior é 30 de abril do ano subsequente, conforme **art. 1.078 do Código Civil, para as empresas não obrigadas a escriturar por meio do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED – ECD).**

q) Para empresas obrigadas a realizar suas escriturações por meio do SPED ECD, a data-limite é 30 de junho do ano subsequente, conforme estabelecido na Instrução Normativa RFB nº 2.142/2023.

r) No caso de sociedade anônima e de outras empresas obrigadas à publicação de balanço, deverá ser apresentada a cópia da publicação em imprensa oficial do balanço e das demonstrações contábeis, além da ata de aprovação devidamente registrada na Junta Comercial.

s) Caso a pessoa jurídica tenha iniciado as atividades no ano corrente do processo licitatório, deverá apresentar balanço de abertura.

t) Os documentos contábeis exigidos deverão estar devidamente assinados pelo representante legal da empresa e pelo contador responsável, ambos com identificação clara e, quando for o caso, assinatura com certificação digital ICP-Brasil no caso de SPED ECD. Apresentar junto as peças contábeis o “Termo de Autenticação” e “Assinatura Eletrônica” quando o registro ocorrer na Junta Comercial e no caso de SPED ECD “Dados de Assinatura” e “Recibo de Transmissão”.

u) Para fins de habilitação, a licitante deverá alcançar o Índice de Liquidez Geral (ILG), Índice de Solvência Geral (ISG) e Índice de Liquidez Corrente (ILC) igualou maior do que





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE COMPRAS
E LICITAÇÕES - SUPEL

1,00 (um), apurados a partir dos dados extraídos das demonstrações contábeis, conforme art. 69 da Lei nº 14.133/2021, pelas seguintes fórmulas:

INDICES	CONCEITOS	FÓRMULAS
Liquidez Corrente (LC)	O índice de liquidez corrente (LC) mostra a capacidade de pagamento da empresa a curto prazo. O índice de LC >1 significa que o capital circulante líquido da empresa (CCL) será positivo, logo esta será capaz de saldar as dívidas a curto prazo.	$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$
Liquidez Geral (LG)	O índice de liquidez geral (LG) mostra a capacidade de pagamento atual da empresa com relação às dívidas de longo prazo.	$\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}}$
Solvência Geral (SG)	O índice de SG visa medir a capacidade total que a empresa possui para cumprir obrigações assumidas perante terceiros, tanto no curto quanto no longo prazo. Ou seja, este índice propõe demonstrar se a totalidade de recursos aplicados é suficiente para liquidação de todas as dívidas, viabilizando uma forma de visualização dos níveis de endividamento da empresa com terceiros	$\frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Total}}$





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE COMPRAS
E LICITAÇÕES - SUPEL

Para fins de apuração dos índices Liquidez Corrente - LC, Liquidez Geral - LG e Solvência Geral - SG, não deverão ser considerados na composição do Ativo Total os valores registrados como:

I – Ativo Imobilizado;

II – Investimentos de Longo Prazo;

III – Ativos Intangíveis;

IV – Outros ativos não realizáveis no curto ou médio prazo.

§1º A exclusão visa garantir a fidedignidade da análise contábil e a coerência com os princípios da liquidez e solvência, conforme orientação técnica do TCU e normativos contábeis.

Caso a licitante não atinja algum dos índices, deverá apresentar patrimônio líquido equivalente a 10% do valor estimado do lote do qual deseja participar, nos termos do art. 69, §1º da Lei nº 14.133/2021.

v) As memórias de cálculo de cada índice deverão ser anexadas pelo licitante à documentação de habilitação econômico-financeira, com clara identificação dos valores utilizados, origem nas demonstrações contábeis e fórmula aplicada.

w) Todos os documentos e declarações contábeis deverão estar datados, assinados pelo licitante e contador responsável, com número do CRC ativo, sob pena de inabilitação.

x) Os documentos exigidos (inclusive SPED ECD e registros na Junta Comercial) deverão estar integralmente apresentados e válidos até a data da convocação para habilitação, sendo vedado o saneamento posterior por meio de diligência, nos termos do art. 69 da Lei 14.133/2021.

As solicitações acima descritas, assim como a sua fundamentação técnica é solicitada visando garantir a segurança jurídica, isonomia entre os participantes e transparência na condução do certame, em consonância com a Lei nº 14.133/2021, as orientações do TCE-RO, do ministério Público de Contas de Rondônia (MPC-RO).

DECLARAÇÕES: (Modelo: Anexo V. Já disponível no sistema Licitanet)

- ✓ Já disponível no menu de relatórios do sistema Licitanet;
- ✓ Não se faz necessário o envio por parte do licitante, apenas de sua assinatura junto ao sistema.

OUTRAS DISPOSIÇÕES:

Será assegurado às empresas que tenham declarado sob as penas da lei a condição de ME/EPP a possibilidade de regularização da documentação para habilitação pertinente à regularidade fiscal e trabalhista, na forma prevista pelo art. 43 da Lei Complementar nº 123/06.

Não serão aceitos, protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos exigidos no edital.

Os documentos anexados serão considerados originais para os efeitos legais. As cópias deverão ser apresentadas perfeitamente legíveis. O uso de *documento falso* para fraudar o caráter competitivo de uma *licitação* está previsto no tipo penal do artigo 155 da Lei das *Licitações*, a Lei 14.133/21.

Os documentos deverão ter validade expressa ou estabelecida em Lei, admitidos como válidos, e no caso de omissão, os emitidos nos últimos 90 (noventa) dias para a Certidão de Falência e Recuperação Judicial, e emitidos nos últimos 60 (sessenta) dias para as demais.

O pregoeiro reserva-se o direito de solicitar das licitantes, em qualquer tempo, no curso da licitação, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues, fixando-lhes prazo para atendimento.

A aceitação das certidões exigidas está condicionada à verificação de sua autenticidade e validade na internet nos sites: www.receita.fazenda.gov.br, www.sefin.ro.gov.br, www.previdenciasocial.gov.br, www.caixa.gov.br, www.tj.ro.gov.br e www.tst.jus.br, respectivamente. Em se tratando de empresas licitantes com sede em outro município ou Unidade





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE COMPRAS
E LICITAÇÕES - SUPEL

da Federação, tal procedimento será realizado no site pertinente expresso na Certidão apresentada pela empresa.

Observação: A empresa deverá encaminhar apenas os documentos solicitados no edital, de preferência em um único arquivo organizado na ordem desse documento, caso a empresa apresente documentos que não compõe a exigência do edital o mesmo será analisado e caso esteja com alguma irregularidade a empresa poderá ser inabilitada.

O pregoeiro ou agente de contratação poderá determinar que a empresa organize os documentos exigidos e encaminhe novamente.

A empresa deve atentar as regras do edital, de preferência fazer a leitura completa do mesmo para boa formulação da sua proposta.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE COMPRAS
E LICITAÇÕES - SUPEL

ANEXO III

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

À

PREFEITURA DE MONTE NEGRO/RO

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/PMMN/2026

PROCESSO Nº 0000652.02.01-2026

Apresentamos nossa proposta para fornecimento dos objetos abaixo discriminados, conforme Edital, que integra o instrumento convocatório da licitação em epígrafe.

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ e INSCRIÇÃO ESTADUAL:

REPRESENTANTE E CARGO:

CARTEIRA DE IDENTIDADE E CPF:

ENDEREÇO e TELEFONE:

AGÊNCIA e Nº DA CONTA BANCÁRIA:

Declaramos que o [e-mail](#) informado nesta proposta é válido e poderá ser utilizado para todas as comunicações oficiais, inclusive notificações, e nos comprometemos em mantê-lo atualizado junto à Prefeitura de Monte Negro/RO.

Declaramos conhecer e concordar com todas as condições deste edital e seus anexos e apresentamos nossa proposta de preços para o fornecimento do objeto do certame conforme valores e especificações técnicas a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UND	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
VALOR TOTAL						

Atenção: O preenchimento desta proposta deve seguir estritamente a ordem e numeração dos itens conforme Anexo III - Estimativa de Custos, incluindo a Marca (quando houver) sob pena de invalidação da proposta.

Poderá ainda ser utilizado o relatório de Proposta Final expedido pelo sistema LICITANET em substituição, sem prejuízo do procedimento licitatório.

VALIDADE DA PROPOSTA: _____ dias (no mínimo 60 (sessenta) dias), contados da apresentação da proposta final corrigida.

PRAZO E LOCAL DE ENTREGA/EXECUÇÃO: Conforme o Termo de Referência e Edital.

As despesas relativas a eventuais trocas dos produtos por força da garantia correrão por conta da contratada.

Declaramos, sob as penalidades da lei, que:





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE COMPRAS
E LICITAÇÕES - SUPEL

O(s) produto(s) ofertado(s) é(são) novo(s), não reconicionado(s), não remanufaturado(s) ou reciclado(s).

Nos preços propostos estão inclusos todos os impostos, taxas, fretes, e todas as demais despesas necessárias ao perfeito cumprimento da obrigação objeto da licitação em referência.

Concordamos e nos submetemos a todos os termos, normas e especificações do pertinente Edital, bem como, às leis, decretos, portarias e resoluções cujas normas incidam sobre a presente licitação.

Declaramos também que:

a) A proposta apresentada para participar desta licitação foi elaborada de maneira independente pela empresa, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial deste certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

b) A intenção de apresentar a proposta elaborada para participar desta licitação não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial deste certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

c) Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato deste certame quanto a participar ou não da referida licitação;

d) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar da desta licitação não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato deste certame antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

e) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar desta licitação não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante da Prefeitura de Monte Negro/RO antes da abertura oficial das propostas;

A empresa declara ainda que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la e que tem ciência que “a falsidade de declaração prestada objetivando benefícios na presente licitação, caracterizará o crime de que trata o Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/21.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE COMPRAS
E LICITAÇÕES - SUPEL

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/PMMN/2026.

A(*nome da empresa*)....., CNPJ/MF Nº, sediada(*endereço completo*)....., telefone para contato ..(.....)....., e-mail, Declaramos para todos os fins de direito, especificamente para participação de licitação na modalidade de pregão, o que se segue:

DECLARAMOS, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro:

- ✓ Inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- ✓ Pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação
- ✓ Cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- ✓ Cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social.
- ✓ Cumprimento do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021.
- ✓ Responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema.
- ✓ Que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- ✓ Que cumpre os requisitos de habilitação e que as declarações informadas são verídicas, conforme art. 63, inciso I, da Lei 14.133/2021.
- ✓ Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- ✓ Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- ✓ Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- ✓ Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, Lei 14.133/2021.
- ✓ Que não utiliza de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos
- ✓ Que a proposta apresentada para participar do Processo Eletrônico, foi elaborada de maneira independente, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão, por qualquer meio ou por qualquer pessoa.

Declarações utilizadas para critério de desempate, conforme Art. 60:

§ 1º III - empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

§ 1º IV - empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE COMPRAS
E LICITAÇÕES - SUPEL

Declaramos, para os fins que a empresa não foi declarada inidônea ou suspensa, por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público.

Local e Data,

(Responsável legal e assinatura)

** Este documento será emitido a partir do relatório de Declaração expedido pelo sistema LICITANET, não necessitando de seu envio por parte do Licitante, sem prejuízo do procedimento licitatório.*





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE COMPRAS
E LICITAÇÕES - SUPEL

ANEXO V

MINUTA DE DO CONTRATO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/PMMN/2026
PROCESSO Nº 0000652.02.01-2026

TERMO DE CONTRATO DE Nº ____/_____,
QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE
MONTE NEGRO E A EMPRESA
_____.

O MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO/RO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º XX.XXX.XXX/XXXX-XX, com sede e administração na Av Juscelino Kubitschk n. 2272 – Setor 02 – Monte Negro/RO – CEP: 76.888-000, Estado de Rondônia, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, XXXXXXXXXXXXXXXX, brasileiro, (estado civil), agente político, portador da Cédula de Identidade RG n.º XXXXXX SSP/RO e CPF/MF n.º XXXXXXXXXXXX, residente e domiciliado, nesta cidade e Comarca de Monte Negro, Estado de Rondônia, doravante denominado CONTRATANTE, e do outro lado, o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o n.º, sediado(a) na, em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade n.º, expedida pela (o), e CPF n.º, tendo em vista o que consta no **Processo nº 0000652.02.01-2026** e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 016/PMMN/2026**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é o Registro de preços para futura e eventual aquisição **de insumos, instrumentos clínicos, material de consumo e demais bens permanentes**, atendendo assim, a Secretaria Municipal de Saúde do Município de Monte Negro/RO, que serão entregues conforme as condições do anexo do Edital, PELO PERÍODO DE ____ (____) MESES, estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto da contratação:

ITEM	CÓD	DESCRIÇÃO	UND	QNT.	MARCA	V. UNT	V. TOTAL
TOTAL GERAL							

1.4. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição: Termo de Referência que embasou a contratação, o Edital da licitação; a Proposta do Contratado; e eventuais anexos dos documentos supracitados.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE COMPRAS
E LICITAÇÕES - SUPEL

CLÁUSULA SEGUNDA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO.

2.1. O prazo de vigência da contratação será a partir da data assinatura por até ____ (_____) meses, prorrogável por até ____ meses, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no Termo de Referência.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

5.1. PREÇO

5.1.1. O valor da aquisição é de R\$ XXXXXX (XXXXXX).

5.1.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.2. FORMA DE PAGAMENTO

5.2.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

5.3. PRAZO DE PAGAMENTO

5.3.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

5.3.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

5.3.3. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, será devido encargos moratórios, desde a data limite para pagamento (30 dias após apresentação da nota fiscal) até a data do efetivo pagamento pelo CONTRATANTE, que serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:

Ex:

$EM = I \times N \times VP$, onde:

Em = Encargos Moratórios;

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = I/365 \quad I = 6/100/365 \quad I = 0,00016438$

Onde I = taxa percentual anual no valor de 6%

5.4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.4.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência. Quando houver glosa parcial do objeto, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

5.4.2. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE COMPRAS
E LICITAÇÕES - SUPEL

saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

5.4.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

5.4.3.1. Previamente a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas na contratação;

5.4.3.2. Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

5.4.3.3. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.4.3.4. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

5.4.3.5. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

5.4.3.6. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.4.3.7. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE (art. 92, V)

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, realizada em xx/xx/20xx.

6.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IGP-M (Índice Geral de Preços – Mercado), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade

6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.6. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

7.1. São obrigações do Contratante:

7.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

7.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE COMPRAS
E LICITAÇÕES - SUPEL

- 7.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 7.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 7.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto ou prestação dos serviços, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
- 7.1.6. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;
- 7.1.7. Cientificar a procuradoria do município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 7.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 7.1.9. Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.
- 7.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, se for o caso.
- 7.1.11. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133/21, se for o caso.
- 7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

- 8.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 8.1.1. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 8.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);
- 8.1.3. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 8.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 8.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 8.1.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade fiscal, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE COMPRAS
E LICITAÇÕES - SUPEL

prestação dos serviços, os seguintes documentos: a) prova de regularidade perante a Fazenda Municipal (mobiliários), especialmente quando o proponente possuir domicílio ou sede no município; b) prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei; c) prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho.

8.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

8.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

8.1.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;

8.1.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

8.1.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

8.1.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

8.1.14. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

8.1.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

8.1.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

8.1.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

8.1.18. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

8.1.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

8.1.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.21. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

CLÁUSULA NONA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE COMPRAS
E LICITAÇÕES - SUPEL

firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, o Contratado que praticar qualquer uma das condutas elencadas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021.

11.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

11.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

11.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

11.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)

11.2.4. Multa:

a) moratória de 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias. O atraso superior a 15 dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133/2021.

b) compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

11.2.5. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)

11.2.6. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

11.2.7. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

11.2.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

11.2.9. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.3. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.4. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159)





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE COMPRAS
E LICITAÇÕES - SUPEL

11.5. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma físico financeiro.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

12.2.1.1. Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

12.2.1.2. Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.2. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da NLLC, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.2.2. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.2.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.3. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos; relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos e indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento:

AÇÃO PROGRAMÁTICA	
CLASSIF. FUNCIONAL	
NATUREZA DA DESPESA	

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 Código de Defesa do Consumidor e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O CONTRATADO é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE COMPRAS
E LICITAÇÕES - SUPEL

15.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA FORO (art. 92, §1º)

17.1. É eleito o Foro da Comarca de Monte Negro para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

Monte Negro, ____ de _____ de 2026.

Identificação e assinaturas:

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE COMPRAS
E LICITAÇÕES - SUPEL

ANEXO VI
MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO Nº 0000652.02.01-2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2026/PMMN/RO

O MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO/RO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º XX.XXX.XXX/XXX-XX, com sede e administração na Av Juscelino Kubitschk n. 2272 – Setor 02 – Monte Negro/RO – CEP: 76.888-000, Estado de Rondônia, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, XXXXXXXXXXXXXXXX, brasileiro, (estado civil), agente político, portador da Cédula de Identidade RG n.º XXXXXX SSP/RO e CPF/MF n.º XXXXXXXXXXX, residente e domiciliado, nesta cidade e Comarca de Monte Negro, Estado de Rondônia, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para Registro de Preços, RESOLVE registrar os preços em favor da empresa, inscrita no CNPJ sob n.º...../.....-....., com sede à, na cidade de, neste ato representada pelo Sr., atendendo as condições previstas no edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Federal nº 14.133/2021, no Decreto Federal nº 11.462/2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO:

1.1. Registro de preços para futura e eventual aquisição **de insumos, instrumentos clínicos, material de consumo e demais bens permanentes**, atendendo assim, a Secretaria Municipal de Saúde do Município de Monte Negro/RO.

2. DA VIGÊNCIA DA ATA.

2.1. A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS terá prazo de vigência de 12 (doze) meses, a contar da assinatura de todas as partes, sendo o início de sua vigência a data da última assinatura.

2.2. Conforme Art. 84 da Lei 14.133/2021 e Art. 234 da 1.559/2024 o prazo de vigência da ata de registro de preços poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso e em comum acordo.

LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021:

Art. 84. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

Parágrafo único. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas.

LEI MUNICIPAL Nº 1.559, DE 11 DE ABRIL DE 2024:

Art. 234. A ata de registro de preços terá validade de 1 (um) ano, podendo ser renovada por igual período, e, ao final desse prazo, o quantitativo inicial será restabelecido, vedado o acúmulo de itens entre os períodos.

§1º. Na prorrogação da ata de registro de preços, poderão ser integrados ao novo período os órgãos e entidades aderentes e seus respectivos quantitativos, bem como os órgãos que manifestarem seu interesse em participar da ata de registro de preços até a data da prorrogação, desde que haja concordância do fornecedor melhor classificado na ata de registro de preços

§2º. Esgotados os quantitativos da ata de registro de preços antes do





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE COMPRAS
E LICITAÇÕES - SUPEL

escoamento do seu prazo de vigência, a prorrogação poderá ser antecipada, com o restabelecimento do quantitativo inicial §3º. Será admitido o remanejamento do saldo de quantidades da ata de registro de preços entre os órgãos participantes.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Caberá à Prefeitura Municipal a condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preços e gerenciamento da Ata dele recorrente Lei Municipal nº 1.559 de 11 de abril de 2024. No entanto, a alocação de recursos, empenhamento, análise do mérito das quantidades adquiridas, bem como a finalidade pública na utilização dos materiais são de responsabilidade exclusiva do ordenador de despesas do órgão requisitante.

4. DA GARANTIA

4.1. A empresa vencedora ficará obrigada a garantir os padrões de qualidade de acordo com as normas estabelecidas pelos órgãos responsáveis, em cada item especificado neste instrumento convocatório.

4.2. A garantia prevista para o objeto diz respeito à solução de problemas no que tange todo o processo de prestação de serviços em todas as etapas, sem ônus adicional para as Secretarias.

4.2.1 Os chamados relativos à garantia serão feitos pelo Contratante, por escrito por correio eletrônico, por telefone e ou pelo correio postal nacional, obrigando-se a empresa Contratada atendê-la no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas e, caso tenha que substituir o material seja feito imediatamente assim que for comunicado, em perfeitas condições de uso e sob as mesmas condições prevista no edital;

4.3. O serviço ofertado deverá atender aos dispositivos da Lei nº. 8.078/90 (**Código de Defesa do Consumidor**) e às demais legislações pertinentes.

4.4. DA GARANTIA DO OBJETO.

4.6. O início do período da garantia dar-se-á na data da emissão do Termo de Recebimento Definitivo do objeto;

4.7. Sendo evidenciado defeito em prazo igual ou inferior a 4 (quatro) dias corridos, o bem deverá ser substituído pelo contratado, no prazo de até 5 dias úteis. Sendo evidenciado defeito em prazo superior a 4 (quatro) dias, o problema será sanado pela assistência técnica;

4.8. Toda e qualquer despesa decorrente da execução das condições de garantia ficará inteiramente a cargo da empresa fornecedora, bem como a responsabilidade, arcando com quaisquer danos.

4.9. A garantia não será válida sobre defeitos causados pelo mau uso ou acidentes causados pelos seus Usuários;

4.10. Os reparos nos defeitos de fabricação deverão ser solucionados em até 01 (uma) horas.

5. CRITÉRIO PARA ACEITAÇÃO DO OBJETO

5.1 Os produtos serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste TR e na proposta;

5.2 O recebimento provisório dos produtos não implica a aceitação definitiva dos mesmos;

5.3 A atestação final de conformidade do fornecimento cabe às SECRETARIAS;

5.4 Caso os itens estejam em desacordo com as especificações exigidas neste TR ou apresentarem vício, serão recusados e devolvidos parcial ou totalmente, conforme o caso, mediante Termo de Recusa, ficando a CONTRATADA obrigada a substituí-los no prazo de 01 (uma) hora, contados do recebimento da notificação, sem ônus para o contratante, sob pena de incorrer em atraso quanto ao prazo de execução;





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE COMPRAS
E LICITAÇÕES - SUPEL

5.5 Somente após a verificação do enquadramento dos produtos com as especificações definidas neste TR, dar-se-á o recebimento definitivo por servidor responsável, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis a contar do recebimento provisório, após a verificação da conformidade com as especificações e demais exigências estabelecidas nesta contratação, atestando no documento de entrega, o recebimento em condições satisfatórias, em termos de quantidade e qualidade, conforme o inciso II, alínea b, do art. 140 da Lei 14.133/2021;

5.6 Será recusado produto deteriorado, alterado, adulterado, avariado, corrompido, fraudado, bem como aquele em desacordo com as normas regulamentares de fabricação, distribuição e apresentação;

5.7 O servidor designado como fiscal poderá solicitar a substituição de um produto por outro em caso de defeito, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento daquele que foi devolvido, sem prejuízo para o disposto nos artigos 441 a 446 do Código Civil;

5.8 O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito estado do produto fornecido, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da sua utilização;

5.9 A Administração poderá solicitar testes dos produtos junto aos seus fabricantes, para verificar a legitimidade do produto. A recusa da CONTRATADA a substituir os produtos reprovados nos testes será considerada descumprimento contratual, sujeitando a mesma à aplicação da penalidade.

6. DO PRAZO, LOCAL DE ENTREGA, HORÁRIOS E EXECUÇÃO

6.1. Os objetos da presente ata deverão ser entregues na Secretaria conforme pedido da secretaria, o prazo de entrega será de **até 30 (trinta) dias**, a contar do pedido da respectiva secretaria e que a entrega dos objetos será de forma PARCELADO, de acordo com a necessidade;

7. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1 Liquidação

7.1.1 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.1.2 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.1.3 A nota fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista constatada por meio da documentação prevista no art. 68 da Lei 14.133/2021;

7.1.4 Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.1.5 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE COMPRAS
E LICITAÇÕES - SUPEL

7.1.6 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.1.7 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

7.2 Prazo do pagamento

7.2.1 A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA pelos produtos adquiridos, em até 30 (trinta) dias consecutivos, após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente, caso haja a aceitabilidade dos produtos, cabendo a contratada comprovar sua regularidade fiscal conforme solicitado para a habilitação no certame licitatório;

7.2.2 AS SECRETARIAS poderão deduzir do pagamento importâncias que a qualquer título lhe forem devidos pela CONTRATADA, em decorrência de descumprimento de suas obrigações;

7.3 Forma de pagamento

7.3.1 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.3.2 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.3.3 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.3.3.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.3.4 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS POR SECRETARIA

8.1. As despesas decorrentes da presente Ata de Registro de Preços correrão por conta dos recursos consignados na dotação orçamentárias, conforme segue abaixo:

16.2.03.001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MONTE NEGRO

1.029 – AQ. INSUMOS INSTRUMENTAIS – FAF 7009/2025-10 – 17519-6

466 - 3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO

1.030 – AQ. INSUMOS PARA UBS – FAF 7007/2025-04 – 17519-6

467 - 3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO

214 - 3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO

230 - 3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO

E outras dotações que vierem a surgir.

9. DAS PENALIDADES

9.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação de penalidades, conforme as infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

9.1.1 Dar causa à inexecução parcial do contrato;

9.1.2 Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

9.1.3 Dar causa à inexecução total do contrato;

9.1.4 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

9.1.5 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE COMPRAS
E LICITAÇÕES - SUPEL

- 9.1.6 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 9.1.7 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 9.1.8 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
- 9.1.9 Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 9.1.10 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 9.1.10.1 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances;
- 9.1.11 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame;
- 9.1.12 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei 12.846/2013.
- 9.2 O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- a) Advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Multa, calculada na forma do contrato, com base no total do valor da contratação realizada de forma direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no Termo de Referência, no percentual de até 20% (vinte por cento), a depender da situação;
- b.1) O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA;
- b.2) A multa pode ser aplicada isoladamente ou juntamente com as penalidades definidas nos itens “c” e “d” abaixo:
- c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 03 (três) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos;
- 9.3 Na aplicação das sanções serão considerados:
- 9.3.1 A natureza e a gravidade da infração cometida;
- 9.3.2 As peculiaridades do caso concreto;
- 9.3.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 9.3.4 Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 9.3.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 9.4 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente;
- 9.5 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o rito procedimental previsto no Capítulo I do Título IV da Lei 14.133/2021 – Das Infrações e Sanções Administrativas.
- 9.6 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
- 9.7 É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE COMPRAS
E LICITAÇÕES - SUPEL

10. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e entidades municipais poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

10.1.1. consulta e aceitação prévia do órgão ou da entidade gerenciadora: e

10.1.2. consulta e aceitação prévia do fornecedor.

10.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

10.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

10.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

10.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

10.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1

Dos limites para as adesões

10.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

10.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

11. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

11.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

11.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

11.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.4.1. O instrumento contratual deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

11.5. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.6. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

11.6.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE COMPRAS
E LICITAÇÕES - SUPEL

observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;

11.6.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

11.6.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

11.6.2.2. Mantiverem sua proposta original.

11.6.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

11.7. O registro dos licitantes ou dos fornecedores tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

11.8. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

11.9. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

11.9.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e

11.9.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços.

11.10. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.11. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.11.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

11.12. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

11.13. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.14. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:

11.15. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

11.16. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11.17. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, desde que devidamente justificada.

12. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

12.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE COMPRAS
E LICITAÇÕES - SUPEL

12.2. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

12.3. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

12.4. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

12.5. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

12.6. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

13. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

13.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

13.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

13.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

13.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

13.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

13.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

13.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

13.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

13.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE COMPRAS
E LICITAÇÕES - SUPEL

13.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

13.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

14. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

14.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

14.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

14.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

14.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

14.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

14.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

14.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

14.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

15. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

15.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

15.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

15.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável.

15.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado mesmo que não haja comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado; ou

15.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

15.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

15.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

15.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE COMPRAS
E LICITAÇÕES - SUPEL

15.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

15.4.1. Por razão de interesse público;

15.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

15.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

16. DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DO REGISTRO

16.1.1. Entregar o objeto licitado em conformidade com as especificações deste Termo de Referência e seus anexos.

16.1.2. Fornecer os produtos em perfeitas condições, no prazo e local indicados pelas unidades administrativas, em estrita observância às especificações do edital e da proposta.

16.1.3. Verificar se a rotulagem dos produtos está em conformidade com a legislação em vigor.

16.1.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor – CDC (Lei nº 8.078, de 1990) e art. 120. da Lei nº 14.133/2021.

16.1.5. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir às suas expensas, no prazo máximo de 01 (uma) hora os produtos fora das especificações e/ou condições de consumo humano.

16.1.6. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da licitação.

16.1.7. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 01 (uma) horas que antecede o horário previsto para entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

16.1.8. Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

16.1.9. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada.

16.1.10. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

16.1.11. Manter permanente entendimento com a Contratante, objetivando evitar interrupções e paralisações na execução dos serviços.

16.1.12. Cumprir rigorosamente as leis, instruções, normas e demais legislações sanitárias federais e estaduais e orientações dos órgãos fiscalizadores sobre os fornecimentos do objeto, segundo a legislação vigente.

16.1.13. Apresentar juntamente à fatura os documentos que comprovem a situação de habilitação.

16.1.14. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos, ou incorreções em decorrência do transporte ou dos materiais empregados, conforme dispõe o art. 119 da Lei nº 14.133/2021.

16.1.15. Atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade, atentando-se principalmente a determinação disciplinada no inciso III, art. 39 do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/90), bem como, em estrita observância às normas de segurança alimentar, estabelecidas pelos órgãos competentes.

16.1.16. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação de serviços.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE COMPRAS
E LICITAÇÕES - SUPEL

16.1.17. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação.

16.1.18. Adotar as práticas de sustentabilidade, conforme disposições contidas no Decreto Estadual nº. 21.264/2016.

16.1.19. Assumir a total responsabilidade por quaisquer acidentes que venham a ser vítimas seus empregados e terceiros decorrentes da prestação dos serviços objeto desta contratação, ou em conexão com eles, devendo adotar todas as providências que o respeito exige a legislação em vigor.

16.1.20. Providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto todas as despesas com materiais, insumos, mão de obra, fretes, embalagens, seguros, impostos, taxas, tarifas, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas necessárias à perfeita execução dos serviços.

16.1.21. Responder, integralmente, por todos os ônus, encargos perdas e danos que vier a causar à Contratante ou a terceiros, em razão de ação ou omissão dolosa ou culpa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita quando for constatado que tenham sido ocasionados em decorrência do fornecimento do objeto.

15.1.22. Emitir a Nota Fiscal com o CNPJ e especificações dos serviços realizados de modo idêntico àquele apresentado neste Termo de Referência e na Nota de Empenho.

16.1.23. Permitir e assegurar a unidade requisitante o direito irrestrito de fiscalizar, sustar, recusar, mandar desfazer ou refazer qualquer serviço que não esteja de acordo com as especificações.

16.1.24. Embalar e transportar adequadamente os alimentos para pronta entrega à unidade requisitante.

16.1.25. Fica obrigado a empresa indicar no documento fiscal suas alíquotas, ou sua isenção conforme as legislações vigentes, fica obrigado ainda apresentar as declarações para os casos de isenção conforme Instruções Normativas vigentes.

17. DAS OBRIGAÇÕES DOS ÓRGÃOS REQUISITANTES

17.1. São obrigações da Contratante:

17.1.1. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados.

17.1.2. Empenhar os recursos necessários, garantindo o pagamento.

17.1.3. Rejeitar, no todo ou em parte, as refeições entregues fora das especificações deste Termo de Referência e cumprir com as disposições editalícias e da Ata de Registro de Preços Permanente.

17.1.4. Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços prestados, sob o aspecto quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas.

17.1.5. Notificar previamente à Contratada, quando da aplicação de sanções administrativas.

15.2. 6. Realizar os atos relativos à cobrança do cumprimento pela Contratada das obrigações contratuais assumidas e aplicar sanções, garantida a ampla defesa e o contraditório, decorrentes do descumprimento das obrigações contratuais.

17.1. 7. Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com o estabelecido no presente Termo de Referência.

17.1.8. Reter os impostos incidentes sobre as empresas que prestem serviços ou forneçam bens ao município.

18. DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

18.1. Os órgãos participantes desta Ata de Registro de Preços são os constantes do TERMO DE REFERÊNCIA.

19. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE COMPRAS
E LICITAÇÕES - SUPEL

19.1. A empresa contratada ficará sujeita a mais ampla e irrestrita fiscalização obrigando-se a prestar todos os esclarecimentos que porventura seja requerido pela Prefeitura Municipal de Monte Negro. A fiscalização será efetuada pela Comissão de Recebimento designada, que acompanhará a execução dos serviços;

19.2. A existência da fiscalização da Prefeitura Municipal de Monte Negro, de nenhum modo diminui ou altera a responsabilidade da empresa a ser contratada, na prestação dos serviços a serem executados.

19.3. As Secretarias Municipais participantes, através da Equipe de Recebimento, serão responsáveis pela fiscalização do fornecimento dos produtos, observando todos os aspectos estipulados (prazo de entrega, local de entrega, observância acerca da qualidade e marca dos produtos contratados).

19.4. A equipe de Recebimento realizará visita de rotina no local de armazenamento/produção dos gêneros a serem fornecidos pela contratada, para supervisão das atividades e verificação de boas práticas conforme legislação sanitária vigente, podendo solicitar adequações caso necessário, estipulando prazos para as devidas correções.

19.5. Não serão aceitos produtos cujas condições de armazenamento e transporte não sejam satisfatórias.

20. DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

20.1. A empresa vencedora terá o prazo de 3 (três) dias úteis para assinar a Ata de Registro de Preços, caso não assine poderá sofrer as sanções previstas.

21. DA SUBCONTRATAÇÃO CESSÃO E/OU TRANSFERÊNCIA

21.1. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto deste termo, pela contratada à outra empresa, a cessão ou transferência total ou parcial do objeto licitado.

22. DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações de que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada à Detentora do registro de preços a preferência em igualdade de condições.

22.2. Fica a Detentora ciente que a publicidade da ata de registro de preços na imprensa oficial terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação.

22.3. Fazem parte integrante desta Ata, para todos os efeitos legais: o Edital de Licitação e seus anexos, bem como, o ANEXO ÚNICO desta ata que contém os preços registrados e respectivos detentores.

22.4. Aplica-se à presente ARP, ao disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Municipal nº 1.559/2024, CF/1988, bem como a LC nº 123/2006 e suas alterações, Código de Defesa do Consumidor e demais normas legais cabíveis, independente de transcrição.

A presente Ata de Registro de Preços, após lida e achada conforme, é assinada pelas partes.

Local, Data

Prefeito Municipal

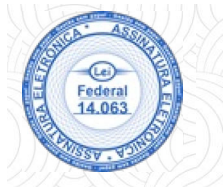
Empresa



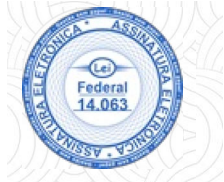


ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE MONTE NEGRO
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES - SUPEL

Assinaturas do Documento



Documento Assinado Eletronicamente por **FERNANDES LUCAS DA COSTA - SUPERINTENDENTE**, CPF: 799.66*. **2-*7 em **08/06/2026 10:42:49**, Cód. Autenticidade da Assinatura: 10X8.4Z42.549K.3356.7060, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Documento Assinado Eletronicamente por **CARLITA PEREIRA DE OLIVEIRA**, CPF: 469.11*. **2-*2 em **08/06/2026 10:35:03**, Cód. Autenticidade da Assinatura: 10W2.4K35.503H.4534.6868, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Informações do Documento

ID do Documento: **2.E51.286** - Tipo de Documento: **EDITAL DE LICITAÇÃO**.

Elaborado por **CARLITA PEREIRA DE OLIVEIRA**, CPF: 469.11*. **2-*2, em **08/06/2026 - 10:35:03**

Código de Autenticidade deste Documento: 10W3.5V35.303Z.105Z.5740

A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
<https://athus.montenegro.ro.gov.br/verdocumento>

